PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

RELATÓRIO DE GESTÃO

04/07/2022 – 02/01/2023

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS

EXPEDIENTE

RELATÓRIO FINAL DE GESTÃO - TRANSIÇÃO JULHO A DEZEMBRO DE 2022

Editora responsável
Acyane do Valle
Assessora de Comunicação Social do TJAM

Compilação de Conteúdo
Amanda Bulcão
Carlos de Souza
Jéssica Rebello
Patricia Ruon Stachon
Paulo André dos Santos Nunes
Sandra Bezerra
Terezinha Torres

Revisão Gramatical
Joyce Tino

Fotografia
Francisco Batata
Marcus Phillipe
Raphael Alves

Projeto Gráfico e Diagramação
Everson Santiago

Colaboração
Anne Deneriaz
Giovanna Guedes
Leonardo Leão

Publicação disponibilizada exclusivamente no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas (www.tjam.jus.br), de forma gratuita, em atendimento aos parâmetros de sustentabilidade e economicidade, ampliando a transparência institucional.

ASCOM - Av. André Araújo, S/N.º, Aleixo - Centro Administrativo Des. José de Jesus Ferreira Lopes, 1.º andar - Manaus, Amazonas - CEP: 69060-000
Contato: (92) 99316-0660 / 2129-6771
E-mail: *divulgacao@tjam.jus.br*
Balcão virtual: https://meet.google.com/ysm-pgmf-jwb

COMPOSIÇÃO - DESEMBARGADORES

Des. Flávio Humberto Pascarelli Lopes
Presidente do TJAM

Des.ª Maria das Graças Pessôa Figueiredo
Vice-Presidente do TJAM

Des. Ernesto Anselmo Queiroz Chíxaro
Corregedor-Geral de Justiça do TJAM

COMPOSIÇÃO - DESEMBARGADORES

Des. João de Jesus Abdala Simões
Membro da 3.ª Câmara Cível

Des.ª Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura
Membro da 1.ª Câmara Cível

Des. Domingos Jorge Chalub Pereira
Membro da 1.ª Câmara Cível

Des. Yedo Simões de Oliveira
Membro da 2.ª Câmara Cível

Des. Paulo Cesar Caminha e Lima
Membro da 3.ª Câmara Cível

Des. João Mauro Bessa
(Aposentado em 30.11.2022)
Membro da 1.ª Câmara Cível

Des. Wellington José de Araújo
(Aposentado em 13.10.2022)
Membro da 3.ª Câmara Cível

Des. Cláudio César Ramalheira Roessing
Membro da 1.ª Câmara Cível

Des.ª Carla Maria Santos dos Reis
Membro da 2.ª Câmara Cível

COMPOSIÇÃO - DESEMBARGADORES

Des. Jorge Manoel Lopes Lins
Membro da 1.ª Câmara Cível

Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior
Membro da 1.ª Câmara Cível

Des.ª Nélia Caminha Jorge
Membro da 2.ª Câmara Cível

Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes
Membro da 3.ª Câmara Cível

Des. Airton Luís Corrêa Gentil
Membro da 1.ª Câmara Cível

Des. José Hamilton Saraiva dos Santos
Membro da 1.ª Câmara Cível

Des. Elci Simões de Oliveira
Membro da 2.ª Câmara Cível

Des.ª Joana dos Santos Meirelles
Membro da 3.ª Câmara Cível

Des. Délcio Luís Santos
Membro da 1.ª Câmara Cível

COMPOSIÇÃO - DESEMBARGADORES

Des.ª Vânia Maria do Perpétuo Socorro Marques Marinho
Membro da 1.ª Câmara Cível

Des. Abraham Peixoto Campos Filho
Membro da 2.ª Câmara Cível

Des.ª Onilza Abreu Gerth
Membro da 3.ª Câmara Cível

Des. Cezar Luiz Bandiera
Membro da 1.ª Câmara Cível

Des.ª Mirza Telma de Oliveira Cunha
Membro da 1.ª Câmara Cível

Des.ª Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Posse em 07/12/2022

Des. Henrique Veiga Lima
Posse em 19/12/2022

JUÍZES CAPITAL

Adonaid Abrantes de Souza Tavares
21.ª Vara Cível

Alcides Carvalho Vieira Filho
Vara da Auditoria Militar

Aldrin Henrique de Castro Rodrigues
10.ª Vara Criminal

Alessandra Cristina R. C. Gondim Martins de Matos
7.ª Vara do Juizado Especial Cível

Alexandre Henrique Novaes de Araújo
10.ª Vara do Juizado Especial Cível

Alexandre Lopes Lasmar
Vara de Órfãos e Sucessões

Ana Lorena Teixeira Gazzineo
1.º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Ana Maria de Oliveira Diógenes
Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal

Ana Paula de Medeiros Braga
3.º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Anagali Marcon Bertazzo
2.ª Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal

André Luíz Nogueira Borges de Campos
10.ª Vara de Família

Andréa Jane Silva de Medeiros
5.ª Vara Criminal

Anésio Rocha Pinheiro
Juiz auxiliar da Vice-Presidência
6.ª Vara Criminal

Antônio Carlos Marinho Bezerra Júnior
12.ª Vara do Juizado Especial Cível

Antônio Itamar de Sousa Gonzaga
Juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça
Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Articlina Oliveira Guimarães
20.ª Vara do Juizado Especial Cível

Áurea Lina Gomes Araújo
9.ª Vara de Família

Bárbara Folhadela Paulain
21.ª Vara do Juizado Especial Cível

Caio César Barbosa Catunda de Souza
17.ª Vara do Juizado Especial Criminal

Careen Aguiar Fernandes
7.ª Vara Criminal

Cássio André Borges dos Santos
Juiz auxiliar da presidência
1.ª Vara do Juizado Especial Cível

Celso Antunes da Silveira Filho
6.ª Vara do Juizado Especial Cível

Celso Souza de Paula
3.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes

Cid da Veiga Soares Júnior
19.ª Vara do Juizado Especial Cível

Cláudia Monteiro Pereira Batista
13.ª Vara do Juizado Especial Cível

Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro
7.ª Vara de Família

JUÍZES CAPITAL

Diógenes Vidal Pessoa Neto
6.ª Vara Cível da Capital

Dídimo Santana Barros Filho
5.ª Vara de Família

Eliezer Fernandes Júnior
Juizado da Infância e da Juventude Infracional

Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto
4.º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Elza Vitória de Sá Peixoto Pereira de Mello
Juíza auxiliar da presidência
6.º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Etelvina Lobo Braga
3.ª Vara da Fazenda Pública

Eulinete Melo da Silva Tribuzy
11.ª Vara Criminal da Capital

Everaldo da Silva Lira
2.ª Vara de Família

Flávio Henrique Albuquerque de Freitas
Vara Especializada Em Crimes de Trânsito

Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz
14.ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital

Francisco Soares de Souza
11.ª Vara do Juizado Especial Cível

Frank Augusto Lemos do Nascimento
19.ª Vara do Juizado Especial Criminal

George Hamilton Lins Barroso
22.ª Vara Cível

Gildo Alves de Carvalho Filho
8.ª Vara de Família

Glen Hudson Paulain Machado
Vara de Execução Penal da Capital

Henrique Veiga Lima
9.ª Vara Criminal (até 16/12/2022)

Ida Maria Costa de Andrade
15ª Vara Cível da Capital

Igor de Carvalho Leal Campagnolli
Juiz auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça
2.ª Vara de Crimes Contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes

Irlena Leal Benchimol
5.ª Vara do Juizado Especial Cível

Jaci Cavalcanti Gomes Atanazio
16.ª Vara do Juizado Especial Cível

Jaime Artur Santoro Loureiro
4.ª Vara do Juizado Especial Cível

Jean Carlos Pimentel dos Santos
1.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes

João Marcelo Nogueira Moysés
4.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes

Jorsenildo Dourado do Nascimento
18.ª Vara do Juizado Especial Cível

José Renier da Silva Guimarães
5.ª Vara Cível da Capital

Julião Lemos Sobral Júnior
Vara de Registros Públicos e Usucapião

JUÍZES CAPITAL

Kathleen dos Santos Gomes
18.ª Vara Cível da Capital

Leoney Figliuolo Harraquian
2.ª Vara da Fazenda Pública

Lia Maria Guedes de Freitas
11.ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Lídia de Abreu Carvalho
4.ª Vara Cível da Capital

Luciana da Eira Nasser
17.ª Vara do Juizado Especial Cível

Luís Alberto Nascimento Albuquerque
1.ª Vara Criminal

Luís Carlos Honório de Valois Coelho
Vara de Execução Penal da Capital

Luís Cláudio Cabral Chaves
Vara de Execução de Medidas Socioeducativas

Luís Márcio Nascimento Albuquerque
2.ª Vara do Juizado Especial Cível

Luíz Pires de Carvalho Neto
14.ª Vara do Juizado Especial Cível

Luíza Cristina Nascimento da Costa Marques
Vara de Execuções de Medidas e Penas Alternativas

Manuel Amaro Pereira de Lima
3.ª Vara Cível da Capital

Marcelo Manuel da Costa Vieira
8.ª Vara do Juizado Especial Cível

Marco Antônio Pinto da Costa
Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual

Marcos Santos Maciel
1.ª Vara de Família

Margareth Rose Cruz Hoaegen
4.ª Vara Criminal

Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes
15.ª Vara do Juizado Especial Cível

Maria Eunice Torres do Nascimento
9.ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Mateus Guedes Rios
8.ª Vara Cível da Capital

Mauro Moraes Antony
3.ª Vara do Tribunal do Júri

Márcio Rothier Pinheiro Torres
12.ª Vara Cível da Capital e de Acidentes do Trabalho

Melissa Sanches Silva da Rosa
3.ª Vara de Família

Moacir Pereira Batista
Vara Especializada do Meio Ambiente e Questões Agrárias

Mônica Cristina Raposo da Câmara Chaves do Carmo
10.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho

Naira Neila Batista de Oliveira Norte
13.ª Vara Cível da Capital

Odílio Pereira Costa Neto
4.ª Vara de Família

Onildo Santana de Brito
3.ª Vara do Juizado Especial Cível

JUÍZES CAPITAL

Patrícia Chacon de Oliveira Loureiro
Juíza auxiliar da vice-presidência
2.º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Patrícia Macêdo de Campos
8.ª Vara Criminal

Paulo Fernando de Britto Feitoza
4.ª Vara da Fazenda Pública

Rafael da Rocha Lima
5.º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Rebeca de Mendonça Lima
Juizado da Infância e da Juventude Cível

Reyson de Souza e Silva
2.ª Vara Criminal

Roberto Hermidas de Aragão Filho
20.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho

Roberto Santos Taketomi
2.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho

Rogério José da Costa Vieira
19.ª Vara Cível da Capital

Ronnie Frank Torres Stone
1.º Vara da Fazenda Pública

Rosália Guimarães Sarmento
2.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes

Rosselberto Himenes
7.ª Vara Cível da Capital (Privatizada)

Sabrina Cumba Ferreira
Vara de Execução Penal da Capital

Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
15.ª Vara do Juizado Especial Criminal

Sheilla Jordana de Sales
1.ª Vara Cível da Capital (Privatizada)

Simone Laurent Arruda da Silva
17.ª Vara Cível da Capital

Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva
23.ª Vara Cível

Themis Catunda de Souza Lourenço
18.ª Vara do Juizado Especial Criminal

Vanessa Leite Mota
Juíza auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça
9.ª Vara do Juizado Especial Cível

Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro
6.ª Vara de Família

Víctor André Liuzzi Gomes
16ª Vara Cível da Capital

Alex Jesus de Souza
Vara Única da Comarca de Japurá

Aline Kelly Ribeiro Marcovicz Lins
1.ª Vara da Comarca de Iranduba

Anderson Luiz Franco de Oliveira
3.ª Vara da Comarca de Parintins

Andressa Piazzi Brandemarti
1.ª Vara da Comarca de Maués

André Luiz Muquy
1.ª Vara da Comarca de Tefé

Barbara Marinho Nogueira
Juíza auxiliar da presidência
2.ª Vara da Comarca de Tabatinga

Bruno Rafael Orsi
1.ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Humaitá

Carlos Henrique Jardim da Silva
Vara Única da Comarca de Rio Preto da Eva

Charles José Fernandes da Cruz
2.ª Vara da Comarca de Humaitá

Clarissa Ribeiro Lino
Vara Única da Comarca de Canutama

Daniel do Nascimento Manussakis
Vara Única da Comarca de Juruá

Danielle Monteiro Fernandes Augusto
Vara Única da Comarca de: Autazes

Danny Rodrigues Moraes
Vara Única da Comarca de Lábrea

David Nicollas Vieira Lins
Vara Única da Comarca de Guajará

Diego Brum Legaspe Barbosa
1.ª Vara da Comarca de Humaitá

Diego Daniel Dal Bosco
Vara Única da Comarca de Beruri

Diego Martinez Fervenza Cantoario
Vara Única da Comarca de São Sebastião de Uatumã

Dinah Câmara Fernandes de Souza
2.ª Vara da Comarca de Iranduba

Edson Rosas Neto
1.ª Vara da Comarca de Tabatinga

Eduardo Alves Walker
Vara Única da Comarca de Urucurituba

Emmanuel Ormond de Souza
Vara Única da Comarca de Pauini

Fabíola de Souza Bastos Silva
Vara Única da Comarca de Careiro da Várzea

Fábio César Olintho de Souza
1.ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Manacapuru

Fábio Lopes Alfaia
1.ª Vara da Comarca de Coari

Felipe Nogueira Cadengue de Lucena
Vara Única da Comarca de São Paulo de Olivença

Francisco Possidônio da Conceição
Vara Única da Comarca de Santo Antônio do Içá

Geildson de Souza Lima
Vara Única da Comarca de Codajás

Gonçalo Brandão de Sousa
Vara Única da Comarca de Envira

Hercílio Tenório de Barros Filho
Vara Única da Comarca de Amaturá

Ian Andrezzo Dutra
1.ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Itacoatiara

Igor Caminha Jorge
Vara Única da Comarca de Alvarães

Jacinta Silva dos Santos
Vara Única da Comarca de Atalaia do Norte

James Oliveira dos Santos
Vara Única da Comarca de Urucará

Janeiline de Sá Carneiro
Vara Única da Comarca de Jutaí

Janio Tutomu Takeda
Vara Única da Comarca de Carauari

João Gabriel Cirelli Medeiros
Vara Única da Comarca de Boa Vista do Ramos

Joseilda Pereira Bilio
3.ª Vara da Comarca de Itacoatiara

Juliana Arrais Mousinho
1.ª Vara da Comarca de Parintins

Juline Rossendy Rosa Neres
1.ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Coari

Laossy Amorim Marquezini
Comarca de Maraã

Larissa Padilha Roriz Penna
Vara Única da Comarca de Anamã

Leonardo Mattedi Matarangas
Vara Única da Comarca de Borba

Lina Marie Cabral
Vara Única da Comarca de Nova Olinda do Norte

Lucas Couto Bezerra
Vara Única da Comarca de Barreirinha

Luiziana Teles Feitosa Anacleto
Vara Única da Comarca de Benjamin Constant

Manoel Atila Araripe Autran Nunes
Vara Única da Comarca de São Gabriel da Cachoeira

Marcelo Cruz de Oliveira
Vara Única da Comarca de Nhamundá

Marco Aurélio Plazzi Palis
2.ª Vara da Comarca de Manicoré

Maria da Graça Giulietta C de Carvalho Starling
2.ª Vara da Comarca de Itacoatiara

Michael Matos de Araújo
Vara Única da Comarca de Lábrea

Mychelle Martins Auatt Freitas
2.ª Vara da Comarca de Parintins

Naia Moreira Yamamura
1.ª Vara da Comarca de Manicoré

Nayara de Lima Moreira Antunes
1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Tefé

Nilo da Rocha Marinho Neto
2.ª Vara da Comarca de Coari

Otávio Augusto Ferraro
Vara Única da Comarca de Boca do Acre

Paulo José Benevides dos Santos
2.ª Vara da Comarca de Maués

JUÍZES INTERIOR

Pedro Esio Correia de Oliveira
Vara Única da Comarca de Apuí

Priscila Maia Barreto
Vara Única da Comarca de Tapauá

Priscila Pinheiro Pereira
Vara Única da Comarca de Anori

Rafael Almeida Cró Brito
1.ª Vara da Comarca de Manacapuru

Rafael Rodrigo da Silva Raposo
1.ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Parintins

Rebecca Ailen Nogueira Vieira Aufiero
Vara Única da Comarca de Eirunepé

Renata Tavares Afonso Fonseca Costa
Vara Única da Comarca de Santa Isabel do Rio Negro

Renê Gomes da Silva Junior
Vara Única da Comarca de Silves

Rivaldo Matos Norões Filho
Vara Única da Comarca de Careiro

Roger Luíz Paz de Almeida
Vara Única da Comarca de Presidente Figueiredo

Romulo Garcia Barros Silva
2.ª Vara da Comarca de Tefé

Rosberg de Souza Crozara
Vara Única da Comarca de Novo Aripuanã

Roseane do Vale Cavalcante Jacinto
Comarca de Manaquiri

Samuel Pereira Porfírio
Vara Única da Comarca de Fonte Boa

Saulo Goes Pinto
1.ª Vara da Comarca de Itacoatiara

Scarlet Braga Barbosa Viana
2.ª Vara da Comarca de Manacapuru

Silvânia Corrêa Ferreira
Vara Única da Comarca de Caapiranga

Tamiris Gualberto Figueiredo
Vara Única da Comarca de Barcelos

Tânia Mara Granito
Vara Única da Comarca de Itapiranga

Tulio de Oliveira Dorinho
Comarca de Novo Airão

Virginia Morosin Rodrigues
Vara Única da Comarca de Uarini

Yuri Caminha Jorge
Vara Única da Comarca de Itamarati

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

SECRETARIA-GERAL DE JUSTIÇA

Ivan Azevedo Tribuzy Filho
Secretário-Geral de Justiça

Alexander Cavalcante Xavier
Diretor da Secretaria-Geral de Justiça

SECRETARIA-GERAL DE JUSTIÇA

Juliney Martins Teixeira
Coordenador do Protocolo do Tribunal de Justiça

Pedro de Menezes Gadelha
Diretor de Secretaria de Audiência de Custódia

Jussara Albertina da Silva Cavalcante
Diretora da Divisão de Depósito Público

Ronaldson Ramos Garcia
Coordenador da Central de Mandados e Cantas Precatórias

Gabriel Esly Sousa Martins
Diretor de Secretaria da Central de Inquéritos

José de Anchieta Lopes Lins
Secretário da 1.ª Contadoria

Silvana Queiroz Fortes
Secretária da 2.ª Contadoria

Keytiane Mendes Souza
Secretária da 3.ª Contadoria

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Milardison Faria Rodrigues Filho
Secretário-Geral de Administração

Eduardo Martins de Souza
Secretário de Orçamentos e Finanças – SECOF

Wiulla Inácia Garcia
Secretária de Gestão de Pessoas – SEGEP

Sylvia Rebeca Ribeiro Hortêncio
Secretária de Compras, Contratos e Operações - SECOP

Breno Figueiredo Corado
Secretário de Tecnologia de Informação e Comunicação – SETIC

Rommel Pinheiro Akel
Secretário de Infraestrutura - SEINF

Nivea Dineli Iannuzzi
Secretária de Expediente - SECEX

Ana Cyra Sauviders Fernandes Coelho
Secretária de Serviços Integrados de Saúde – SESIS

Márcia Rachel de Castro e Costa Rizzato
Secretária de Planejamento - SEPLAN

SECRETARIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

Rodrigo Reis Ribeiro Bastos
Secretário Especial da Presidência

ASSESSORIA

Maximiano dos Santos Rodrigues
Secretário das Unidades de Processamento Judicial de Primeiro Grau

Erika Ferreira Ribeiro
Assessora de Cerimonial

Coronel-PM Rubens de Sá
Chefe da Assistência Militar

Acyane Socorro do Valle Pereira dos Santos
Assessora de Comunicação Social

Manuel Pedro de Souza Neto
Secretário de Arquivo e Memória Institucional

Nabiha Monassa Abinader da Rocha
Secretária de Auditoria Interna

Andreia da Silva Souza Pinto
Secretária da Central de Precatórios

POSSE DOS DIRIGENTES QUE CONDUZIRAM O TJAM NO MANDATO DE TRANSIÇÃO

A solenidade de posse que marcou o início do mandato de transição, conduzido pelo desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes (presidente), pela desembargadora Maria das Graças Pessôa Figueiredo (vice-presidente) e pelo desembargador Ernesto Anselmo Queiroz Chíxaro (corregedor-geral de Justiça) foi realizada em 4 de julho de 2022.

Prestigiada por mais de 700 pessoas presencialmente, fora as que acompanharam a transmissão pelo canal do TJAM no YouTube, a cerimônia ocorreu no Teatro Amazonas, em Manaus, e foi realizada no formato híbrido, com algumas autoridades participando de forma remota, entre elas o ministro Mauro Campbell Marques, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), juíza Renata Gil.

Ao conduzir a transmissão de cargo, o então presidente da Corte, desembargador Domingos Jorge Chalub Pereira, destacou o bom diálogo institucional com os demais Poderes e expressou agradecimentos aos servidores e aos magistrados do Judiciário Estadual pelo apoio durante sua gestão, citando o adverso cenário da pandemia de covid-19 que, juntos, precisaram enfrentar.

Na sequência, houve a posse do novo presidente e a troca do colar do Mérito Judiciário Governador Eduardo Gonçalves Ribeiro entre os novos dirigentes.

Pouco antes ao início da cerimônia, em entrevista à imprensa, Graça Figueiredo, que já havia ocupado a Presidência do TJAM no biênio 2014/2016, afirmou que os esforços do Poder

Judiciário são sempre no sentido de manter-se ao alcance do jurisdicionado e procurar distribuir justiça com a mesma celeridade que a população espera. "E eu tenho certeza de que a presidência do desembargador Pascarelli, a corregedoria do desembargador Anselmo, como eu, estaremos atentos para que possamos nesses seis meses fazer muitas realizações", declarou a desembargadora.

Na coletiva à imprensa, Anselmo Chíxaro também falou dos compromissos para o mandato de transição. "Nós temos que dar todo apoio aos nossos funcionários, principalmente aos juízes do interior, que precisam de uma atenção maior da nossa gestão. Quero enfatizar, ainda, que a nossa prioridade maior é dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela desembargadora Nélia Caminha que, inclusive, foi objeto de elogio do Conselho Nacional de Justiça", disse Ernesto Chíxaro, referindo-se à magistrada que o antecedeu no cargo.

E foi a desembargadora Nélia Caminha Jorge que, em nome do Poder Judiciário do Amazonas, fez a saudação aos empossados. Em seu discurso, a magistrada destacou que é "dever de todos nós auxiliar o novo dirigente". Não são poucos os desafios da Justiça em nosso Estado".

Reconduzido à direção do TJAM, o presidente Flávio Pascarelli iniciou seu discurso de posse declarando "um grande contentamento nesse retorno à Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas com a convicção de que, até aqui, muito já fora feito" e que, após diversos momentos de angústia por conta da covid-19, as pessoas precisaram se reinventar. ''Esse mandato é mandato de transição para que o Poder Judiciário do Amazonas possa ter a coincidência do ano fiscal e do ano judiciário. Sinto-me honrado em estar como presidente do Tribunal, porque terei a companhia da desembargadora Graça, como vice-presidente, que já foi presidente do Tribunal de Justiça e já tem muita experiência. Portanto, nós vamos dirigir o Tribunal com ela e com o desembargador Anselmo que vai conduzir a Corregedoria", destacou Pascarelli.

Participaram da cerimônia, presencialmente, além dos desembargadores da Corte, o governador do Estado, Wilson Lima; o prefeito de Manaus, David Almeida; o deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Estado (Aleam), Roberto Cidade; o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE/AM), conselheiro Érico Desterro; o procurador-geral de Justiça, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior; o defensor público-geral do Estado, Ricardo Queiroz de Paiva; o presidente da Associação dos Magistrados do Amazonas (Amazon), juiz de Direito Luís Márcio Nascimento Albuquerque; o advogado Marco Aurélio de Lima Choy, representando o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e representando o presidente Alberto Simonetti; o presidente da Seccional Amazonas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/AM), Jean Cleuter Simões Mendonça; além de magistrados; servidores do TJAM e outras demais autoridades.

Adequação.

Os desembargadores Flávio Pascarelli e Graça Figueiredo já haviam sido presidentes do Tribunal de Justiça do Amazonas e, em regra, não poderiam ser eleitos novamente para os principais cargos diretivos da Corte, exceto para "mandato tampão, como foi o caso do período que se encerra. O mandato de apenas seis meses (de 4 de julho 2022 a 2 de janeiro de 2023) foi instituído para permitir que, a partir de então, todas as gestões do Judiciário amazonense comecem no início do ano e não mais em julho, como era a tradição, o que dificultava a administração e o exercício financeiro do período. A medida foi aprovada pelo Pleno da Corte e normatizada mediante ajustes da Lei Complementar n.° 17/97, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciária do Estado do Amazonas, por meio de dispositivos aprovados pela Assembleia Legislativa do Estado.

Tribunal de Justiça do Amazonas conquista "Categoria Ouro" no Prêmio CNJ de Qualidade 2022

Anúncio foi feito no dia 22 de novembro de 2022, durante o "16.º Encontro Nacional do Poder Judiciário", em Brasília.

O Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) voltou a conquistar a "Categoria Ouro" no "Prêmio CNJ de Qualidade", divulgado em novembro pelo Conselho Nacional de Justiça. Com esse resultado, o TJAM mantém-se em posições destacadas no cenário da premiação, como já ocorrera, por exemplo, em 2020, quando conquistou a "Categoria Ouro" e em 2021, com a "Categoria Prata.

A premiação reconhece os tribunais com melhores resultados obtidos com base em critérios de quatro eixos: governança; produtividade; transparência; e dados e tecnologia. Aqueles com melhor colocação foram reconhecidos nas categorias "Diamante", "Ouro" e "Prata". Nesta edição, os dados e ações levam em conta indicadores coletados entre 2021/2022.

O presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, desembargador Flávio Pascarelli, externou os agradecimentos a todos magistrados e magistradas, servidores e servidoras, colaboradores e colaboradoras, estagiários e estagiárias pelo excepcional trabalho realizado nos últimos meses e que garantiram a conquista, novamente, do Selo Ouro na premiação anual do CNJ. "Esse reconhecimento nacional revela o trabalho abnegado de todos os que fazem a Justiça no Estado do Amazonas, mesmo diante de inúmeras dificuldades, tanto na capital quanto nas comarcas do interior", disse o presidente do TJAM.

O coordenador da Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais no TJAM, desembargador Hamilton Saraiva, agradeceu aos profissionais da Corte pelos resultados e destacou que demonstram o respeito ao cidadão que procura a Justiça para resguardar seus direitos. "Nossa gratidão especial aos profissionais do Tribunal de Justiça do Amazonas, independentemente do vínculo funcional, cujo trabalho eficiente e comprometido foi mais uma vez reconhecido nacionalmente por meio da premiação", comentou o desembargador.

TJAM É OURO!

Dirigentes do TJAM agradecem a magistrados e servidores pela conquista da premiação.

SAIBA MAIS

CONTEÚDO MULTIMÍDIA

Projeto Inovador

TJAM e UFAM assinam ACT para criar bancos de intérpretes de línguas indígenas e de peritos antropológicos para uso pelas comarcas do interior.

Os profissionais cadastrados nesses bancos receberão treinamento pelo TJAM sobre a atividade do Judiciário e ainda assumirão o compromisso de atuar em questões sensíveis e em processos sigilosos.

Com o ACT, a Ufam fornecerá os profissionais especializados, que serão cadastrados nos bancos de tradutores e de peritos antropológicos. Eles serão remunerados pelos serviços prestados ao Judiciário. "Esses bancos oferecerão também maior segurança ao Poder Judiciário no sentido de que seriam pessoas treinadas pelo Tribunal, pois serão capacitados acerca da atividade da Justiça; e assumirão o compromisso de atuar em questões sensíveis e em processos sigilosos.

Com os bancos, profissionalizaremos esse tipo de serviço, ou seja, o jurisdicionado será ouvido pela Justiça na presença de um intérprete, de uma pessoa especializada", adiantou a juíza auxiliar da Presidência Bárbara Nogueira, que idealizou o projeto.

Projeto Inovador

Apresentação do Projeto para a implementação do Metaverso nas audiências judiciais.

Professores da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) apresentaram à Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas um projeto-piloto para implementação do metaverso em unidades judiciais do Judiciário amazonense. O ambiente do metaverso mescla a "realidade aumentada" e os ambientes virtuais, podendo ser compreendido como uma "vivência" no espaço virtual, conforme especialistas em Tecnologia da Informação.

No final de dezembro de 2022 foi realizada uma simulação de como seria uma audiência no ambiente do metaverso.

Projeto Inovador

Simulação de uma audiência judicial no ambiente do Metaverso.

TRIBUNAL CARBONO NEUTRO: Tribunal de Justiça do Amazonas firma parceria para reduzir emissão de gás carbônico e será referência na Agenda Verde do Brasil

Um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) permitirá um extenso inventário sobre a emissão de gases que provocam o efeito estufa (GEE) nas atividades do Tribunal de Justiça do Amazonas. Esse trabalho será conduzido pela empresa Future Carbon Holding S.A. dentro de um prazo de quatro meses. Ao final, será apresentado um plano de ação para que o Tribunal possa aplicar com a finalidade de reduzir a emissão de GEE, os quais influenciam diretamente no aquecimento global, tema que preocupa o mundo e está nas principais pautas de reuniões internacionais envolvendo as mudanças climáticas.

Muitas atividades realizadas no dia a dia emitem uma grande quantidade de gases formadores do efeito estufa - o fenômeno que retém calor na Terra; a emissão desenfreada desses gases gera o aumento da temperatura média do planeta, o aquecimento global. Entre as principais consequências do aquecimento estão o derretimento das geleiras e calotas polares, o aumento do nível dos oceanos, a desertificação em vários pontos do planeta, alteração do regime de chuvas, inundações, redução de biodiversidade, dentre outras. Uma das saídas que vêm sendo estimuladas é a descarbonização, processo em que há a redução da emissão de gases oriundos de combustíveis fósseis.

De acordo com a empresa Future Carbon Holding, o projeto de Tribunal Carbono Neutro, a ser desenvolvido no Poder Judiciário amazonense, apresentará um diagnóstico em que constará o inventário das emissões de GEE, resultantes das atividades diárias desenvolvidas pelo Tribunal. Em relação a este aspecto, serão analisadas as emissões diretas – produzidas pela frota de veículos e outros equipamentos; o consumo de energia elétrica também será objeto de análise; e as emissões de gases oriundos de viagens a trabalho para outras comarcas ou outros Estados, atividades administrativas e de suporte também serão considerados na elaboração do documento.

A Future Carbon irá propor um Plano de Ação com as recomendações necessárias ao Tribunal que resultem na redução de GEE e/ou neutralização das emissões – que podem incluir desde uma maior utilização da energia renovável até a contenção do desperdício, evitando o consumo desnecessário de recursos naturais.
O projeto é sem ônus para o TJAM.

Algumas das principais ações desta Gestão voltadas a magistrados e servidores

Auxiliares Judiciários
A Presidência determinou uma correção na tabela da carreira com o objetivo de corrigir distorção no escalonamento do padrão remuneratório das demais carreiras. O aumento percentual aproximado foi de 38,22%, a partir da sanção da Lei n.º 6.074, de 1.º de dezembro de 2022, a qual permitiu que os servidores façam jus à reposição salarial não contemplada no Plano de Cargos e salários de 2008.

PAE
O TJAM promoveu um grande esforço, com muita disciplina fiscal, para assegurar uma maior amortização da Parcela Autônoma de Equivalência considerando os valores pagos em anos anteriores, buscando eliminar esse passivo do Tribunal. O crescimento aproximado foi da ordem de 153,85%, a partir de agosto de 2022. E, no final deste ano, houve um adiantamento aos magistrados (ativos e inativos) que se enquadram ao recebimento, nos meses de outubro a dezembro, com percentual de aumento em torno de 1.000%, visando extinguir o passivo.

Interior
Criação do Plantão Judicial no interior, por meio de polos.

Magistrados
Titularização de todos os magistrados do TJAM, incluindo os auxiliares, além de promoção de juízes para a capital.

Varas
Aprovação da instalação de três novas Varas no interior; e, na capital, criação de novas unidades jurisdicionais (Juizados e UPJ).

Justiça 4.0
A Presidência determinou a implantação de núcleos dentro do programa Justiça 4.0 para proporcionar maior celeridade aos processos (Núcleo Previdenciários/Acidentário e Núcleo do Consumidor).

Programa de Capacitação
Foi instituído, por meio da Portaria n.º 4.577/2022, o Programa de Capacitação dos servidores efetivos e magistrados, estabelecendo normas e procedimentos para a concessão de bolsas de estudo para cursos de graduação e pós-graduação – nos níveis de especialização, mestrado e doutorado. A quantidade de beneficiados com bolsas de estudo será limitada à cota disponibilizada pela Secretaria de Orçamento e Finanças.

Cargo Comissionado e FG
Por determinação da Presidência, foi criado um cargo comissionado a mais para os gabinetes dos juízes da capital e Turmas Recusais, além de duas Funções Gratificadas para os gabinetes dos desembargadores.

Corregedoria-Geral de Justiça

A Corregedoria-Geral de Justiça, órgão do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), atua na orientação, coordenação e execução de políticas públicas voltadas à atividade correcional e ao bom desempenho da atividade judiciária do TJAM e dos juízes do Amazonas. O objetivo do órgão é alcançar maior efetividade na prestação jurisdicional, atuando com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme art. 37 da Constituição Federal.

Durante o segundo semestre de 2022 esteve à frente do órgão - no cargo de corregedor-geral de Justiça - o desembargador Ernesto Anselmo Queiroz Chíxaro. O magistrado contou com o auxílio de uma equipe pluridisciplinar: Juízes Auxiliares; Assessoria Militar; Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Estado do Amazonas (Cejaia); Secretaria-Geral de Justiça e setores ligados a ela.

Algumas das atividades realizadas durante o semestre:

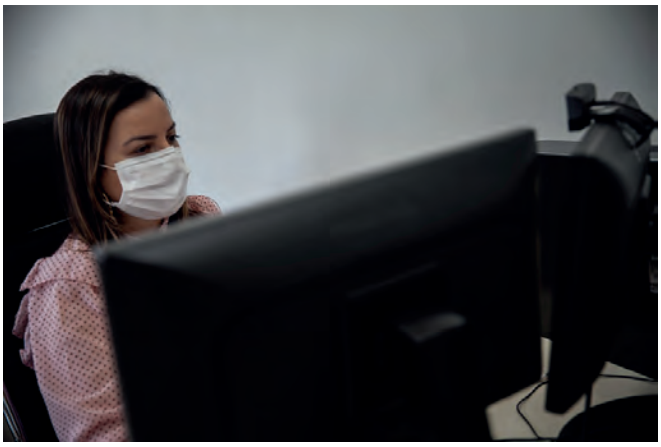
Acesso online aos Provimentos publicados nos últimos 30 anos

Em julho de 2022, para facilitar o acesso aos Provimentos publicados entre os anos de 1992 e 2022, a Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas disponibilizou em seu portal na internet a relação destes normativos, com o indicador de conteúdo, especificando aos interessados os conteúdos tratados por cada um dos documentos.
A relação com os mais de 400 Provimentos publicados pelo órgão de correição do Poder Judiciário pode ser consultada através do QR-Code abaixo:

Coordenadoria das Varas de Família e o melhor funcionamento dessas unidades judiciárias

Ainda em julho de 2022, representantes da Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas e da Coordenação das Varas de Família do Tribunal reuniram-se e estabeleceram medidas para organizar e otimizar o atendimento da 9.ª e da 10.ª Varas de Família e Sucessões, na época, recém-criadas.

Providenciadas pelo Tribunal de Justiça do Amazonas para atender as demandas judiciais das zonas Norte e Leste de Manaus e instituídas pela Lei Complementar n.º 222, de 6 de dezembro de 2021, as duas novas unidades judiciárias já estão em pleno funcionamento – inicialmente vinculadas à 2.ª e à 3.ª Varas de Família – e terão o suporte da Corregedoria-Geral de Justiça, assim como da Coordenação das Varas de Família para melhor atender à população.



"Semana Nacional da Conciliação" foi concluída com índice superior a 60% de acordos celebrados entre 20.062 partes processuais

Realizada no mês de novembro sob a coordenação da Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas, 17.ª edição da "Semana Nacional da Conciliação" foi concluída com 5.160 acordos celebrados entre 20.062 pessoas que figuravam como partes processuais, em unidades judiciárias da capital e do interior do Amazonas. Conforme balanço, 8.393 audiências foram realizadas no período de 7 a 11/11, sendo 5.160 delas concluídas com a celebração de acordos entre as partes processuais. Em números percentuais, 61% dos processos pautados para o período foram concluídos com a homologação de acordos.

CGJ/AM premia cartórios com os melhores indicadores de qualidade no ano de 2022

No final do mês de novembro, o Poder Judiciário Estadual, por meio da Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas (CGJ/AM), premiou as serventias vencedoras da 2.ª edição do "Prêmio de Qualidade dos Cartórios Extrajudiciais". Em 2022, 57 cartórios foram destacados; percentual 40% superior ao número de cartórios que alcançaram índice para premiação no ano de 2021.

Ouvidoria-Geral de Justiça do TJAM se destaca na obtenção do Selo Ouro

A Ouvidoria-Geral de Justiça do Poder Judiciário do Amazonas destacou-se no Eixo Transparência do Prêmio CNJ de Qualidade 2022, edição em que o Tribunal de Justiça do Amazonas conquistou a categoria Ouro. Canal entre a Administração do Tribunal de Justiça e os usuários, a Ouvidoria alcançou 77,7 pontos, acima da média institucional, atendendo aos requisitos do art. 7.º (Atendimento ao Cidadão-Ouvidoria), da Portaria CNJ n.º 170/2022.

Em relação a esse atendimento, o órgão respondeu entre 70,1% e 90% das demandas, com caráter resolutivo, em até 30 dias - foram recebidas 247 demandas e respondidas 192 (77,7%).

São atribuições da Ouvidoria-Geral de Justiça: receber manifestações, diligenciar perante setores administrativos competentes e prestar informações e esclarecimentos sobre atos, programas e projetos do TJAM; receber informações, sugestões, reclamações, denúncias e elogios sobre as atividades do Tribunal e encaminhar tais manifestações aos setores competentes, mantendo o interessado sempre informado sobre as providências adotadas; promover a tramitação das reclamações acerca de deficiências na prestação dos serviços, abusos e erros cometidos por servidores, magistrados, colaboradores e/ou terceiros; promover a interação com os órgãos que integram o TJAM visando ao atendimento das demandas recebidas e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados.

E ainda: funcionar como instrumento de aprimoramento da gestão pública, por meio do encaminhamento aos demais órgãos e às unidades administrativas do Tribunal de sugestões e propostas tendentes ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, com base nas manifestações recebidas; aferir a satisfação dos usuários com os serviços prestados pela Ouvidoria-Geral de Justiça; apresentar e dar publicidade aos dados estatísticos acerca das manifestações recebidas e providências adotadas e encaminhar ao Pleno do TJAM, até 15/01, relatório anual das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no exercício imediatamente anterior.

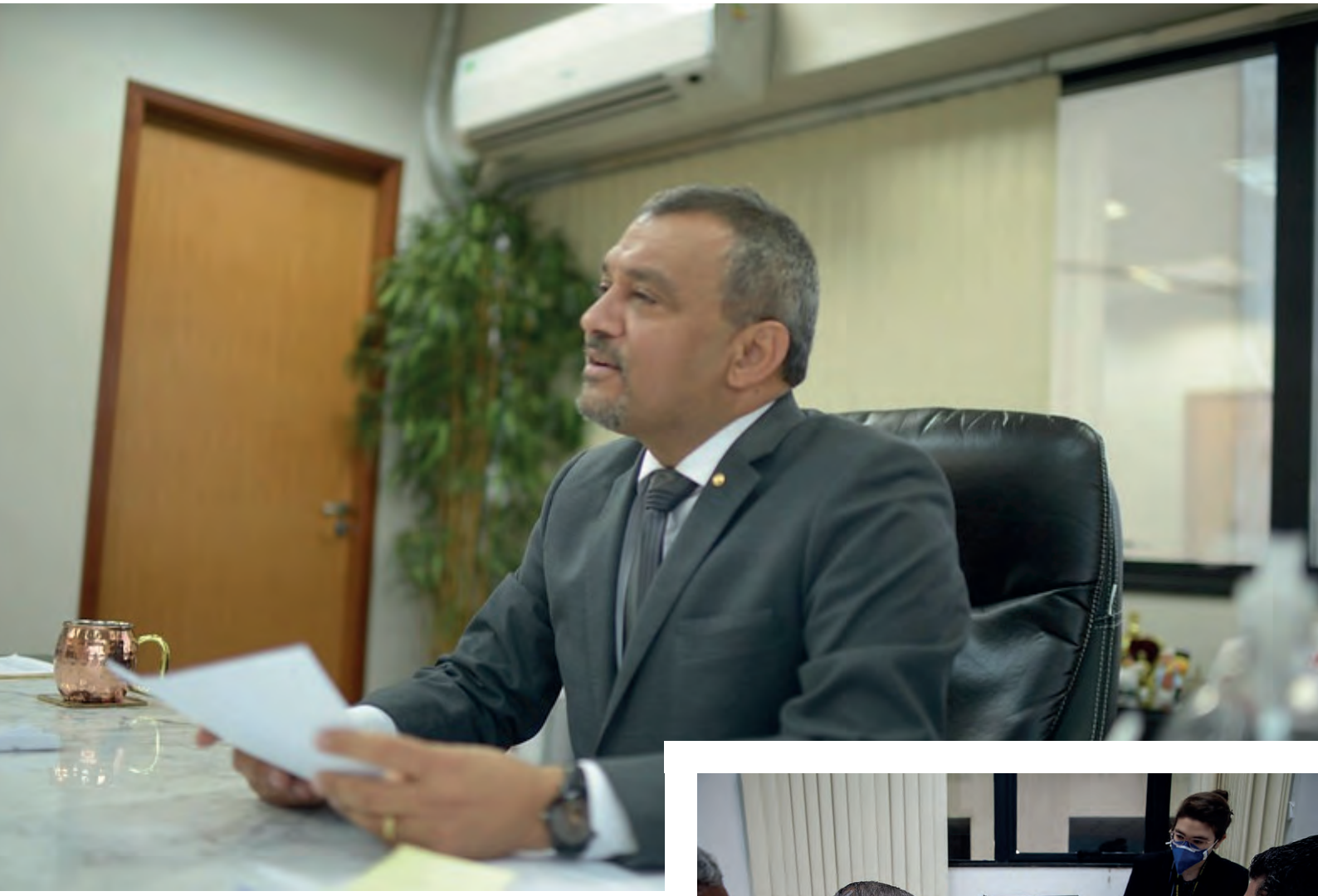
Criada há 18 anos, por meio da Resolução n.º 03/2004, em março deste ano de 2022 a Ouvidoria Judiciária passou a denominar-se Ouvidoria-Geral de Justiça do Poder Judiciário do Amazonas, mediante a publicação da Resolução n.º 02/2022, aprovada na sessão do Tribunal Pleno do TJAM dia 15 do mesmo mês, a qual trouxe alterações para a normativa anterior, de 2004.

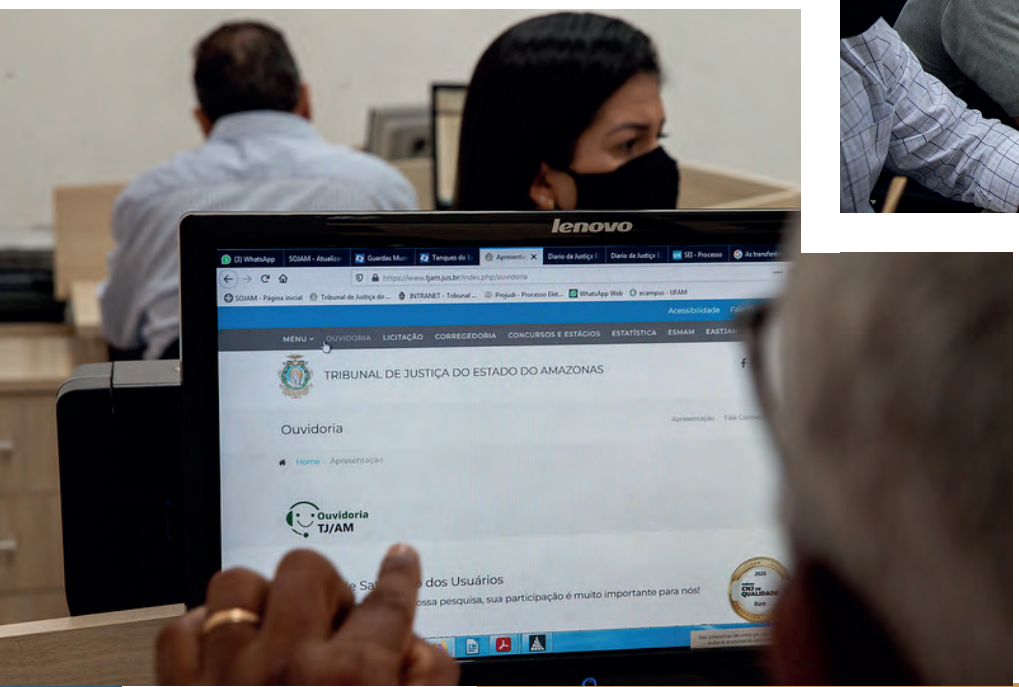
A nova resolução apresentou, em suas considerações, a necessidade de mudanças devido à Resolução n.º 432/2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); a ampliação das atribuições das Ouvidorias pelo CNJ a fim de assegurar a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos e assegurar o acesso a informações, além de preservar o uso, a proteção e a transferência de dados pessoais.

Além da alteração na nomenclatura, de Ouvidoria Judiciária para Ouvidoria-Geral de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, a resolução trata da composição do setor: um desembargador, como ouvidor-geral de Justiça - nesta gestão o desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes; dois juízes auxiliares – os magistrados Ronnie Frank Torres Stone e Áldrin Henrique de Castro Rodrigues; um coordenador da Ouvidoria - Diogo de Oliveira Lins e; no mínimo, seis servidores para as demandas da capital e interior do Estado.

01/07 - 31/10/2022

Reclamação	954
Informação	74
Denúncia	32
Dúvida	11
Elogio	9
Reclamação Extrajudicial	7
Sugestão	5
TOTAL	**1092**




lenovo
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Ouvidoria
Ouvidoria TJ/AM

Auditoria

Ações realizadas e em andamento

• Monitoramento no atendimento do cronograma de implantação do e-Social, em relação aos eventos S-2210 e S-2240, com o objetivo de elevar a segurança, a eficácia e a eficiência no processo de cumprimento das operações, especialmente, quanto aos eventos de Segurança e Saúde no Trabalho - SST;

• Monitoramento no atendimento das recomendações emitidas por ocasião da avaliação no controle patrimonial dos bens móveis do Tribunal de Justiça, a fim de melhorar o controle, a eficácia, a eficiência e a economicidade deste processo nas unidades do Poder Judiciário;

• Serviço de consultoria, do tipo aconselhamento, em atenção à solicitação realizada pela Divisão de Folha de Pagamento, cujo objeto foi o melhor enquadramento nas exigências técnicas do e-Social de pensionistas, herdeiros e aposentados, que recebem valores por meio do Tribunal de Justiça, visando à conformidade do procedimento interno com a legislação que rege a matéria;

• Conclusão da avaliação nos procedimentos contábeis patrimoniais, realizada na Secretaria de Orçamento e Finanças, a qual objetivou analisar as informações contábeis patrimoniais reportadas pelo Tribunal de Justiça, visando à conformidade do processo com as exigências estabelecidas pela Portaria n.º 548/2015, da Secretaria do Tesouro Nacional;

• Entrega de Relatório Preliminar da Auditoria coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de avaliar a gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, em alinhamento com plano estratégico do Tribunal de Justiça, objetivando a implementação de melhores práticas de governança nas áreas envolvidas;

• Execução do serviço de avaliação em cargos comissionados e funções comissionadas do Tribunal de Justiça, com expedição de Relatório Final de Auditoria, com a emissão de recomendações que objetivam a conformidade entre os atos expedidos e os normativos legais vigentes e o estabelecimento de melhores práticas de controle administrativo preventivo e concomitante;

• Lançamento do programa de auditoria sobre os controles em materiais de consumo e executadas as reuniões e avaliações preliminares para elaboração do Relatório Preliminar. Busca-se com esta ação avaliar a existência e eficiência dos controles internos e se as normas e procedimentos vigentes estão sendo atendidos, constituindo oportunidade de reflexão e aprimoramento de processos e operações organizacionais;

• Abertura do programa de auditoria sobre os procedimentos relacionados a férias e executadas as reuniões e avaliações para elaboração do Relatório Preliminar. Objetiva-se com essa ação analisar os controles internos e operações utilizados pelo TJAM a fim de mitigar os riscos e corrigir possíveis inconformidades de tal procedimento;

• Expedição do Relatório Final de Auditoria sobre a avaliação dos controles em matéria de acessibilidade digital, com o posterior monitoramento das recomendações. Com o atendimento das recomendações propostas, o TJAM agirá em conformidade às exigências da Lei n.° 10.098/2000, do Decreto n.° 5.296/2004 e da Resolução CNJ n.° 401/2020, com vistas a eliminar barreiras de acesso, para a navegação no portal do TJAM, impostas às pessoas com deficiência e outras limitações;

• Emissão do Relatório Preliminar de Auditoria na ação coordenada sobre a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro - PDPJ-Br. A ação permitiu verificar a conformidade das medidas adotadas pelo TJAM para atender às exigências da Resolução CNJ n.º 335/2020 e das Portarias CNJ n.º 252/2020, n.º 253/2020 e n.º 37/2022, além da Resolução CNJ n.º 443/2022 e da Portaria n.º 25/2022. As recomendações propostas no relatório visam a incluir o TJAM no ambiente de desenvolvimento digital colaborativo proposto pela política instituidora da PDPJ-Br;

• Participação no Comitê de Governança e Coordenação do Siaud-Jud, por meio de eleição nacional, fazendo com que o Tribunal de Justiça do Amazonas represente democraticamente os tribunais de pequeno porte perante o Conselho Nacional de Justiça;

• Participação como membro na preparação das atividades do Fórum Nacional de Boas Práticas - CNJ;

• Consultoria com o objetivo de orientar quanto à sindicância instaurada para apurar a legitimidade do enquadramento/promoção de servidores que se aposentaram em cargos distintos ao do ingresso por concurso, da qual resultou na reiteração da orientação de autuar procedimento próprio de apuração da legitimidade dos atos de enquadramento/promoção de aposentadorias, antes do prazo decadencial de cinco anos para a revisão dos respectivos atos;

• Consultoria para acompanhar o cumprimento do plano de trabalho da implementação da Lei Geral de Proteção de Dados, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, com o objetivo de orientar o Tribunal quanto à adequação das diretrizes dispostas na legislação correlata e nas normas expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça (Resoluções CNJ n.º 363/2021, n.º 370/2021 e n.º 396/2021);

• Atualização do Manual sobre o combate ao nepotismo, a fim de orientar as questões relacionadas ao tema com base nas novas legislações sobre improbidade administrativa e implementar controles preventivos, incluindo a orientação de implementação da Declaração de inexistência de relação familiar ou de parentesco no processo de contratação pública;

• Orientações sobre as ações de 2022 do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção - PNPC, do qual o Tribunal de Justiça tornou-se membro participante no ano de 2021, com o enfoque para a Gestão da Ética e da Integridade, do mecanismo "Controles Preventivos" e do roteiro de atuação do sistema e-prevenção;

• Participação, por meio de consultoria, no Comitê de Integridade, com orientação em pesquisas em maturidade institucional, instrutorias, levantamento de boas práticas e ações para implementação do Programa de Integridade;

• Ação de auditoria, mediante avaliação, com foco na fase de planejamento de obras, objetivando análise da eficiência e eficácia dos estudos técnicos preliminares e dos projetos básicos das obras realizadas no Tribunal de Justiça. A auditoria produziu recomendações objetivando o aumento do valor organizacional, como a ampliação dos mecanismos de controles internos, a exemplo do checklist de levantamento e reconhecimento de imóveis, que será incorporado nas futuras obras de engenharia, auxiliando assim, a gestão de obras, nos projetos dos novos empreendimentos, consequentemente, colaborando com o Tribunal no alcance de seus objetivos;

• Trabalho de consultoria, do tipo assessoramento, em face de questões apresentadas pela Secretaria de Infraestrutura, quanto às estruturas e condições de utilização dos documentos técnicos que deverão compor

os processos de medição de obras e serviços de engenharia. Exarada orientação técnica com os moldes de cada documento técnico, fundamentados, no sentido de auxiliar a gestão na implementação desses controles internos administrativos, objetivando a melhoria da eficácia, eficiência, efetividade e economicidade dos processos de governança corporativa deste Tribunal;

• Realização da primeira avaliação do serviço de auditoria, em obra, com base no Programa de Gestão de Melhoria da Qualidade, elaborado por esta Unidade - Resolução TJAM n.º 22/202, com aferição de nota dez pelo auditado;

• Elaboração do Plano Anual de Auditoria - PAA, 2023 (em anexo, documento I);

• Elaboração do Plano de Capacitação - Pac-Aud, 2023 (em andamento);

• Acompanhamento, in loco, da inspeção anual do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

• Inscrição de todos os servidores da Unidade no IIA - Brasil, Instituto de Auditores Internos do Brasil, por meio de participação em cursos de Auditoria Interna com ênfase em Órgãos Públicos.

Concursos

Nomeação de servidores

A gestão de transição do Tribunal de Justiça do Amazonas deu seguimento à convocação dos servidores aprovados no concurso público de 2019, de níveis médio e superior, que abriu 160 vagas a serem preenchidas.

Para suprir a necessidade da instituição, foram nomeados também candidatos do cadastro reserva.

Somente no segundo semestre de 2022 foram nomeados 73 candidatos aprovados, dos quais 35 foram empossados (outros desistiram ou estão no prazo para tomar posse), de acordo com a Secretaria de Gestão de Pessoas (Segep).

Programa de Teletrabalho

Durante o segundo semestre de 2022, a gestão do TJAM atualizou a regulamentação do Programa de Teletrabalho da instituição, por meio da aprovação pelo Tribunal Pleno da Resolução n.º 23/2022.

O programa foi iniciado na gestão anterior do desembargador Flávio Pascarelli como presidente do Tribunal, em 2017, observando a necessidade de adoção de soluções inovadoras para ampliar a eficiência dos serviços prestados pelo Judiciário, a necessidade de redução de gastos públicos, qualidade de vida aos servidores, entre outros aspectos.

Com reconhecimento pelos resultados positivos da implementação do teletrabalho, o programa passou por mudanças desde seu início, com sua ampliação e oferta de capacitação de forma remota, pela Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Amazonas (antiga Escola de Aperfeiçoamento do Servidor).

Devido às alterações na regulamentação, para a desvinculação de servidores em estágio probatório e que exercem cargos de chefia, a Segep estima para o fim deste ano a quantidade de 333 servidores em teletrabalho, que são diretamente acompanhados por seus gestores.

O programa é gerenciado pela Secretaria de Gestão de Pessoas, por meio da Divisão de Gestão do Teletrabalho, com a supervisão da Comissão Permanente de Gestão do Teletrabalho.

Novo concurso para juízes

Outra medida do presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, desembargador Flávio Pascarelli, foi a emissão de portaria determinando a constituição da Comissão Organizadora dos Preparativos para a realização de um novo concurso público para juiz.

Esse foi um compromisso assumido pelo presidente quando tomou posse para o mandato de transição de seis meses (julho a dezembro de 2022), diante do exaurimento das vagas disponibilizadas no último concurso, realizado em 2015, com a nomeação de mais de 50 novos magistrados para atuação.

A Comissão Organizadora será presidida pelo desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, e composta ainda pelo juiz Flávio Henrique Albuquerque de Freitas e servidores Rodrigo Reis Ribeiro Bastos (como secretário), Ivan de Azevedo Tribuzy Filho e Milardson Faria Rodrigues Filho.

Os magistrados e servidores indicados estabelecerão o número de vagas a ser ofertado e formarão a comissão definitiva para as demais providências, como a escolha da banca organizadora para a realização do concurso público.

CONFIRA A MATÉRIA SOBRE A PRORROGAÇÃO **DO CONCURSO**

A Secretaria-Geral de Justiça priorizou a formatação das atividades a serem desenvolvidas, considerando o aspecto residual das atribuições, em decorrência da confecção da Portaria n.º 2.019, de 7 de julho de 2022, que especializou as atribuições dos Juízes de Direito Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas. Portanto, inicialmente reorganizou-se a equipe de trabalho, protocolo operacional e dinâmica intersetorial.

A SGJ utilizou como ferramenta o sistema Comissão Permanente de Avaliação (CPA), para controle e movimentação de processos administrativos, passando a utilizar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a partir de 26 de abril de 2021, conforme Portaria n.º 568, de 16 de abril de 2021. Além dos sistemas mencionados, com o caráter residual no que tange às atribuições, este setor passou a utilizar o sistema SAJ e SG5 para consulta, bem como o PJECOR, para processos derivados da Corregedoria-Geral de Justiça desta Corte.

A definição do papel possibilitou o efetivo apoio aos órgãos diretivos da Corte, bem como, aos gabinetes dos Desembargadores, Juízes Auxiliares da Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria e Ouvidoria, bem como às Varas da capital, Varas do interior, setores judiciais, administrativos, servidores, procuradorias, OAB, defensorias, advogados de todo Brasil, Secretarias do Poder Executivo, Polícias Civil e Militar e jurisdicionados.

As atribuições institucionais da Secretaria-Geral de Justiça estão elencadas a seguir:

Plantão forense: nos termos da Resolução n.º 24/2010, é atribuição da Secretaria- Geral de Justiça a elaboração escala de Plantão Judicial de 1.º e 2.º Graus, tendo lapidado o mencionado procedimento nesta administração, em consonância com as instruções do Conselho Nacional de Justiça. Como consequência, desde julho de 2022 até a presente data não foi registrada nenhuma intercorrência na execução do plantão;

Secretaria de Audiências de Custódia: Esta secretaria presta total apoio aos magistrados plantonistas no que tange à execução das audiências de custódia, contudo, vão além, auxiliando os magistrados designados para os plantões criminais e cíveis. Ao entrarem no plantão, os magistrados encontram os Autos de Prisão em Flagrante (APFs) previamente organizados, e os custodiados identificados e ordenados;

Plantão da Secretaria-Geral de Justiça: a Secretaria-Geral de Justiça, em regime de plantão, diuturnamente, apoia a dinâmica geral dos plantões. Desta feita, problemas jurídicos, técnicos, operacionais, dentre outras naturezas, que eram capilarizados e não obtinham resolução célere e prática, passaram a ser solucionados imediatamente;

Processos do Tribunal Pleno: os processos judiciais e administrativos que vão a julgamento pelo Tribunal Pleno são estudados, organizados, anotados, concatenados e roteirizados para o Presidente da Corte. A pauta de julgamentos contém todas as informações pertinentes e necessárias aos julgamentos. Como melhoria de procedimento de análise pelos membros desta Egrégia Corte, os processos a serem apreciados são abertos para todos os gabinetes, com a antecedência necessária, bem como são informadas, imediatamente, quaisquer intercorrências ou alterações determinadas pela Presidência desta Corte. Desta forma, as sessões passaram a ter uma dinâmica operacional mais segura e eficiente;

Processos de 1.º e 2.º Graus: A Secretaria-Geral de Justiça passou a prestar apoio e informações sobre o andamento processual, com celeridade, aos gabinetes e magistrados sempre que solicitado;

Processos administrativos: merece destaque a

atuação da Unidade neste ponto. Com a edição da Portaria n.º 2.019, de 7 de julho de 2022, que especializou as atribuições dos Juízes de Direito Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas, a Secretaria-Geral de Justiça passou a conduzir as dinâmicas e processos administrativos relacionados à matéria residual administrativa-judicial desta Corte, ressalvadas as atribuições da Secretaria-Geral de Administração. Desta forma, o fluxo de trabalho e demanda da Unidade aumentou sobremaneira. É necessário destacar ainda que os anteprojetos de Lei e as Resoluções, aprovados pelo Tribunal Pleno, passam por criterioso procedimento de formatação, tendo sido lapidado o fluxo procedimental neste mandato, para dar celeridade à publicação e encaminhamento à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, visando uma administração mais célere e eficaz. Além disso, o Presidente, Desembargadores, Juízes Auxiliares, Magistrados e responsáveis pelos setores, encaminham a necessidade para a Secretaria-Geral de Justiça, que efetua a análise técnica, jurídica e funcional objetivando a produção textual de Ofícios, Portarias, minutas de Resoluções e Anteprojetos de Leis, ressalvadas as de atribuição da Secretaria-Geral de Administração;

Assessoria jurídica: outra atribuição sobremaneira relevante agregada à Secretaria-Geral de Justiça, é que a Unidade passou a prestar consultoria jurídica com mais frequência, nos mais variados temas ao emitir informações jurídicas e pareceres, seja em autos de processo ou em questionamentos diversos;

Núcleo Permanente de Leilões Judiciais (Nulej): vinculado à Secretaria-Geral de Justiça do TJAM, foi instituído pela Portaria n.º 900/2020 (com alterações pela Portaria n.º 1.571/2020), e sua equipe é responsável por realizar os leilões judiciais da capital e do interior.

Remoções e promoções de magistrados: os editais de remoção e promoção são confeccionados pela Secretaria-Geral de Justiça, que efetua o assessoramento direto aos órgãos diretivos desta Corte de Justiça sobre tal matéria.

Além disso, operacionaliza os procedimentos, efetuando reuniões com os setores envolvidos desde o início do processo até a efetiva apreciação pelo Egrégio Tribunal Pleno;

Escolha de membros do Tribunal Regional Eleitoral: a Secretaria-Geral de Justiça desta Corte confecciona os editais para a escolha dos membros do Tribunal Regional Eleitoral e efetua o assessoramento direto aos órgãos diretivos desta Corte de Justiça sobre tal matéria. Além disso, operacionaliza os procedimentos, efetuando reuniões com os setores envolvidos desde o início do processo até a efetiva apreciação pelo Egrégio Tribunal Pleno;

Apoio ao Presidente nas Sessões do Egrégio Tribunal Pleno: conforme o art. 5.º da Resolução n.° 24/2010, é atribuição da Secretaria-Geral de Justiça secretariar pessoalmente as Sessões do Egrégio Tribunal Pleno, com assento ao lado esquerdo do Presidente. Com a utilização da videoconferência na realização das Sessões do Egrégio Tribunal Pleno, em decorrência das medidas de prevenção ao contágio pela covid-19, esta Unidade passou a contar com o apoio do Diretor da Secretaria-Geral de Justiça, impedindo que casos de intercorrências técnicas, que impossibilitem a presença do Secretário-Geral de Justiça, resultem em prejuízo para o assessoramento do Presidente da Corte;

Centro de Inteligência da Justiça (TJAM): objetiva o aprimoramento do fluxo de processamento de demandas repetitivas, a adoção de metodologias de gestão de acervos processuais e o estabelecimento de rotinas para fortalecimento do sistema de precedentes instituído pelo Código de Processo Civil. A Secretaria-Geral de Justiça conta com um representante no grupo operacional do Cijeam, participando de Caravanas promovidas por diversos Tribunais do país, com o objetivo de compartilhamento de dinâmicas e melhores práticas no judiciário pátrio;

Convocações de magistrados (Resolução TJAM n.º 06/2022: por determinação do Conselho Nacional de Justiça o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas regulamentou as convocações de magistrados(as) de entrância inicial para atuar na capital, por intermédio, inicialmente, da Resolução n.º 16, de 10 de agosto de 2021, e, posteriormente, da Resolução n.º 6, de 5 de abril de 2022. Cabe à Secretaria-Geral de Justiça auxiliar a Presidência da Corte na análise dos critérios de escolha, sendo o setor responsável pela tramitação dos processos administrativos e confecção dos atos, conforme parágrafo único, art. 5º da Resolução n.º 06, de 5 de abril de 2022;

Confecções de Resoluções e Anteprojetos de Lei por determinação da Presidência do TJAM: a Secretaria-Geral de Justiça, quando determinada pelo desembargador presidente, confeccionar minutas de resoluções e anteprojetos sobre diversas matérias, para a apreciação do Egrégio Tribunal Pleno. Em alguns casos, a Secretaria-Geral de Justiça auxilia diretamente os demais setores envolvidos na confecção de minutas de normativos no que tange às técnicas de elaboração;

RESOLUÇÕES E ANTEPROJETOS DE LEI

RESOLUÇÃO n.º 16/2022, de 12.07.2022 (DJE 12.07.2022)
SEI n.º 2022/000005880-00 Institui os "Núcleos de Justiça 4.0" no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO n.º 17/2022, de 27.07.2022 (DJE 27.07.2022)
SEI n.º 2019/000017946-00 Dispõe sobre o plantão judiciário nas Comarcas de Primeira Entrância do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

RESOLUÇÃO n.º 18/2022, de 02.08.2022 (DJE 19.08.2022 – Republicada)
SEI n.º 2022/000022263-00 Altera a Resolução TJAM n.º 27, de 1º de dezembro de 2020, que disciplina as compensações por atividades extraordinárias não remuneradas, desempenhadas por magistrados do Tribunal de Justiça do Amazonas e dá outras providências;

RESOLUÇÃO n.º 19/2022, de 02.08.2022 (DJE 04.08.2022)
SEI n.º 2020/000018040-00 altera o artigo 127, § 3.°, da Lei Complementar n.°. 17/97, para adequá-lo à redação do art. 253, § 1.° da Lei Complementar n.° 17/97, conferindo tratamento uniforme à percepção de gratificação por acúmulo jurisdicional, para 20% do valor do subsídio de magistrado;

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR – Sancionada Lei Complementar n.º 233 DE 1.º de dezembro de 2022. Altera o § 3.º do artigo 127 da Lei Complementar n.º 17, de 23 de janeiro de 1997, para adequá-lo à redação do § 1.º do art. 253 da Lei Complementar n.º 17, de 23 de janeiro de 1997, conferindo tratamento uniforme à percepção de gratificação por acúmulo jurisdicional, para 20% do valor do subsídio de magistrado (DOE 01.12.2022);

RESOLUÇÃO n.º 20/2022, de 09.08.2022 (DJE 10.08.2022)
SEI n.º 2022/000022732-00 Dispõe sobre a estatização da Vara Única da Comarca de Careiro Castanho/AM;

RESOLUÇÃO n.º 21/2022, de 09.08.2022 (DJE 10.08.2022)
SEI n.º 2022/000023665-00 Aprova o Relatório Anual de Atividades – Exercício de 2021 – Secretaria de Auditoria Interna no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, e dá outras providências;

RESOLUÇÃO n.º 22/2022, de 09.08.2022 (DJE 16.08.2022)
SEI n.º 2022/000019732-00 Acrescenta o § 4.º e § 5.° ao artigo 5.º, e altera a redação dos artigos 5.°; 6.º, 9º; 15; 16; 17; 18; 19; 43; 45;46; 56; 57; 112; 119; 120; 122, parágrafo único; 131; 139; 140; 141; 142; 143; 144; 145;151; 152; 153; 154; 155; 157; 158; 159; 161; 164; 165, da Resolução n.º 05,

de 11 de junho de 2022. Acrescenta o § 4.º ao artigo 5.º e altera a redação dos artigos 6.°; 9.º, 22; 32, 71; 75, da Resolução n.º 03, de 03 de março de 2022. Altera a denominação de cargos em comissão, de funções gratificadas, representações e dá outras providências;

RESOLUÇÃO n.º 23/2022, de 20.09.2022 (DJE 21.09.2022)
SEI n.º 2022/000019037-00 Regulamenta o teletrabalho de servidores no âmbito do Poder Judiciário amazonense;

RESOLUÇÃO n.º 24/2022, de 21.09.2022 (DJE 21.09.2022)
SEI n.º 2022/000021873-00 Instala a 2.ª Vara da Comarca de Presidente Figueiredo e dá outras providências;

RESOLUÇÃO n.º 25/2022, de 21.09.2022 (DJE 21.09.2022)
SEI n.º 2022/000021874-00 Instala a 2.ª Vara da Comarca de Lábrea e dá outras providências;

RESOLUÇÃO n.º 26/2022, de 21.09.2022 (DJE 23.09.2022)
SEI n.º 2022/000029887-00 Institui modificações na Lei Estadual n.º 3.226/2008, no Regimento Interno deste egrégio Tribunal de Justiça e dá outras providências;

ANTEPROJETO DE LEI – Sancionada a Lei n.º 6.073, DE 1.º de dezembro de 2022 Altera o anexo da Lei n.º 3.226/2008, que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e salários dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Amazonas - Criou 52 (cinquenta e duas) funções gratificadas, simbologia FG-3, e 126 (cento e vinte e seis) cargos de provimento em comissão denominado Auxiliar de Gabinete, simbologia, PJ-AG. (DOE 01.12.2022);

RESOLUÇÃO n.º 27/2022, de 27.09.2022 (DJE 28.09.2022)
SEI n.º 2021/000001815-00 Dispõe sobre a instituição dos Centros Especializados de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em atenção à Resolução n.º 253/2018 do Conselho Nacional de Justiça;

RESOLUÇÃO n.º 28/2022, de 27.09.2022 (DJE 28.09.2022)
SEI n.º 2022/000025510-00 Dispõe sobre o horário de expediente ordinário nos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, o registro de frequência e dá outras providências;

RESOLUÇÃO n.º 29/2022, de 27.09.2022 (DJE 28.09.2022)
SEI n.º 2022/000031404-00 Dispõe sobre a competência para processar e julgar delitos violentos com motivação político- partidária;

RESOLUÇÃO n.º 30/2022, de 27.09.2022 (DJE 28.09.2022)
SEI n.º 2022/000031571-00 Altera a Resolução nº 23/2022, que regulamenta o teletrabalho de servidores no âmbito do Poder Judiciário amazonense;

RESOLUÇÃO n.º 31/2022, de 27.09.2022 (DJE 28.09.2022)
SEI n.º 2022/000015274-01 Dispõe sobre a competência territorial no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Capital do Estado do Amazonas, revogando a Resolução n.º 19/2021 dá outras providências;

RESOLUÇÃO n.º 32/2022, de 27.09.2022 (DJE 28.09.2022)
SEI n.º 2015/000021065-00 Regulamenta o pagamento da gratificação de insalubridade, prevista no art. 90, VI da Lei n.º 1.762/86 aos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Amazonas;

RESOLUÇÃO n.º 33/2022, de 04.10.2022 (DJE 04.10.2022)
SEI n.º 2022/000032294-00 Dispõe sobre a estatização da Vara Única da Comarca de Canutama/AM;
RESOLUÇÃO n.º 34/2022, de 18.10.2022 (DJE 18.10.2022)
SEI n.º 2022/000035406-00 Dispõe sobre a criação da Vara de Inquéritos Policiais, mediante

alteração na Lei Complementar n. 17, de 23 de janeiro de 1997;

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR - Sancionada Lei Complementar n.º 234, DE 1.º de dezembro de 2022 ALTERA, na forma que especifica, a Lei Complementar n.º 17/1997 que "Dispõe sobre a Divisão e a Organização Judiciária do Estado do Amazonas" (Criação de Vara de Inquéritos Policiais) (DOE 01.12.2022);

RESOLUÇÃO n.º 35/2022, de 26.10.2022 (DJE 27.10.2022)
SEI n.º 2022/000029887-00 INSTITUI modificações no Regimento Interno e dá outras providências. (Composição das Câmaras Isoladas);

RESOLUÇÃO n.º 36/2022, de 27.10.2022 (DJE 27.10.2022)
SEI n.º 2022/000010711-00 Aprova o Plano de Contratações Anual-PCA do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, referente ao ano de 2023;

RESOLUÇÃO n.º 37/2022, de 27.10.2022 (DJE 27.10.2022)
SEI n.º 2022/000020724-00 Aprova o Anteprojeto de Lei Complementar que atualiza a Lei n.º 76/2010, de 02/08/2010, que dispõe sobre a organização e o funcionamento da Escola de Aperfeiçoamento do Servidor do Tribunal de Justiça do Amazonas, que passa a ser denominada Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Amazonas, e dá outras providências;

ANTEPROJETO DE LEI – Sancionada Lei Complementar n.º 237, DE 1.º de dezembro de 2022 - Atualiza a Lei n.º 76/2010, de 02/08/2010, que dispõe sobre a organização e o funcionamento da Escola de Aperfeiçoamento do Servidor do Tribunal de Justiça do Amazonas, que passa a ser denominada Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Amazonas, e dá outras providências (DOE 01.12.222);

RESOLUÇÃO n.º 38/2022, de 01.11.2022 (DJE 01.11.2022)
SEI n.º 2022/000008784-00 Regulamenta as atividades do Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário do Amazonas, NATJUS-TJAM no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, institui o Regulamento do setor e dá outras providências;

RESOLUÇÃO n.º 39/2022, de 16.11.2022 (DJE 16.11.2022)
SEI n.º 2022/000020816-00 Dispõe sobre a movimentação de pessoal, nas carreiras judiciárias, dos servidores e serventuários ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Amazonas;

RESOLUÇÃO n.º 40/2022, de 16.11.2022 (DJE EXTRA 16.11.2022)
SEI n.º 2019/000005716-00 Aprova Resolução que altera a Tabela Anexa I do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores e Serventuários dos Órgãos do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, estabelecido por meio da Lei Ordinária Estadual n.º 3.226/2008, referente ao Cargo de Auxiliar Judiciário no âmbito deste Poder;

ANTEPROJETO DE LEI – Sancionada LEI n.º 6.074, DE 1.º de dezembro de 2022 Altera a Tabela Anexa I do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores e Serventuários dos Órgãos do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, estabelecido por meio da Lei Ordinária Estadual n.º 3.226/2008, referente ao Cargo de Auxiliar Judiciário no âmbito deste Poder (DOE 01.12.2022);

RESOLUÇÃO n.º 41/2022, de 16.11.2022 (DJE EXTRA 16.11.2022)
SEI n.º 2022/000031800-00 Dispõe sobre alteração regimental do artigo 114-A, que trata do julgamento virtual de todos os processos no âmbito do tribunal de justiça do estado do amazonas;

RESOLUÇÃO n.º 42/2022, de 22.11.2022 (DJE 22.11.2022)
SEI n.º 2022/000039143-00 Dispõe sobre a instalação da Vara de Usucapião e Conflitos

Agrários da Comarca de Manaus, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, e dá outras providências;

RESOLUÇÃO n.º 43/2022, de 22.11.2022 (DJE EXTRA 22.11.2022)
SEI n.º 2022/000039601-00 Altera o regulamento da compensação por assunção de acervo processual no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;

RESOLUÇÃO n.º 44/2022, de 22.11.2022 (DJE EXTRA 22.11.2022)
SEI n.º 2022/000039949-00 Dispõe sobre as assessorias dos Juízes Auxiliares da Presidência, da Vice-Presidência e da Corregedoria Geral de Justiça;

RESOLUÇÃO n.º 45/2022, de 22.11.2022 (DJE EXTRA 22.11.2022)
SEI n.º 2022/000039143-00 Conduz o Projeto de Lei Complementar que altera, na forma que especifica, a Lei Complementar n. 17/1997, que "Dispõe sobre a Divisão e a Organização Judiciária do Estado do Amazonas", na parte que dispõe sobre a competência do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;

ANTEPROJETO DE LEI – Sancionada Lei Complementar n.º 235, DE 1.º de dezembro de 2022 Altera, na forma que especifica, a Lei Complementar n.º 17/1997 que "Dispõe sobre a Divisão e a Organização Judiciária do Estado do Amazonas", na parte que dispõe sobre a competência do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (DOE 01.12.2022);

RESOLUÇÃO n.º 46/2022, de 22.11.2022 (DJE EXTRA 22.11.2022)
SEI n.º 2022/000039143-00 Conduz o Projeto de Lei Ordinária que revoga a Lei Ordinária n.º 5743, de 22 de dezembro de 2021, que acrescentou inciso e parágrafos no artigo 26 da Lei Ordinária n.º 3.226, de 4 de março de 2008;

ANTEPROJETO DE LEI ORDINÁRIA - Revoga a Lei Ordinária n.º 5743, de 22 de dezembro de 2021, que acrescentou inciso e parágrafos no artigo 26 na Lei Ordinária n.º 3.226, de 4 de março de 2008 (Projeto de Lei Ordinária n.º 481 de 2022, em tramitação na ALEAM);

RESOLUÇÃO n.º 47/2022, de 22.11.2022 (DJE EXTRA 22.11.2022)
SEI n.º 2022/000039143-00 Conduz o Projeto de Lei Complementar que altera, na forma que especifica, a Lei Complementar n.º 17/1997 que "Dispõe sobre a Divisão e a Organização Judiciária do Estado do Amazonas", na parte que dispõe sobre a competência do Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;

ANTEPROJETO DE LEI – Sancionada Lei Complementar n.º 236, DE 1.º de dezembro de 2022 Altera, na forma que especifica, a Lei Complementar n.º 17/1997 que "Dispõe sobre a Divisão e a Organização Judiciária do Estado do Amazonas", na parte que dispõe sobre a competência do Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (DOE 01.12.2022);

RESOLUÇÃO n.º 48/2022, de 29.11.2022 (DJE EXTRA 29.11.2022)
SEI n.º 2022/000040380-00 ALTERA a redação do § 2.º do art. 60 do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça e dá outras providências;

RESOLUÇÃO n.º 49/2022, de 29.11.2022 (DJE 29.11.2022)
SEI n.º 2022/000040380-00 Conduz o Projeto de Lei que altera a Lei Complementar nº 222, de 06 de dezembro de 2021, com vistas a acrescentar o artigo 13-A, que dispõe acerca da titularidade do magistrado da Vara de Registros Públicos e Usucapião;
ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR - ALTERA a Lei Complementar nº 222, de 06 de dezembro de 2021, com vistas a acrescentar o artigo 13-A, que dispõe acerca da titularidade do magistrado da Vara de Registros Públicos e Usucapião. (Projeto de Lei Complementar n.º 16 de 2022, em tramitação na ALEAM);

RESOLUÇÃO n.º 50/2022, de 29.11.2022 (DJE EXTRA 29.11.2022)
SEI n.º 2022/000040380-00 Conduz o Projeto de Lei que altera, na forma que especifica, a Lei Complementar n.º 17/1997 que dispõe sobre a Divisão e a Organização Judiciária do Estado do Amazonas, na parte que dispõe sobre a competência do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR - Altera, na forma que especifica, a Lei Complementar n. 17/1997 que dispõe sobre a Divisão e a Organização Judiciária do Estado do Amazonas, na parte que dispõe sobre a competência do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (Projeto de Lei Complementar n.º 15 de 2022, em tramitação na ALEAM);

RESOLUÇÃO n.º 51/2022, de 29.11.2022 (DJE EXTRA 29.11.2022)
SEI n.º 2022/000039130-00 Regulamenta a estrutura e composição Organizacional da Comissão Permanente de Segurança Institucional e dá outras providências;

RESOLUÇÃO n.º 52/2022, de 29.11.2022 (DJE EXTRA 29.11.2022)
SEI n.º 2022/000039907-00 Aprova o Plano Anual de Auditoria – PAA 2023 no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, e dá outras providências;

PORTARIAS

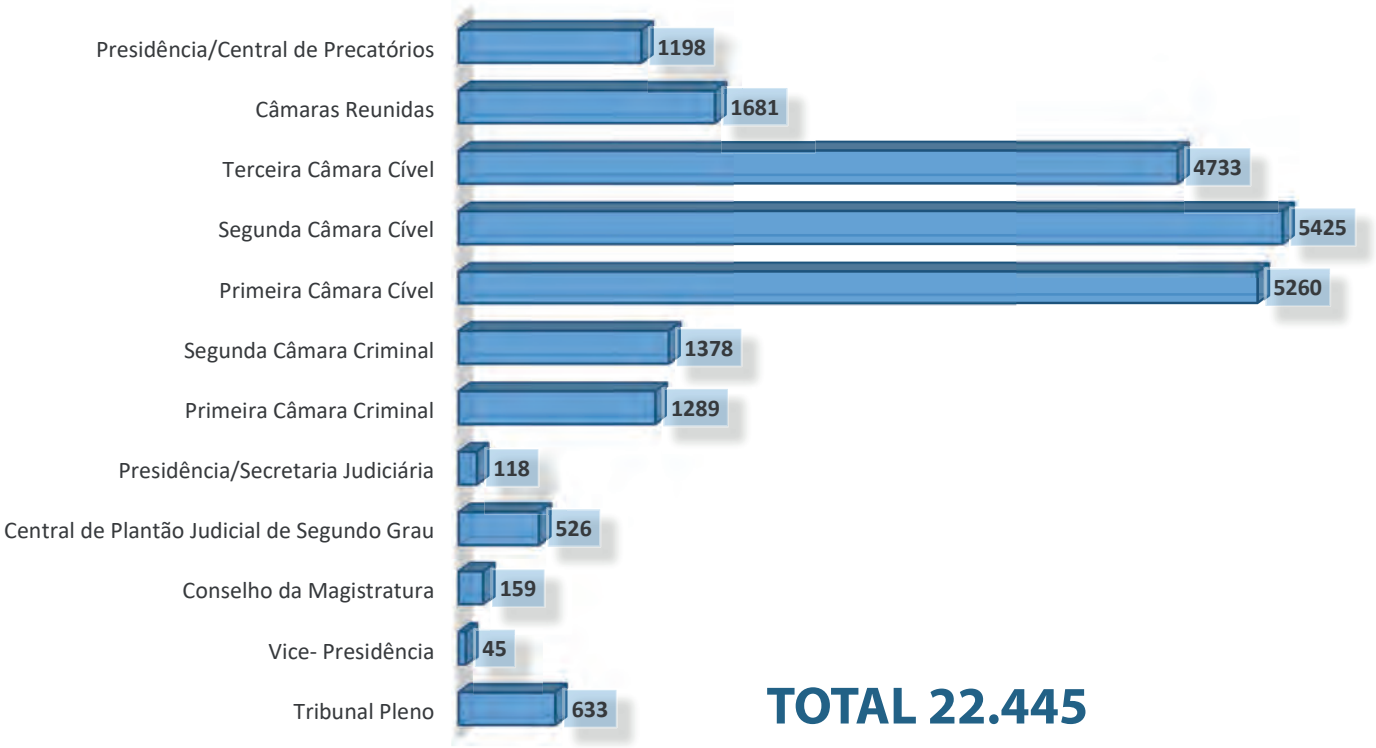
Portaria n.º 3.684, de 31 de outubro de 2022. Implanta o Núcleo de Apoio às Execuções e Cumprimentos de Sentenças para promover a investigação no patrimônio dos executados, a fim de identificar ativos para quitação dos créditos dos exequentes nos processos em trâmite nas Varas Cíveis de Entrância Final e Inicial, como medida de otimização das diligências executórias. (Retificada pela Portaria n.º 3702 de 03 de novembro de 2022).

Portaria n.º 3.739, de 04 de novembro de 2022. Unifica o 1.º Núcleo de Justiça 4.0 ao 2.º Núcleo de Justiça 4.0-Previdenciário, no âmbito deste Tribunal de Justiça e dá outras providências. (Retificada pela Portaria n.º 3.790, de 08 de novembro de 2022);

Portaria n.º 4.316, 06 de dezembro de 2022. Institui, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, **o Núcleo de Justiça 4.0 – PROCON**, com jurisdição na Comarca de Manaus, o qual abrange demandas previstas na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990.

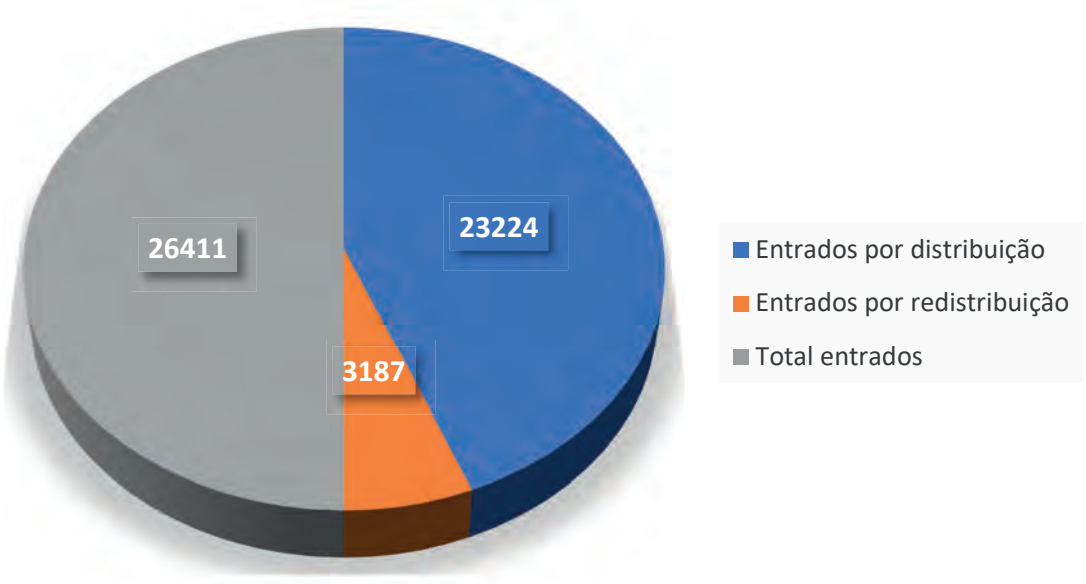
DADOS

Julho/2022 a Dezembro/2022
Relatório Sumário de Distribuição



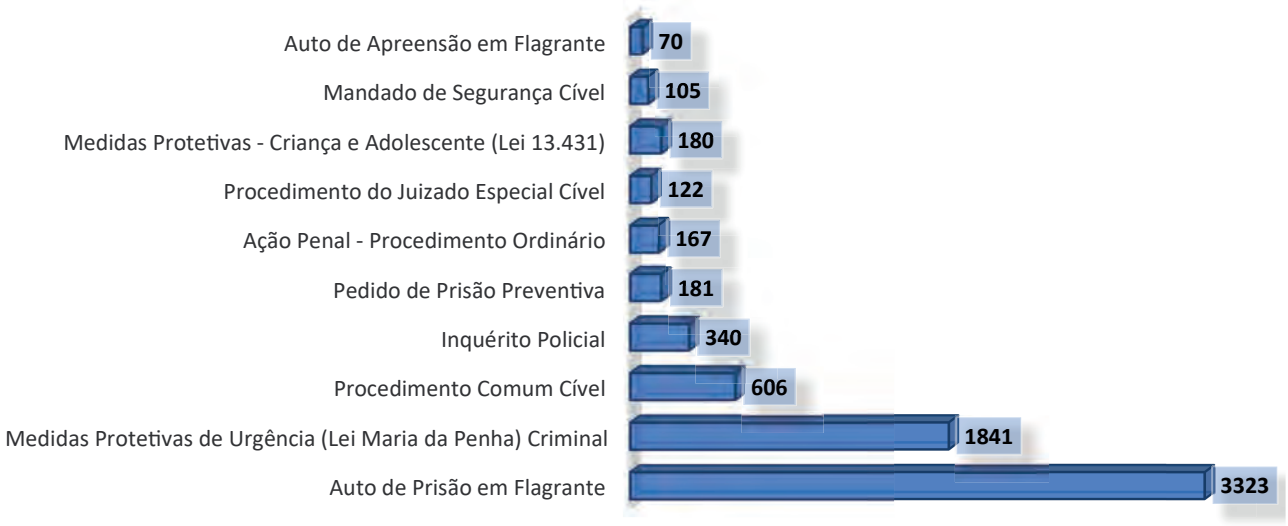
TOTAL 22.445

Total Geral



DADOS

Os 10 tipos de processos que mais entraram nas Varas de plantão do TJAM, por classe



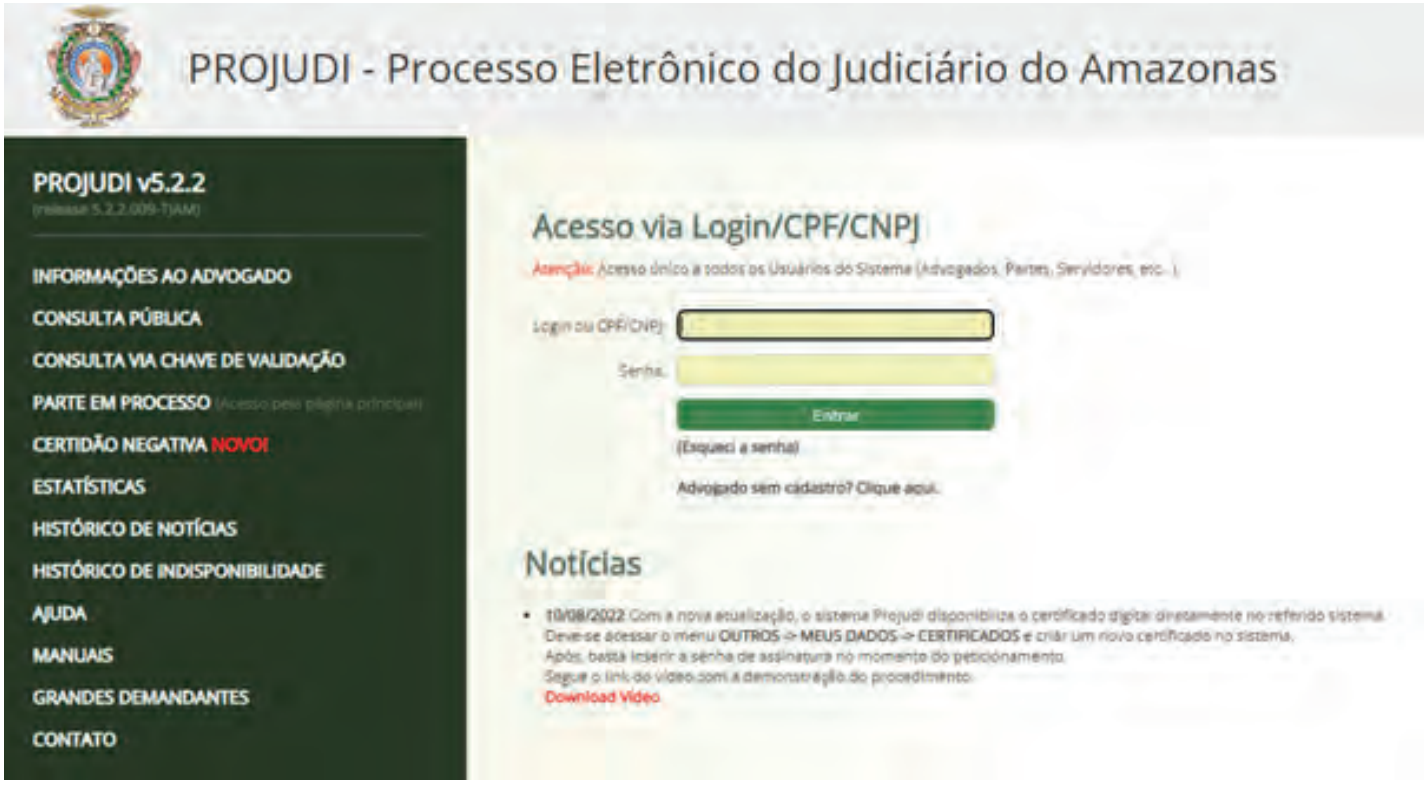
RESULTADOS JUDICIAIS

Dados dos sistemas judiciais do Tribunal de Justiça do Amazonas no período de 01/07 a 23/11/2022 indicam que a instituição tinha 740.957 processos em andamento no SAJ (1.º e 2.º Graus), Projudi e SEEU (execução penal).

Neste período, entraram nos sistemas do TJAM por distribuição novos 217.383 processos.

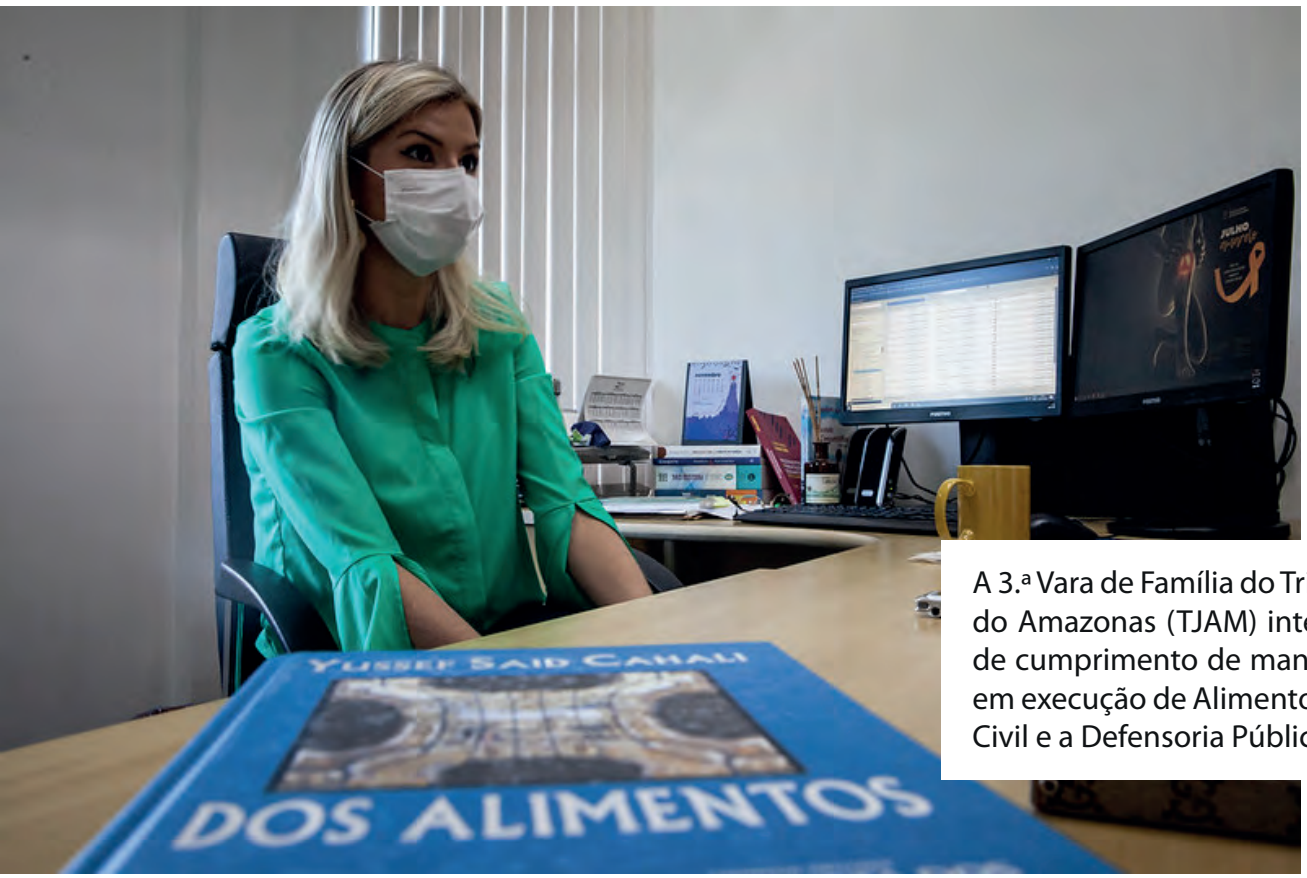
Do acervo total, foram julgadas 229.173 ações no período, e baixados 198.809 processos.

	Em andamento	Entrados por distribuição	Julgados	Baixados
SAJ Insights	411.902	111.805	129.388	119.551
SAJSG	68.706	55.620	42.803	36.149
Projudi	234.520	47.845	55.398	41.853
SEEU	25.829	2.113	1.584	1.256
Total	740.957	217.383	229.173	198.809


PROJUDI - Processo Eletrônico do Judiciário do Amazonas
PROJUDI v5.2.2
INFORMAÇÕES AO ADVOGADO
CONSULTA PÚBLICA
CONSULTA VIA CHAVE DE VALIDAÇÃO
PARTE EM PROCESSO
CERTIDÃO NEGATIVA NOVO!
ESTATÍSTICAS
HISTÓRICO DE NOTÍCIAS
HISTÓRICO DE INDISPONIBILIDADE
AJUDA
MANUAIS
GRANDES DEMANDANTES
CONTATO
Acesso via Login/CPF/CNPJ
Login ou CPF/CNPJ:
Senha:
Entrar
(Esqueci a senha)
Advogado sem cadastro? Clique aqui.
Notícias
Download Vídeo

SEEU
Sistema Eletrônico de Execução Unificado
Informações ao Advogado
Consulta Pública
Consulta via Chave de Validação
Processos Aptos a Julgamento
Processos Ag. Análise (Art. 153 CPC)
Parte em Processo (Acessó pela página principal)
Legislação
Softwares Requeridos
Estatísticas
Histórico de Notícias
Histórico de Indisponibilidade
Ajuda
Contato
SEEU
Sistema Eletrônico de Execução Unificado
Login ou CPF
Senha
Solicitar nova senha
Entrar
ou
Login Corporativo

MUTIRÃO



A 3.ª Vara de Família do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) integrou o mutirão de cumprimento de mandados de prisão em execução de Alimentos, junto à Polícia Civil e a Defensoria Pública do Estado.

Divisão de Serviço Social e Acessibilidade

A Divisão de Serviço Social e Acessibilidade do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (DSSA), está presente no egrégio órgão com o intuito de promover a acessibilidade e a inclusão para magistrados, servidores e toda a população que necessita da prestação jurisdicional. A divisão tem teve como diretora durante o segundo semestre de 2023 a servidora Monike Antony, que conta com uma equipe multidisciplinar de para sanar as necessidades do TJAM. Além da equipe, a Divisão trabalha concomitante à Comissão de Acessibilidade do TJAM, a qual é presidida pela desembargadora Vânia Marques Marinho.

Juntas, as frentes realizam um trabalho transversal de campanhas de saúde internas, acessibilidade para pessoas com deficiências em geral, sempre pensando na quebra de barreiras atitudinais.

JULHO

O quê?	Porquê?	Quando?
Dia da Saúde Ocular Card Informativo	Sensibilizar os servidores sobre a importância da Saúde Ocular.	10/07
Ação Permanente de Inclusão Multa moral nos fóruns	Contribuir para um ambiente de trabalho mais inclusivo, levando orientação e conscientização aos Servidores.	22/07
Ação permanente de Inclusão Sobre solicitação para cartão de Estacionamento do Idoso e Pcd's, para a emissão de credenciais das vagas específicas para servidores ou dependentescom deficiências, idoso (a) ou que possuem mobilidade reduzida.	Viabilizar direitos da pessoa com deficiência e idosa, para o fortalecimento da Inclussão e Acessibilidade Institucional, conforme Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021 - CNJ	Durante o mês de Julho

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS
10 de julho
Dia da Saúde Ocular
Você sabia?
Realizar regularmente exame oftamológico pode detecta sinais precoces de doenças oculares que apresentam desenvolvimento progressivo e silencioso.
Previna-se!
Divisão de Serviço Social e Acessibilidade

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS
Estacionamento
Exclusivo
A Divisão de Serviço Social e Acessibilidade informa que neste mês de julho dará continuidade às atividades do projeto de conscientização "Multa Social". A ação será desenvolvida nas áreas de estacionamento do Ed. Arnoldo Péres (Sede do TJAM) e do Fórum Mário Verçosa (em Aparecida).
ATENÇÃO
Divisão de Serviço Social e Acessibilidade

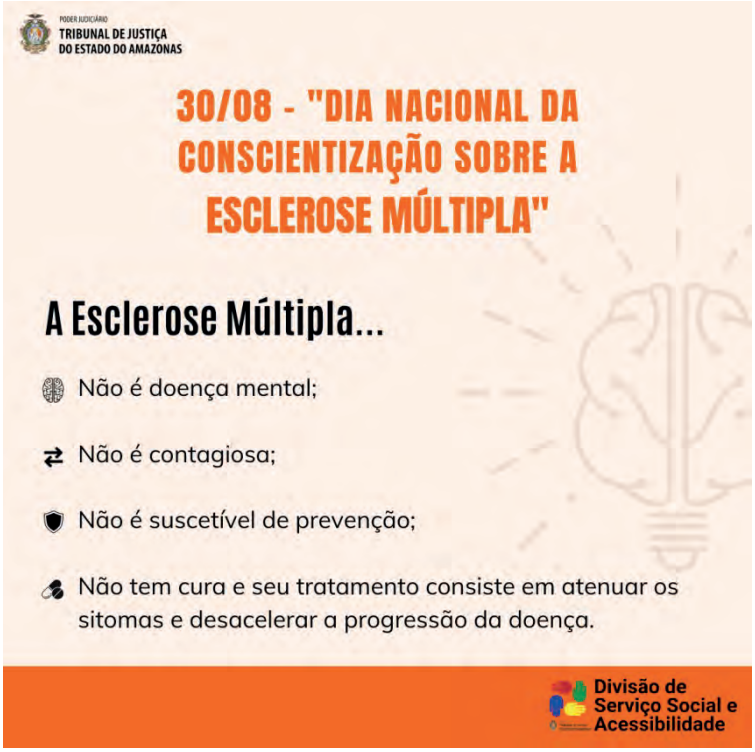
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS
O Instituto Municipal de Mobilidade Urbana (IMMU) reabriu a solicitação de credenciais de estacionamento para pessoas idosas e com deficiência.
Caso você necessite, procure pela Divisão de Serviço Social e Acessibilidade, para uma inserção em lista prévia.
Fórum Ministro Henoch Reis
5.º andar, setor 1 (ao lado da Vara Maria da Penha)
Telefone: (92) 3303-5042
E-mail: servico.social@tjam.jus.br
Divisão de Serviço Social e Acessibilidade

AGOSTO

O quê?	Porquê?	Quando?
Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla. Card Informativo	Conscientizar os servidores sobre o a importância inclusiva da pessoa com deficiência intelectual e múltipla.	22/08
Ação permanente de Inclusão Sobre solicitação para cartão de Estacionamento do Idoso e Pcd's, para a emissão de credenciais das vagas específicas para servidores ou dependentes com deficiências, idoso (a) ou que possuem mobilidade reduzida.	Viabilizar direitos da pessoa com deficiência e idosa, para o fortalecimento da Inclussão e Acessibilidade Institucional, conforme Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021 - CNJ	Durante o mês de Agosto
Dia Mundial da Conscientização da Esclerose Múltipla. Card Informativo	Visa conscientizar os servidores sobre o Dia Mundial da Conscientização da Esclerose Múltipla	30/08

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS
Estacionamento
Exclusivo
A Divisão de Serviço Social e Acessibilidade informa que neste mês de julho dará continuidade às atividades do projeto de conscientização "Multa Social". A ação será desenvolvida nas áreas de estacionamento do Ed. Arnoldo Péres (Sede do TJAM) e do Fórum Mário Verçosa (em Aparecida).
ATENÇÃO
Divisão de Serviço Social e Acessibilidade

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS
De 21 a 28 de agosto
Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla
O QUE É?
A Deficiência Intelectual: caracteriza-se por limitações no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo.
A deficiência Múltipla: é o conjunto de duas ou mais deficiências simultaneamente, seja deficiências intelectuais, físicas ou ambas combinadas.
Divisão de Serviço Social e Acessibilidade


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS
30/08 - "DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A ESCLEROSE MÚLTIPLA"
A Esclerose Múltipla...
Não é doença mental;
Não é contagiosa;
Não é suscetível de prevenção;
Não tem cura e seu tratamento consiste em atenuar os sitomas e desacelerar a progressão da doença.
Divisão de Serviço Social e Acessibilidade

SETEMBRO

O quê?	Porquê?	Quando?
Dia Universal da LIBRAS. Card Informativo	Conscientizar os servidores sobre o a importância do Dia Universal da LIBRAS	12/09
Ação Permanente de Inclusão Multa moral nos fóruns	Contribuir para um ambiente de trabalho mais inclusivo, levando orientação e conscientização aos Servidores.	27/09
Ação permanente de Inclusão Sobre solicitação para cartão de Estacionamento do Idoso e Pcd's, para a emissão de credenciais das vagas específicas para servidores ou dependentes com deficiências, idoso (a) ou que possuem mobilidade reduzida.	Viabilizar direitos da pessoa com deficiência e idosa, para o fortalecimento da Inclussão e Acessibilidade Institucional, conforme Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021 - CNJ	Durante o mês de Setembro
Dia Nacional da Luta das Pessoas com Deficiência. Sensibilização nos setores sobre os Direitos das pcd's card informativo.	Divulgação Virtual na intranet Institucional	21/09
1° Encontro de Acessibilidade e Inclusão	Divulgação Virtual na intranet Institucional	23/09

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS
10/09 - Dia Universal da LIBRAS
a b c d e
f g h i j
k L m n o
p q r s T
u v w x y z
Língua Brasileira de Sinais
(Lei n.º 10.436)
Divisão de Serviço Social e Acessibilidade

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS
Essa vaga é exclusiva, respeite quem precisa dela.
A Divisão de Serviço Social e Acessibilidade do TJAM, informa que neste mês de setembro, dará continuidade às atividades do projeto de conscientização "Multa Moral" nos estacionamentos dos Tribunais Henoch Reis e Euza Maria.
ATENÇÃO
Divisão de Serviço Social e Acessibilidade

CONVITE
1º ENCONTRO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO TJAM
TEMÁTICA:
Acessibilidade Atitudinal
DATA:
23/09/2022
HORÁRIO:
10h (abertura)
12h (encerramento com coffee break)
LOCAL:
Salão Nobre de Fórum Henoch Reis
Fernanda Mendonça
Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas junto ao TCE/AM
Nancy Segadilha
Advogada e Vice Presidente da Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Conselho Federal da OAB
Sandra Desideri
Psicóloga e Membro da Comissão de Assédio e Discriminação do TJAM

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS
21 de Setembro
Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência
A maior limitação ainda é o preconceito.
Lei n.º 11.133
Divisão de Serviço Social e Acessibilidade

OUTUBRO

O quê?	Porquê?	Quando?
Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Física Card Informativo	Conscientizar os servidores sobre o a importância do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Física	11/10
Dia Nacional e Mundial da Saúde Mental Card Informativo	Promover a conscientização dos dos servidores sobre o respeito com as pessoas que fazem tratamento psiquiátrico	10/10
Ação Permanente de Inclusão Multa Moral Card Informativo	Promover a conscientização dos servidores em respeito ao Uso de vagas específicos no estacionamento	21/10
Ação permanente de Inclusão Sobre solicitação para cartão de estacionamento do Idoso e Pcd's, para a emissão de credenciais das vagas específicas para servidores ou dependentes com deficiência, idoso (a) ou que possuem mobilidade reduzida.	Viabilizar direitos da pessoa com deficiência e idosa, para o fortalecimento da Inclusão e Acessibilidade Institucional, conforme Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021 - CNJ	26/10

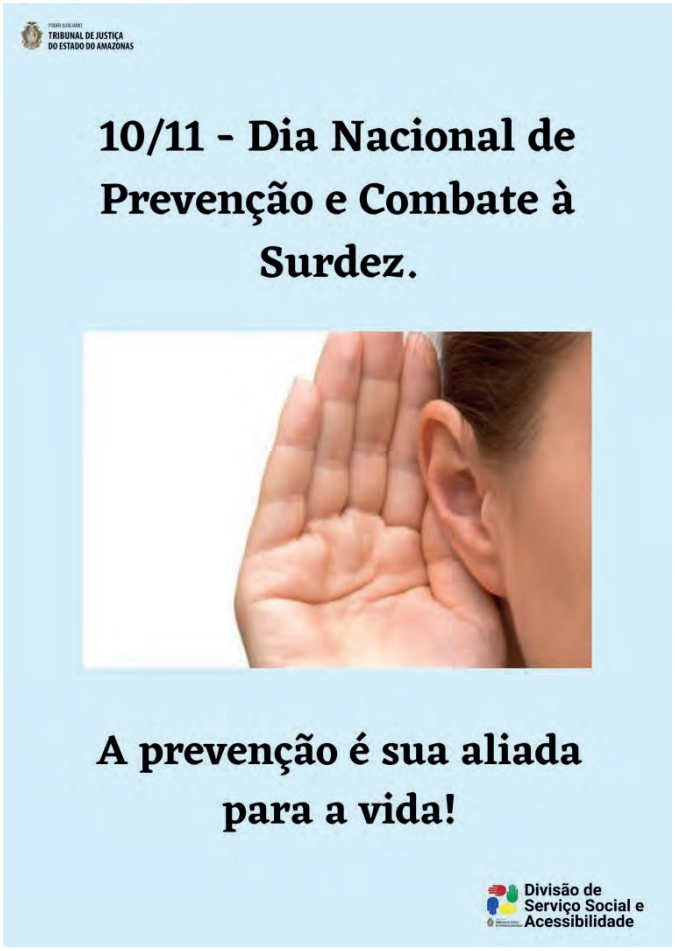
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS
Dicas para melhorar sua saúde mental
Tenha uma alimentação saudável
Aprenda a gerenciar o estresse
Se precisar, peça ajuda a alguém confiável
Saúde mental não é sobre não sentir coisas ruins, é sobre não se deixar dominar por elas.
Divisão de Serviço Social e Acessibilidade

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS
11 de outubro
Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Física
A maior limitaçao ainda é o preconceito.
Lei Nº. 13.146
Divisão de Serviço Social e Acessibilidade

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS
Essa vaga é exclusiva, respeite quem precisa dela.
A Divisão de Serviço Social e Acessibilidade do TJAM, informa que neste mês de setembro, dará continuidade às atividades do projeto de conscientização "Multa Moral" nos estacionamentos dos Tribunais Henoch Reis e Euza Maria.
ATENÇÃO
Multa moral
Divisão de Serviço Social e Acessibilidade

NOVEMBRO

O quê?	Porquê?	Quando?
Dia Nacional da Prevenção e Combate a Surdez Card Informativo	Sensibilizar os servidores sobre as formas de prevenção da Surdez adquirida.	10/11
Ação permanente de Inclusão Sobre solicitação para cartão de Estacionamento do Idoso e Pcd's, para a emissão de credenciais das vagas específicas para servidores ou dependentes com deficiência, idoso (a) ou que possuem mobilidade reduzida.	Viabilizar direitos da pessoa com deficiência e idosa, para o fortalecimento da Inclusão e Acessibilidade Institucional, conforme Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021 - CNJ	11/11
Ação permanente de Inclusão não é privilégio, é direito Multa Moral Card Informativo	Promover a conscientização dos servidores em respeito ao Uso de Vagas Específicos no estacionamento	18/11
Dia Nacional da Conscientização Negra Card Informativo	Conscientizar os servidores sobre a importância do Dia Nacional da Conscientização Negra	20/11

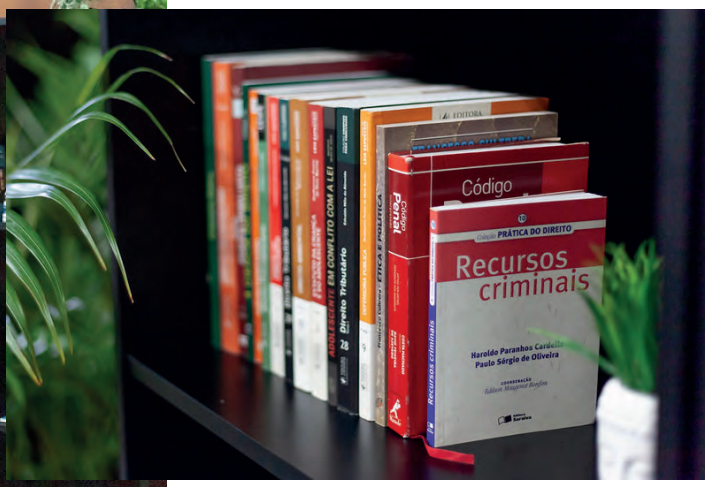

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS
10/11 - Dia Nacional de Prevenção e Combate à Surdez.
A prevenção é sua aliada para a vida!
Divisão de Serviço Social e Acessibilidade

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS
20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra.
Discriminação racial é crime. Denuncie!
Divisão de Serviço Social e Acessibilidade

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS
Essa vaga é exclusiva, respeite quem precisa dela.
A Divisão de Serviço Social e Acessibilidade do TJAM, informa que neste mês de setembro, dará continuidade às atividades do projeto de conscientização "Multa Moral" nos estacionamentos dos Tribunais Henoch Reis e Euza Maria.
ATENÇÃO
Multa moral
Divisão de Serviço Social e Acessibilidade

Espaço Leitura

Divisão de Serviço Social e de Acessibilidade inaugura "Espaço da Leitura", no térreo do Fórum Ministro Henoch Reis



Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid)

A Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid), órgão do Tribunal de Justiça do Amazonas, vinculada à presidência do TJAM, atua para aprimorar a estrutura e as políticas do Poder Judiciário na área do combate e da prevenção à violência contra as mulheres. O órgão tem a atribuição de assessorar a presidência do TJAM no desenvolvimento de políticas, treinamentos e ações relacionados ao tema e de organizar e coordenar a realização das semanas de esforço concentrado de julgamento dos processos no Programa Nacional "Justiça pela Paz em Casa", garantindo apoio material e humano aos juízes competentes para o julgamento dos processos.

É também função da Cevid/TJAM promover a articulação com outros órgãos públicos, entidades públicas e privadas e organizações não-governamentais envolvidos nos trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas; facilitar a interlocução do Tribunal com a imprensa e a sociedade, relativamente à população abrangida pela Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e apoiar juízes, servidores e equipes multidisciplinares para a melhoria da prestação jurisdicional.

Durante o segundo semestre de 2022 esteve à frente do órgão - no cargo de coordenadora - a vice-presidente do TJAM, desembargadora Maria das Graças Pessôa Figueiredo.

Entre as atividades realizadas no segundo semestre do ano estão:

Cursos para mulheres vítimas de violência doméstica são oferecidos por meio de parceria entre a Coordenadoria da Mulher do TJAM e o Sebrae/AM

Em julho, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Amazonas (Cevid/TJAM) anunciou estar firmando parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/AM) a fim de oferecer vagas em cursos de formação profissional voltados a mulheres que figuram como vítimas em processos que tramitam nos "Juizados Maria da Penha".

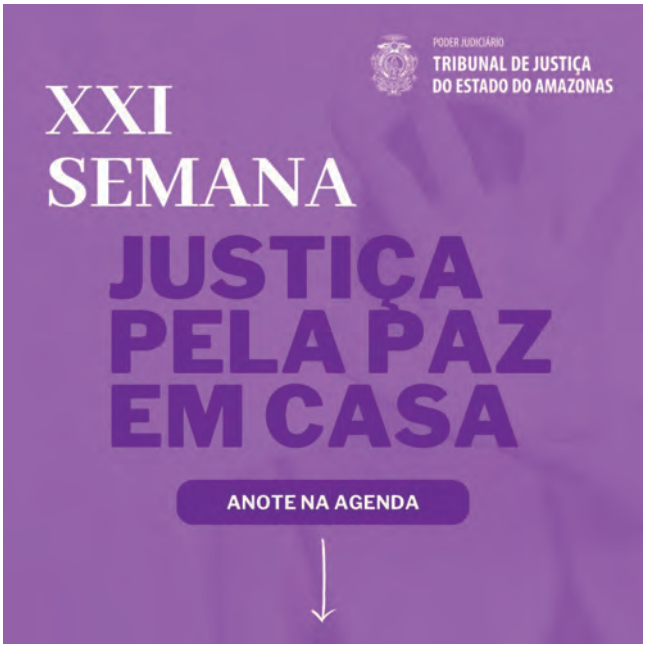
A desembargadora Graça Figueiredo destacou a importância da iniciativa, uma vez que a dependência econômica em relação ao marido ou companheiro é, muitas vezes, a razão que desestimula mulheres vítimas de violência doméstica a romperem com a relação tóxica e a denunciarem seus agressores.

Neste mês, a Cevid/TJAM encaminhou um total de 81 mulheres para participarem da ação "Caravana pra Elas", ocorrida no dia 7, no Studio 5 Shopping e Convenções, em Manaus, com órgãos das três esferas e, ainda, outras entidades parceiras. Além das indicações da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJAM, a iniciativa teve a presença de mais mulheres, no total de 3.823 participantes, que se distribuíram entre as 24 capacitações levadas ao público na data, além dos serviços realizados.

No Amazonas, "21.ª Semana Justiça pela Paz em Casa" terá quase 2 mil processos em pauta

Em agosto, para a 21.a "21.ª Semana Justiça pela Paz em Casa", o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) pautou 1.985 processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e que no Estado é coordenado pela Cevid/TJAM. O número representa um aumento de 65,4% em relação ao quantitativo pautado (1,2 mil processos) na última edição do evento, realizada em março deste ano.

A realização da "Semana Justiça pela Paz em Casa" segue orientação do Conselho CNJ e tem a finalidade de ampliar a efetividade da Lei "Lei Maria da Penha". O projeto, iniciado ainda em 2015, conta com três edições anuais: a primeira promovida no mês de março, marcando o "Dia Internacional da Mulher"; a segunda no mês de agosto, por ocasião do aniversário de sanção da "Lei Maria da Penha"; e a última edição em novembro, em alusão ao "Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher", instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU).



Durante abertura da "21.ª Semana Justiça pela Paz em Casa", vice-presidente do TJAM alerta para números alarmantes da violência contra a mulher

No Brasil, desde 1980, quase 100 mil mulheres perderam as suas vidas por meios violentos, segundo dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (SUS). Das mortes, 68,8% aconteceram na residência, ou seja, no âmbito doméstico, nas relações privadas ou mais íntimas onde a violência tem sido praticada com mais intensidade e barbárie. Esses dados foram destacados, em tom de alerta, em agosto, pela vice-presidente do TJAM e coordenadora da Cevid/TJAM, desembargadora Graça Figueiredo, durante a abertura da "21.ª Semana Justiça pela Paz em Casa".

A ação é um esforço concentrado realizado pelos tribunais do País, sob orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para agilizar os processos judiciais relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. A segunda edição do ano da ação marcou os 16 anos da promulgação da "Lei Maria da Penha" (Lei 11.340/2006). No total, 1.985 processos estiveram pautados para o período de esforço concentrado, sendo 706 na capital e 1.279 no interior do Estado.

"Projeto Maria Vai à Escola" leva debate sobre relacionamentos abusivos e violência contra a mulher a alunos de escola estadual

Também em agosto os alunos da Escola Estadual ngelo Ramazzoti, em Adrianópolis, zona Centro-Sul de Manaus, receberam a visita da equipe de Atendimento Multidisciplinar do 1.º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ("1.º Juizado Maria da Penha"), do Tribunal de Justiça do Amazonas, que esteve no local apresentando aos adolescentes o projeto "Maria Vai à Escola".
Na oportunidade, os estudantes conheceram a recém-lançada cartilha virtual "Precisamos Falar de Relacionamento". A atividade integrou as ações da "21.ª Semana Justiça pela Paz em Casa", programa idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e que, no TJAM, tem à frente a Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência, coordenada pela vice-presidente da Corte, desembargadora Graça Figueiredo.

TJAM conclui a "Semana Justiça pela Paz em Casa" registrando 1.777 audiências, 1.273 processos sentenciados com resolução de mérito e mais de 300 medidas protetivas concedidas

O Tribunal de Justiça do Amazonas, por meio da Cevid/TJAM divulgou em agosto um balanço estatístico da "21.ª Semana Justiça pela Paz em Casa", que foi realizada no período de 15 a 19 de agosto e por meio da qual o Poder Judiciário Estadual mobilizou unidades judiciárias da capital e do interior do Estado para mutirões de audiências e julgamento em processos relativos à violência doméstica e familiar contra a Mulher.

No período foram realizadas 1.777 audiências – sendo 297 audiências preliminares (de acolhimento e justificativa), 1.329 de instrução e 158 referentes ao art. 16 da Lei Maria da Penha – e proferidos 476 despachos processuais. Durante o período de esforço concentrado, 276 medidas protetivas em favor de mulheres agredidas foram concedidas, e seis sessões do Tribunal do Júri foram realizadas para julgar casos de feminicídio. O balanço estatístico também aponta que 2.304 processos tiveram sentenças ou decisões proferidas, dos quais, 1.273 (processos) foram sentenciados com resolução de mérito. Conforme o levantamento, o mutirão contou com a participação de 65 magistrados e 304 servidores do Poder Judiciário Estadual.

TJAM e Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar recebem viaturas da Secretaria de Segurança que serão usadas no cumprimento de Medidas Protetivas

Em 21 de setembro, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM) e a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar receberam duas viaturas da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas para serem utilizadas exclusivamente no cumprimento de Medida Protetiva de Urgência (MPU) concedida pelos Juizados Especializados no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Manaus, mais conhecidos como "Varas Maria da Penha".
De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre janeiro de 2020 e maio deste ano, o Brasil registrou 572.159 Medidas Protetivas de Urgência (MPU) para meninas e mulheres em situação de violência doméstica. Manaus e o município de Iranduba, que faz parte da região metropolitana, registraram 5.645 processos de MPU em 2021. E este ano, até o dia 5 de agosto, as duas cidades contabilizaram 3.162 processos de MPU. Somente na capital, os oficiais de Justiça cumprem, em média, 18 medidas protetivas diariamente.

Começa a 22.ª edição da "Semana Justiça pela Paz em Casa"

Em novembro, em cerimônia ocorrida no hall do Fórum Desembargador Lúcio Fonte Rezende, na Cidade Nova, zona Norte, a vice-presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas e Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, desembargadora Maria das Graças Pessôa Figueiredo, abriu oficialmente as atividades da "22.ª Semana Justiça pela Paz em Casa".

A ação – que tem o objetivo de ampliar a efetividade da "Lei Maria da Penha" – teve mais de 1,5 mil audiências pautadas para o período de esforço concentrado, nas unidades judiciais da capital e do interior do Estado, sendo essa a terceira edição do evento neste ano – as outras duas ocorreram em março e agosto.

Participação no "V Encontro do Colégio de Coordenadores Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica - Cocevid"

Ainda em novembro de 2022 a desembargadora Graça Figueiredo participou, em Belém (PA), do "V Encontro do Colégio de Coordenadores Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica - Cocevid", onde apresentou, por meio de um vídeo, produzido e editado pela Assessoria de Comunicação Social do Tribunal em parceria com a coordenadoria estadual, as ações da Cevid/TJAM. O vídeo destaca indicadores dos anos de 2021 e 2022, como o quantitativo de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher entrados, apontando um aumento de 16% no comparativo entre os dois períodos, bem como o de processos baixados apontando um aumento de 31,6%, e os julgados, com aumento de 5,8%. Outro dado apresentado foi o que registra a queda da taxa de congestionamento dos processos, da ordem de 4,68%.

A participação do TJAM nas edições da "Semana Justiça pela Paz em Casa", com a realização de mutirões de audiências e de uma série de ações realizadas pelas equipes multidisciplinares dos "Juizados Maria da Penha", também são destacadas no vídeo, bem como parcerias institucionais firmadas pelo Tribunal, por meio da Cevid/TJAM. O vídeo apresentado no evento pela desembargadora Graça Figueiredo pode ser acessado pelo canal do YouTube do TJAM através do QR-Code abaixo.

SAIBA MAIS
CONTEÚDO MULTIMÍDIA

Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid)

AGOSTO | 2022

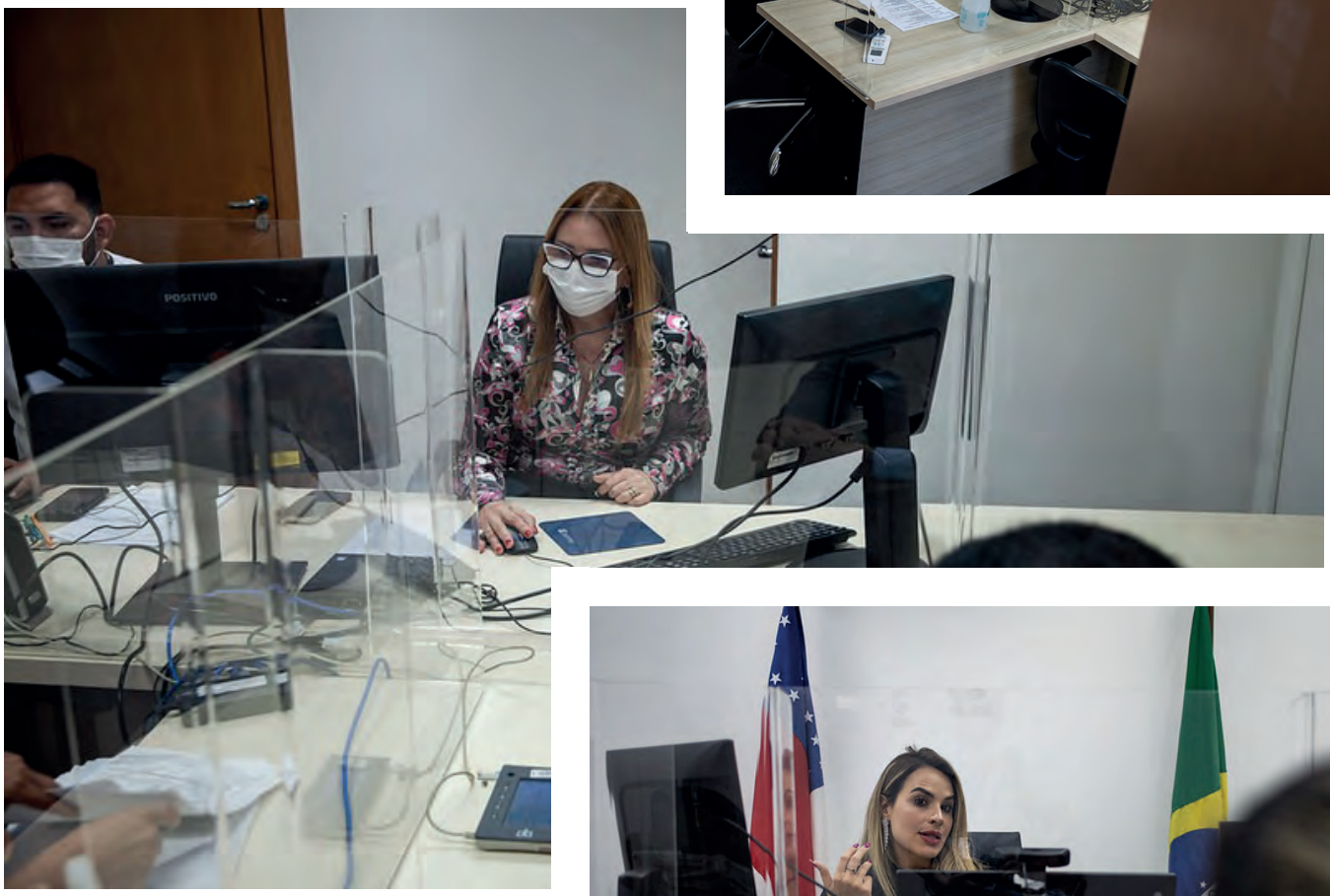
O Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) promoveu a segunda edição de 2022 da 'Semana Justiça pela Paz em Casa'. A abertura foi realizada no Fórum Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcellos.

AGOSTO | 2022

Segunda edição no ano da 'Semana Justiça pela Paz em Casa': atendimentos nos fóruns de Justiça. Na foto, atendimento nos 2.º e 3.º Juizados Especializados no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Manaus.

AGOSTO | 2022

Os Juizados Especializados no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher realizaram audiências durante a segunda edição do ano da "Semana Justiça pela Paz em Casa", em Manaus.



AGOSTO | 2022

Segunda edição de 2022 da "Semana Justiça pela Paz em Casa" no interior do Estado. A abertura foi realizada no Fórum de Justiça da Comarca de Iranduba.

Coordenadora da Infância e Juventude do TJAM (COIJ)

Projeto protegendo filhos, transformando vidas

OBJETIVO

Objetivo geral: Garantir o cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes, filhos/as de mulheres em situação de privação de liberdade, tendo em vista o pleno desenvolvimento infantojuvenil para a construção de um projeto de vida proativo e saudável, com vistas à transformação das condições materiais e sociais no âmbito familiar e comunitário.

RESULTADOS 2022	Quantidade (Genitoras)	Quantidade (Crianças e Adolescentes)
Promover a regularização dos direitos de crianças e adolescentes no sistema de justiça	04	10
Viabilizar o acesso à emissão de documentos pessoais	00	00
Garantir acompanhamento psicológico, socioassistencial, escolar e de saúde	305	716
Promover o acesso de crianças e adolescentes à cultura	29	60
Promover o acesso de adolescentes à profissionalização	04	04
Estimular a criação de espaços de encontros e socialização mãe/filhos/as	00	00
TOTAL	334	771

PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS

DATA	LOCAL	Atividades
07/07/2022	Reunião online (google meet).	Reunião com a Pró-Reitora de Extensão da Nilton Lins para dialogar oportunidade de bolsa de estudos para filhos e para as usuárias do Projeto Protegendo Filhos.
12/07/2022	Reunião online (Google Meet).	Reunião com a equipe de Comunicação Social do TJAM para tratar do material gráfico do Projeto Protegendo Filhos Transformando Vidas.
04/08/2022	Av. Pedro Teixeira - Dom Pedro.	Reunião para conhecer o Programa Projovem Urbano e apresentar o Projeto Protegendo Filhos, Transformando Vidas.
26/08/2022	Semsa-Manaus.	Reunião com equipe da Semsa para tratar de Parceria Projeto Protegendo Filhos e Projeto Acolhendo Vidas
19/09/2022	Reunião presencial na Coij.	Organização da Programação e Encaminhamentos da Cerimônia de Parceria do Projeto Protegendo Filhos.
05/10/2022	Auditório do Centro Administrativo Des. José de Jesus Ferreira Lopes (TJAM).	Cerimônia de Celebração de Parcerias do Projeto Protegendo Filhos, Transformando Vidas
22/11/2022	Auditório Luis Geraldo Pontes Teixeira (Semed).	Cerimônia de Premiação das Ações Destaques dos CEMASPs

Quadro de Distribuição da data e local de realização das atividades referentes ao Projeto Protegendo filhos, transformando vidas Fonte: COIJ/TJAM (2022)

PROCEDIMENTO ADOTADO

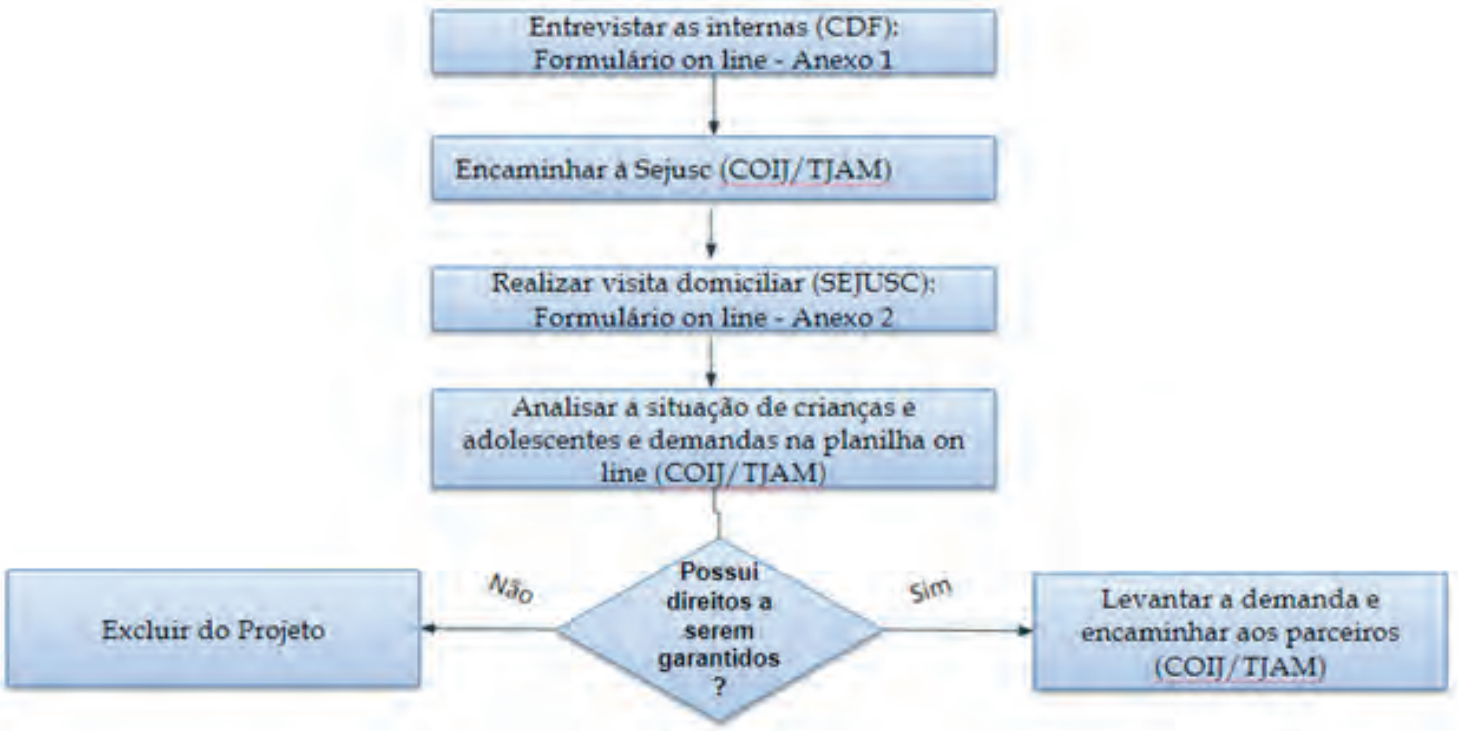
A equipe psicossocial do Sistema Prisional preenche um formulário de entrevista à interna on line (Anexo I), coletando as informações sociofamiliares, com destaque para a situação dos filhos das mulheres, na faixa etária de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos de idade, com envio das informações on line mensalmente.

Automaticamente, após o preenchimento do formulário de entrevista à interna *online* (Anexo 1) as crianças e adolescentes são incluídas no Projeto Protegendo Filhos, Transformando Vidas da Coordenadoria da Infância e Juventude para iniciar os procedimentos operacionais do Projeto.

Quando incluídas, a Coordenadoria da Infância e da Juventude encaminha a relação de crianças e adolescentes com necessidade de visitas domiciliares para a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – Sejusc. A equipe psicossocial da Sejusc realiza visitas domiciliares ao familiar responsável pelo(a) filho(a) da mulher privada de liberdade e preenche formulário de entrevista ao responsável on line (Anexo II) para identificação da demanda do Projeto Protegendo Filhos, Transformando Vidas.

A equipe multidisciplinar da Coij recebe as demandas das crianças e dos adolescentes identificados, por meio de planilha do banco de dados oriunda do preenchimento dos formulários online (Anexos I e II) e procede com os encaminhamentos necessários junto aos parceiros, conforme os objetivos propostos. Vale salientar a formalização de 12 acordos de cooperação técnica junto aos parceiros externos.

FLUXOGRAMA DO PROJETO PROTEGENDO FILHOS, TRANSFORMANDO VIDAS



REGISTRO FOTOGRÁFICO
Visitas realizadas pela equipe da Sejusc (2022)

Concessão de bolsas integrais de estudo no ensino superior (Ago/2022)

Reunião com o Programa Projovem Urbano em 08 de agosto de 2022

Assessoramento Sociopsicopedagógico Escola Izabel Angarita
Data: 03.10.22 - Matutino - PROJETO PROTEGENDO FILHOS - TJ
Atendimento a Professor e Observação de Aluno
Assessoras : Hellen Salomão e Helen Lins

Cerimônia de celebração de parceria do Projeto Protegendo Filhos
05 de outubro de 2022

Cerimônia de Premiação das ações destaques dos CEMPASPs

Projeto SGD em Movimento: Diálogos em Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Amazonas

OBJETIVO GERAL: Promover diálogos entre os atores do Sistema de Garantia de Direitos, com ênfase na articulação dos atores com o Sistema de Justiça em defesa da criança e do adolescente do Amazonas.

PÚBLICO-ALVO: Representantes do Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Militar, Conselho Tutelar, Saúde, Assistência Social e Educação, Organizações da Sociedade Civil na área da criança e do adolescente, dentre outros.

IMPLEMENTAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO AMAZONAS

A Coordenadoria da Infância e Juventude implementou o Projeto Piloto "SGD em Movimento: Diálogos em Defesa dos direitos de Crianças e Adolescentes do Amazonas" nos municípios de Itapiranga, Silves e Manacapuru em maio de 2022.

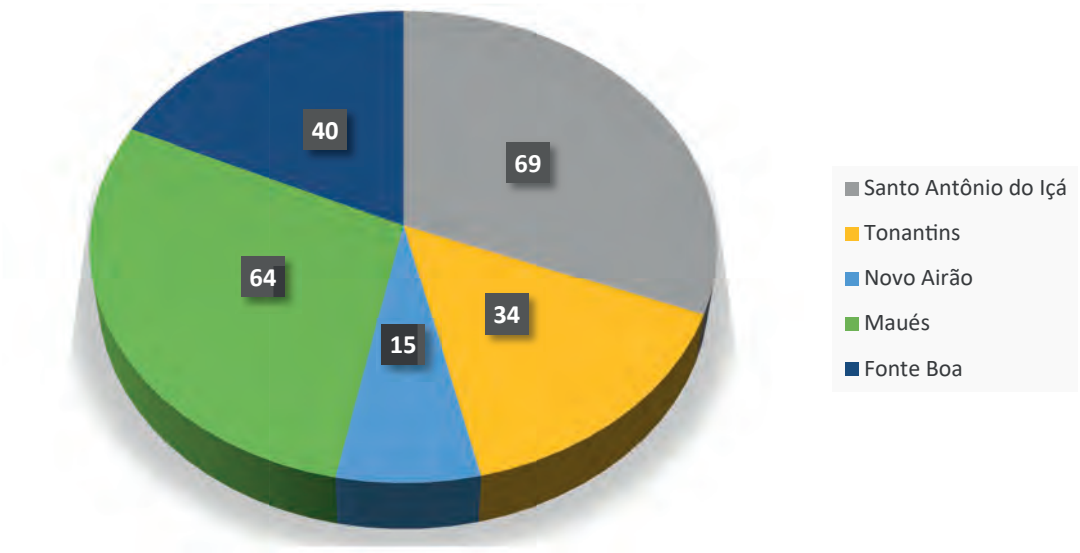
Em continuidade e devido ao sucesso do projeto, em agosto a ação foi implementada no Município de Santo Antônio do Içá e nos dias 18 e 19 de agosto, no Município de Tonantins. Nestes municípios, além da roda de conversa sobre os procedimentos em situações de violência contra crianças e adolescentes (escuta especializada e depoimento especial), ministrado pelas servidoras Jane Nagaoka e Valda Calderaro, também foi realizado o curso de Noções Introdutórias em Depoimento Especial, ministrado pelo servidor Rafael Ulhôa. Em Santo Antônio do Içá a atividade contou com 69 participantes na roda de conversa junto à rede de proteção social e 34 participantes no curso de Noções Introdutórias em Depoimento Especial, com a presença, também, de representantes dos Municípios de São Paulo de Olivença e Amaturá. Em Tonantins foram 34 participantes na roda de conversa e 37 participantes no curso de Noções Introdutórias em Depoimento Especial, com a presença de representantes dos municípios de Fonte Boa e Jutaí.

Em Novo Airão o projeto foi realizado em setembro e por conta de atividades alusivas aos feriados de 5 e 7 de setembro houve pouca adesão, com 15 participantes da rede de proteção social do Município. A atividade pautou-se no tema violência infantojuvenil, ministrado pelas servidoras Jane Nagaoka e Valda Calderaro.

Em outubro o projeto foi implementado no Município de Maués, abordando os temas "Os procedimentos em situação de violência contra crianças e adolescentes" e "A atuação do Judiciário em situações e medida de proteção: acolhimento, guarda e adoção", ministrados pelas servidoras Jane Nagaoka e Valda Calderaro, totalizando 64 participantes. Também foi realizado curso de Noções Introdutórias em Depoimento Especial, ministrado pelo servidor Rafael Ulhôa, direcionado aos profissionais indicados, com inclinação na área da infância e da juventude, totalizando 34 participantes.

Em novembro foi realizada roda de conversa no Município de Fonte Boa junto à rede de proteção do Município, ministrado pela servidora Jane Nagaoka. A atividade contou com 40 participantes e foi discutido sobre os procedimentos em situações de violência contra crianças e adolescentes, com destaque à Lei Henri Borel (Lei n.º 14.344/2022) e Lei 13.431/2017 (escuta especializada e depoimento especial).

Número de Participantes julho a dezembro



Quadro: Implementação do Projeto SGD em Movimento: Diálogos em defesa dos direitos de crianças e adolescentes do Amazonas
Fonte: COIJ/TJAM (2022)

Projeto Acolhendo Vidas

OBJETIVO GERAL: Contribuir para a redução de situações de abandono e/ou entrega irregular/ilegal de bebês a terceiros, prevenindo a exposição da criança a eventuais situações de risco, proporcionando proteção e garantia dos direitos do nascituro.

METODOLOGIA

O projeto consiste no encaminhamento da gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, à Justiça da Infância e da Juventude, garantindo o sigilo na tomada da decisão, em conformidade com o Art. 19-A do ECA (Lei n.º 8069/1990).

O acompanhamento às mulheres e/ou adolescentes é realizado respeitando sua individualidade e intimidade, garantindo-lhes apoio psicossocial e jurídico na decisão segura e sigilosa. Quando necessário, viabiliza-se o acolhimento ao recém-nascido, caso contrário, preserva a manutenção do convívio com a família natural de forma responsável, zelando pelo integral desenvolvimento do bebê.
Seguem os principais motivos que justificam a não entrega de filhos para conhecidos ou desconhecidos criarem:

• Configura um dos motivos que levam à Destituição do Poder Familiar por entrega irregular do filho a terceiros para fins de adoção (Art. 1.638, V, do Código Civil).

• Quando a entrega envolve pagamento ou promessa de recompensa, a conduta é considerada CRIME, para quem entrega e para quem recebe (Art. 238 do ECA), com pena prevista de prisão de 1 a 4 anos, além de multa.

• Quem registra filho de outra pessoa como seu, incidirá em crime previsto no Art. 242 do Código Penal. Quem expõe ou abandona um recém-nascido comete crimes previstos nos arts. 133 e 134, ambos do Código Penal, com pena prevista de detenção de 6 meses a 3 anos e caso resulte em morte do bebê, a pena aumenta para 2 a 6 anos.

• Incorre também em crime, com pena de pagamento de multa de até R$10.000,00 (dez mil reais), o médico, enfermeiro, dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante ou ainda o funcionário de programa social ou comunitário que deixar de efetuar imediato encaminhamento à autoridade judiciária o caso de que tenha conhecimento de mãe ou gestante interessada em entregar seu filho para adoção (Art. 258-B e Parágrafo Único).

PÚBLICO-ALVO: Mulheres e/ou adolescentes grávidas ou em fase pós-parto que manifestem a intenção de entregar seu filho em adoção.

PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS

DATA	LOCAL	Atividades
13/10/2022	Maternidade Chapo Prevost	Reunião de apresentação do Projeto Acolhendo Vidas
26/10/2022	Maternidade Dona Lindú	Reunião de apresentação do Projeto Acolhendo Vidas

REGISTRO FOTOGRÁFICO
Reunião na Maternidade Dona Lindu em 26 de outubro de 2022

Projeto Acolhendo Vidas

O "Encontrar Alguém" foi criado pela Coordenadoria da Infância e Juventude e lançado em 2018 pelo Tribunal de Justiça do Amazonas.

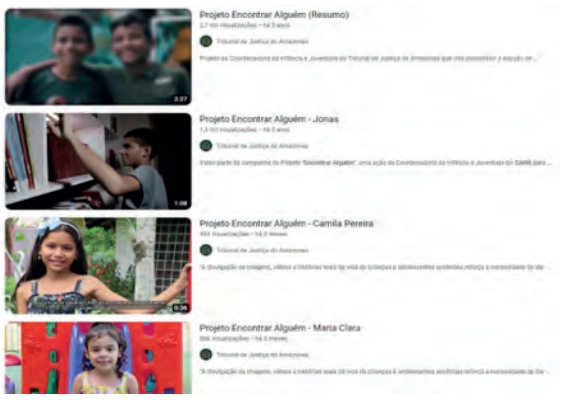
O projeto busca pretendentes à adoção de crianças e adolescentes, destituídos do poder familiar e inseridos em programas de acolhimento familiar e institucional, que atualmente não possuem pretendentes habilitados no Sistema Nacional de Adoção (SNA).

OBJETIVO:

O objetivo é divulgar, de forma responsável, imagens e a história de vida de crianças e adolescentes consideradas de difícil colocação em família substituta. Pessoas interessadas, no perfil dessas crianças e adolescentes, serão atendidas pelo Juizado da Infância e Juventude Cível e seguirão os trâmites avaliativos previstos em Lei.

RESULTADOS:

- Visando a manter a atualização, no segundo semestre de 2022, foram realizadas, com o apoio da Assessoria de Comunicação Social do Tribunal, as seguintes produções:
- Cards Informativos Sobre Adoção Tardia;
- *Folder* e *Banner* atualizados
- 16 videos atualizados com crianças e adolescentes que já estão no projeto;
- 15 vídeos de crianças e adolescentes que foram inseridas no projeto;
- 18 Crianças e adolescentes desligados com termo de guarda para fins de adoção (processo em tramitação), desse total , 02 são grupos de 2 irmãos, e 01 grupo de 3 irmãos.



Projeto "Legal, Tô Documentado!"

O Tribunal de Justiça do Amazonas, por meio da Coordenadoria da Infância e da Juventude, deu prosseguimento ao projeto "Legal, tô documentado", com atendimento de crianças e adolescentes das 9 instituições de acolhimento da Capital. A retomada das atividades ocorreu no primeiro semestre de 2022 e, no segundo semestre, foi dada continuidade à ação, dando concretude à função do Judiciário amazonense, de atuar com relevância social diante das necessidades das crianças e adolescentes.

Os parceiros nessas atividades foram a Delegacia da Receita Federal/Manaus e a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – Sejusc. Toda ação contou com o apoio da equipe técnica do Juizado da Infância e Juventude Cível, e das unidades de acolhimentos institucionais participantes que acompanharam todo processo para que crianças e adolescentes possam ter acesso à documentação básica.

OBJETIVO:
Garantir a construção da cidadania de crianças e adolescentes através da garantia de documentação fundamental para que tenham acesso a bens e serviços essenciais como saúde, educação e assistência social e outros serviços como cursos profissionalizantes e até a possibilidade de inserção no mercado de trabalho como jovem aprendiz.

Inicia segunda fase do Projeto "Legal, tô Documentado" da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJAM

LEGAL, tô documentado!

Árvore Encantada: "Encante-se com Essa Ideia"

Desde 2014, o projeto é organizado e executado pela Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Amazonas (Coij/TJAM). As instituições acolhedoras parceiras do "Árvore Encantada" são: Abrigo Moacyr Alves; NACER; Casa Mamãe Margarida; Saica/Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes; O Pequeno Nazareno; Lar Batista Janell Doyle; as duas instalações da instituição Coração do Pai (Manaus e Iranduba); Monte Salém; Casa da Criança São Felipe Neri, Dona Bia e Casa Esperança, essas duas últimas situadas em Manacapuru. A equipe da Coij percorreram a Sede do Tribunal, os Fóruns e seus setores divulgando presencial e virtualmente as cartinhas de cada criança e adolescentes com pedidos de presentes e, posteriormente, fizeram o mesmo percurso para receber os presentes.

OBJETIVO:
Incentivar e promover a interação social dos acolhidos com os estagiários, servidores e magistrados do TJAM entre outros parceiros envolvidos, valorizando o princípio da solidariedade, além de promover, às crianças e adolescentes acolhidos, um momento de entretenimento e lazer.

RESULTADOS:
Neste ano, mais de 300 crianças e adolescentes que estão em situação de acolhimento institucional receberam, no dia 07 de dezembro, numa grande tarde de brincadeiras, os presentes que pediram através de cartinhas escritas para os magistrados, servidores, estagiários, serventuários e parceiros externos do Tribunal de Justiça

Campanhas

OBJETIVO

Considerando o interesse em comum pela promoção do bem-estar das crianças e adolescentes, as campanhas têm o objetivo de divulgar, alertar e discutir a importância dos temas em seus respectivos momentos no calendário anual.

PROCEDIMENTO ADOTADO

A depender da campanha, são organizados eventos de debates com a participação de autoridades e referências nos assuntos. De outra maneira, dadas as especificidades dos projetos, são divulgadas imagens, vídeos e material gráfico com a participação de parceiros que colaboram de maneira efetiva nas ações, divulgando as campanhas e projetos.

PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

Mês/Ano	Campanha	Atividade /Ação
Julho/2022	Protegendo o futuro da Criança e do Adolescente - Aniversário de 32 anos do ECA.	Publicações em site, redes sociais do TJAM e da Coij.
Agosto/2022	Dia do Estudante – Incentivo à leitura.	Publicações em site, redes sociais do TJAM e da Coij.
	Semana Mundial de Aleitamento Materno.	
	Dia Mundial dos Direitos Humanos	
	Projeto Piloto “SGD em Movimento: Diálogos do Sistema de Justiça em prol da Criança e do Adolescente do Amazonas” no município de Tonantins.	
	Dia da Infância.	
Setembro/2022	Setembro Amarelo	Publicações em site, redes sociais do TJAM e da Coij.
	Dia Mundial de Enfrentamento à Exploração Sexual e ao Tráfico de Mulheres e Crianças.	
	Dia do Surdo	
Outubro/2022	Dia Internacional da Não Violência. Coij leva o Projeto “SGD em Movimento: Diálogos do Sistema de Justiça em prol dos Direitos de Crianças e Adolescentes do AM” à Comarca de Maués.	Publicações em site, redes sociais do TJAM e Coij.
Novembro/2022	Curso de Noções Introdutórias ao Depoimento Especial à Comarca de Maués. Novembro Roxo – Mês Internacional de Sensibilização para a Causa da Prematuridade. Consciência Negra – Diversidade, União e Inclusão.	Publicações em site, em redes sociais do TJAM e da Coij.
Dezembro/2022	Dia Internacional da Luta contra a AIDS Dia da Família.	Publicações em site, em redes sociais do TJAM e da Coij.
ENCONTRAR ALGUÉM Ano Todo	Divulgação do projeto no Festival folclórico de Parintins, em apresentações no Teatro Amazonas em outros locais e redes sociais do TJAM e Coij.	

Quadro 5: Distribuição de data e local de realização das Ações/Campanhas em 2022
Fonte: Coij (2022)

Aniversário do Estatuto da Criança e Adolescente- ECA

Em alusão ao aniversário de 32 anos do ECA, a Coordenadoria da Infância e da Juventude apoiou parceiros e promoveu a "Semana de Aniversário do ECA: dialogando sobre Direitos", que aconteceu no período de 11 a 15 de julho de 2022, em sete escolas municipais de Manaus, as quais foram indicadas pela Secretaria Municipal de Educação (Semed). Os principais temas abordados foram: ECA e os deveres e direitos de jovens em conflito com a Lei; ECA e a proteção de crianças e adolescentes; ECA e a prevenção ao Desaparecimento de Crianças e Adolescentes; "ECA: conheça a sua história e a importância para garantia dos Direitos da Infância e da Juventude". Todos os temas foram ministrados por juízes do TJAM, com participação de autoridades do MPAM e da delegada da Delegacia Especializada em Apuração de Atos Infracionais(Deaai) .

A Coordenadora da Infância e Juventude do TJAM, desembargadora Joana dos Santos Meirelles, participou da Semana do ECA, na abertura das atividades, com vídeo gravado, o qual foi apresentado em todas as escolas participantes.

Estruturação do Portal Coordenadoria

O portal da Coordenadoria é uma ferramenta com conteúdos relevantes acerca de ações desenvolvidas para atender o público infantojuvenil amazonense. Este canal, ao receber uma nova identidade visual, poderá despertar maior interesse e interatividade ao ser acompanhado por todos os atores responsáveis por ações que envolvam a demanda específica, assim como pela sociedade em geral que busque esclarecimentos ou informações referentes aos direitos de crianças e adolescentes. É um documento virtual de acesso constante e de informações atualizadas onde será possível encontrar um resumo de todas as atividades executadas pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça, com divulgação de projetos, leis, rede de proteção, canais de denúncia entre outros assuntos necessárias para que o trabalho seja feito e entregue sem ressalvas ao público interessado.

OBJETIVO: Manter atualizadas as ações desenvolvidas pela Coij em assuntos relacionados ao público infantojuvenil, destacando seus desafios e estratégias de implementação das políticas públicas no seguimento da infância e adolescência.

Comissão de Participação Feminina

A Comissão de Participação Feminina objetiva incentivar a participação institucional feminina no Poder Judiciário do Amazonas, seguindo as diretrizes da política instituída pela Resolução n.º 255/2018, do Conselho Nacional de Justiça. Essas diretrizes preveem que todos os ramo e unidades do Poder Judiciário deverão adotar medidas destinadas a assegurar a igualdade de gênero no ambiente institucional, propondo ações e mecanismos que orientem os órgãos judiciais a atuar para incentivar a participação das servidoras em atividades institucionais, em cargos de chefia e assessoramento, entre outras atividades.

No Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas a Comissão foi instituída por meio da Portaria n.º 1172/2019, e, atualmente, presidida pela desembargadora Mirza Thelma de Oliveira Cunha.

Durante o segundo semestre de 2022, a Comissão promoveu ações de conscientização sobre a saúde da mulher, debates sobre temas como o machismo estrutural, além da proposição de normativos que impactam o trabalho da mulher no âmbito institucional.

Uma dessas medidas, proposta no âmbito da Comissão e acatada pela Presidência do Tribunal, resultou na publicação, em julho de 2022, da Portaria n.º 2.340, que estendeu às magistradas, servidoras comissionadas e estagiárias nutrizes do TJAM o benefício da jornada reduzida de trabalho, após o retorno da licença-maternidade, até a criança completar um ano. Desde 2020 o benefício já era concedido às servidoras efetivas do quadro do Tribunal (Portaria n.º 1.274).

No início do semestre, a Comissão se uniu à Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (Sesis) e ao Subcomitê de Saúde do Tribunal nas ações relativas à campanha "Agosto Dourado".

Como parte da ação, um ciclo de palestras abordou "A importância da amamentação nos primeiros 1.000 dias de vida do bebê, "Mãe e bebê: vínculo, benefícios e figura paterna" e "Direitos das Mulheres".

A Comissão também esteve à frente de atividades alusivas ao 'Outubro Rosa". As ações foram levadas aos vários fóruns da capital, incluindo a distribuição de material informativo sobre a importância dos cuidados e do diagnóstico precoce do câncer de mama, tema da campanha.

TJAM inaugura Espaço Dr. Adalberto Carim Antônio

SAÚDE

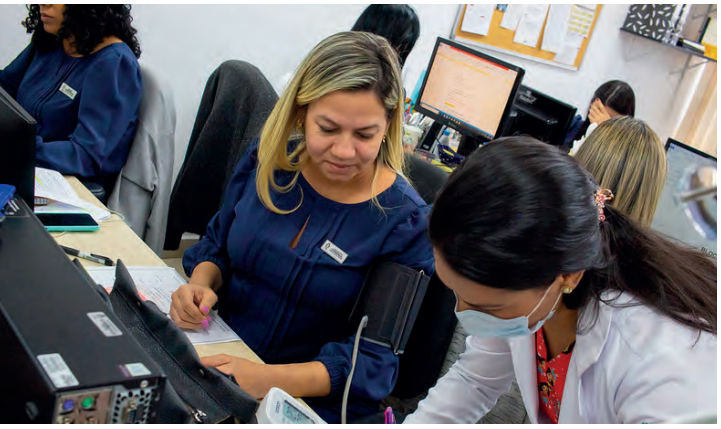
JULHO | 2022

Realizada mais uma etapa de vacinação contra a covid-19 e H1N1 para servidores e magistrados do TJAM

SETEMBRO | 2022

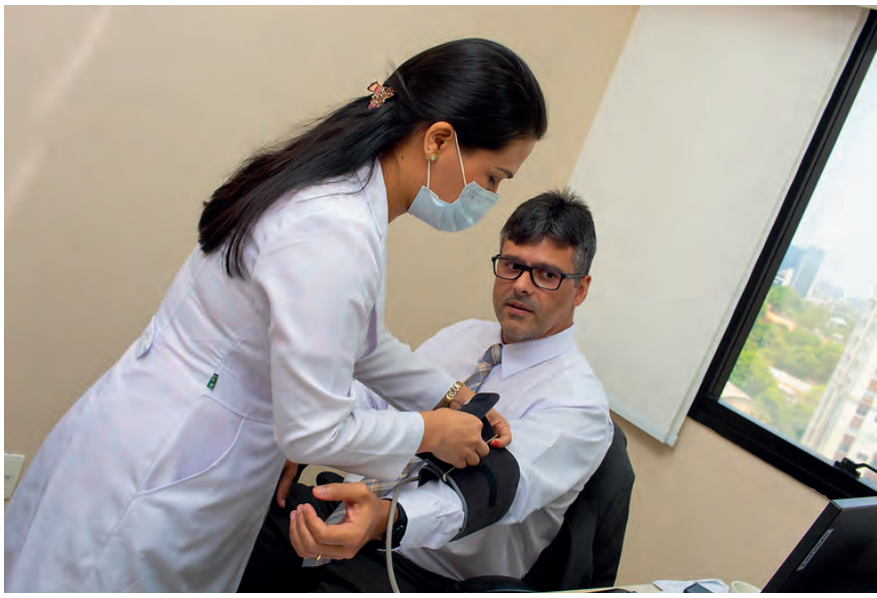
Saúde - Setor médico do TJAM realiza ação de aferição de pressão arterial

O setor médico realizou ação de aferição de pressão arterial nos setores do Tribunal de Justiça do Amazonas.



SETEMBRO | 2022

Saúde - Setor médico do TJAM realiza ação de aferição de pressão arterial



Ações de Saúde

Servidores, magistrados, colaboradores e estagiários do TJAM participam de ação interna de saúde que ofertou vários serviços, incluindo vacinação contra a covid-19

Atividades realizadas na capital

Ed. Des. Arnoldo Péres – Sede/TJAM

• Muro divisório – Estacionamento da Sede/TJAM. (próximo ao estacionamento de apoio técnico) - Adequação e manutenção preventiva e corretiva;
• Plenário Des. Ataliba David Antonio – Adequação/Manutenção preventiva e corretiva;
• Memorial de homenagem aos magistrados e servidores do TJAM que foram vítimas da covid-19;
• Manutenção preventiva e corretiva em Gabinetes de Desembargadores;
• Impermeabilização e tratamento de fissuras na laje externa no 2.º pavimento do Ed. Des. Arnoldo Péres.

Fórum Des.ª Euza Maria Naice de Vasconcellos – Torre Cível

• Biblioteca Pública (térreo);
• Vara de Registro Público e Usucapião - Adequação/Manutenção preventiva e corretiva.

Centro Adm. Des. José de Jesus Ferreira Lopes (Anexo/Sede)

• Escola de Aperfeiçoamento do Servidor - Adequação/Manutenção (situado na área da antiga biblioteca no Centro Adm. Des. José de Jesus Ferreira Lopes - Anexo).

Central de Transporte do Poder Judiciário

• Nova Sede da Central de Transporte do Poder Judiciário (Inaugurado em outubro) .

Fórum Ministro Henoch da Silva Reis

• Vara Especializada em Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Maria da Penha) - 5.º andar - Manutenção preventiva e corretiva;
• Unidade de Processamento Judicial (UPJ) - térreo / setor 03 - Adequação/Manutenção preventiva e corretiva;
• Cejusc Cível - Adequação/Manutenção preventiva e corretiva;
• Setor Psicossocial Cível – Adequação/Manutenção preventiva e corretiva.

Unidades Nilton Lins

• 8.º Juizado Especial Cível – Manutenção preventiva e corretiva;
• 18.º Juizado Especial Criminal – Manutenção preventiva e corretiva.

Atividades em execução na capital

Edifício Des. Arnoldo Péres

• Execução do estacionamento lateral Sede/TJAM (PCD);
• Previsto para execução – Adequação da copa no 3.º pavimento;
• Manutenção preventiva e corretiva em Gabinetes;
• Área de Circulação do 2.° e 3.° andar;
• Reforma do Tribunal do Júri – Fórum Min. Henoch Reis;
• Construção de nova Guarita – Torre Cível.

Fórum Des.ª Euza Maria N. de Vasconcellos – Torre Cível

• Adequação/Manutenção preventiva e corretiva - Gabinetes (UPJ's) no 6.º e 7.º pavimentos – Torre Cível.

Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende

• Adequação e manutenção preventiva e corretiva nas instalações físicas da 10.ª Vara de Família.

Atividades realizadas no interior

Construções executadas:

• Construção do Fórum da Comarca de Novo Airão (inaugurado em outubro);
• Construção do Fórum da Comarca de Manaquiri;
• Construção do Fórum da Comarca de Careiro Castanho.

Manutenções executadas:

• Fórum da Comarca de Rio Preto da Eva - Adequação/manutenção preventiva e corretiva;
• Fórum da Comarca de Alvarães – Manutenção preventiva e corretiva;
• Fórum da Comarca de Beruri – Manutenção preventiva e corretiva;
• Fórum da Comarca de Fonte Boa – Manutenção corretiva;
• Fórum da Comarca de Japurá – Manutenção preventiva e corretiva;
• Fórum da Comarca de Tefé – Manutenção preventiva e corretiva;
• Comarca de Parintins – Manutenção preventiva e corretiva;
• Fórum da Comarca de Coari – Manutenção.

Atividades em execução no interior:

• Reforma do Fórum da Comarca de Maués (inauguração em dezembro) Status: execução da última etapa;
• Construção do Fórum da Comarca de Carauari;
• Previsto para iniciar execução - Adequação no Fórum da Comarca de Itacoatiara (caixa d'água);
• Previsto para iniciar execução - Adequação no Fórum da Comarca de Manacapuru (melhoria e adequação da segurança);
• Previsto para iniciar execução - Adequação no Fórum da Comarca de Presidente Figueiredo.

Licitações em andamento

• Construção de Novo Fórum para Comarca de Humaitá;
• Construção de Novo Fórum para Comarca de Iranduba;
• Construção do Centro de Práticas Pedagógicas do TJAM.

Projetos em andamento

• Fórum da Compensa (lançada a pedra fundamental em dezembro).

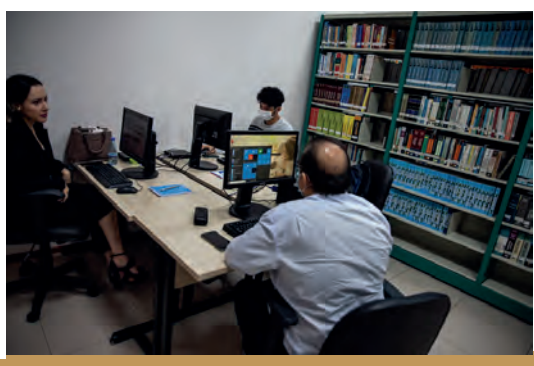
JULHO | 2022

Revitalização da Sala de Togas "Desembargador Raimundo Vidal Pessôa" na sede do TJAM.

A Sala, localizada em espaço contíguo ao Auditório Des. Ataliba José Antônio é utilizada pelos desembargadores da Corte Estadual para reuniões prévias à realização das sessões do Tribunal Pleno e das Câmaras Reunidas, também servindo como espaço para que estes recebam autoridades.

AGOSTO | 2022

TJAM reinaugura Biblioteca do Judiciário Amazonense no Fórum Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcellos.



AGOSTO | 2022

Comarca do Careiro Castanho

TJAM e Prefeitura do Careiro Castanho entregam as obras de revitalização das unidades judiciárias na comarca.

SAIBA MAIS
CONTEÚDO MULTIMÍDIA

Fórum Desembargador Kid Mendes de Oliveira

Casa da Cidadania

Centro Judiciário de Solução de Conflitos Marcos Ayden Simões de Oliveira

AGOSTO | 2022

O complexo judicial funciona na rua Adail de Sá, 362, na sede do Município. O presidente da Corte Estadual de Justiça, desembargador Flávio Pascarelli, em seu discurso, destacou que o Poder Judiciário se limita a "encerrar" os conflitos, nem sempre significando pacificação, referindo-se ao objetivo principal dos Cejusc's, que é o reforço à cultura da conciliação.

"Eu admiro o idealismo de pessoas como os juízes Gildo e Taketomi, que sempre estão em busca da solução dos conflitos por meio da via da conciliação e mediação. É a única possibilidade que há de as partes em conflito saírem com o sentimento de Justiça", comentou Pascarelli.

"Entendemos que é preciso que as instituições atuem de forma cooperativa para que momentos como esse aconteçam. E o Judiciário agradece à Prefeitura por essa cooperação"

Des. Flávio Pascarelli.

AGOSTO | 2022

Comarca de Manaquiri

SAIBA MAIS
CONTEÚDO MULTIMÍDIA

Fórum de Justiça Des. Paulo Mendes da Silva

Casa do Juiz

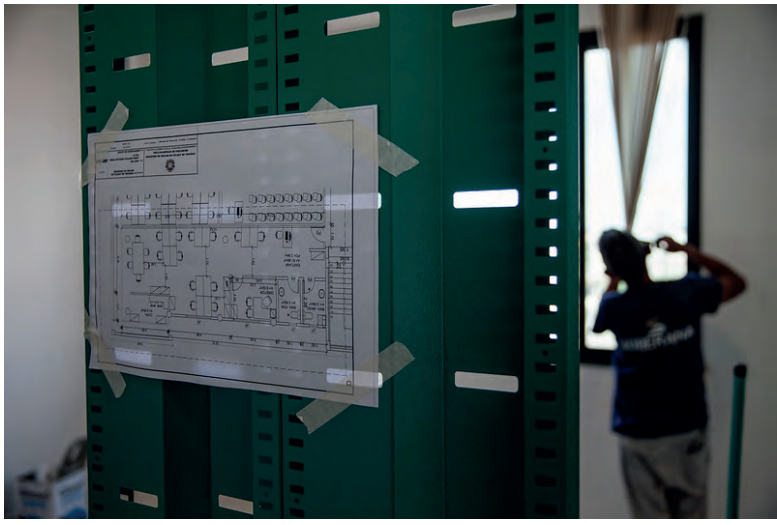
AGOSTO | 2022

TJAM e Prefeitura do Manaquiri entregam as obras de revitalização das unidades judiciárias na comarca.

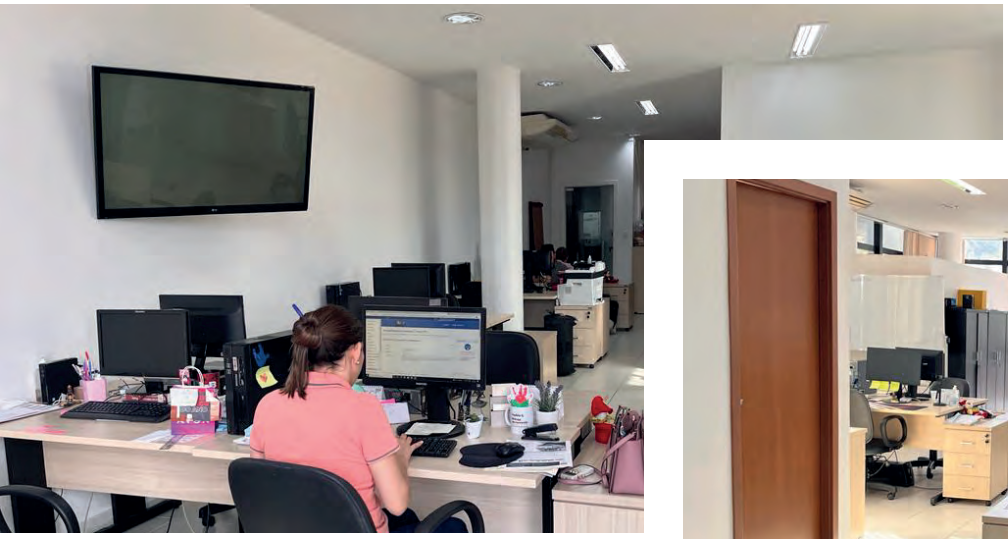
Antiga Escola do Servidor Eastjam novas instalações

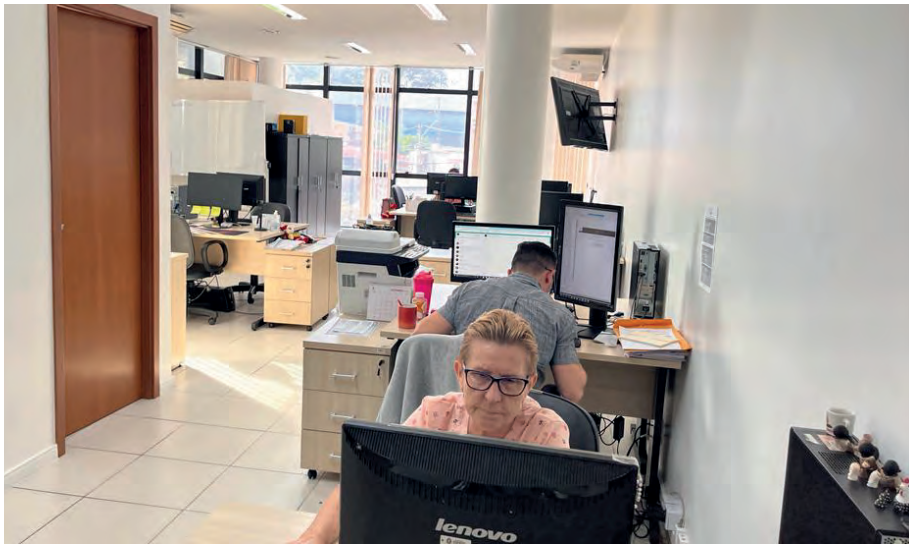
O Tribunal de Justiça do Amazonas realizou as obras das instalações da antiga Escola de Aperfeiçoamento do Servidor (Eastjam), atual Escola Judicial do TJAM (Ejud), que passou a funcionar no 1.º andar do Centro Administrativo Des. José de Jesus Ferreira Lopes, prédio anexo à sede da Corte, no bairro do Aleixo.
As obras foram coordenadas pela Secretaria de Infraestrutura do Tribunal.

ANTES



DEPOIS





SETEMBRO | 2022

TJAM inaugura pedra fundamental do novo Fórum de Iranduba

O Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) realizou a cerimônia de lançamento da pedra fundamental do novo Fórum de Iranduba. O evento, que teve a participação do presidente do TJAM, desembargador Flávio Pascarelli; da vice-presidente Graça Figueiredo; do corregedor-geral de Justiça, Ernesto Chíxaro; dos desembargadores Cezar Bandiera e Jorge Lins; do juiz Paulo Feitoza e da juíza titular da 1ª Vara de Iranduba, Aline Kelly Lins. O fórum será instalado num terreno localizado na avenida Carlos Braga, principal via de acesso à sede do Município.

OUTUBRO | 2022

Nova Central de Transportes do TJAM é inaugurada e recebe nome do ex-servidor Oswaldo Andrade

A nova Central de Transporte do TJAM foi inaugurada no dia 19/10/2022, passando a funcionar na Avenida André Araújo, próximo à sede da Corte. Na inauguração estavam presentes os desembargadores Flávio Pascarelli, Graça Figueiredo, Paulo Caminha e Lima, Mauro Bessa, Anselmo Chíxaro, Elci Simões, Vânia Masques Marinho, Cezar Bandiera e Mirza Telma Cunha, além de juízes, servidores, colaboradores e familiares do ex-servidor Oswaldo Andrade, falecido em maio de 2020, vítima da covid-19, homenageado com a central recebendo o seu nome.

Comarca de Novo Airão

Fórum de Novo Airão inaugura novo padrão arquitetônico para as Comarcas do interior do Amazonas

O fórum foi inaugurado no dia 21 de outubro de 2022 e recebeu o nome do desembargador Aristóteles Lima Thury, falecido em 2021, vítima da covid-19.

Localizado na Avenida Ajuricaba, 254, setor 12, bairro de Nova Esperança, a principal via de acesso à Sede de Novo Airão, o fórum inovou com a inclusão de um amplo Plenário do Tribunal do Júri, com capacidade para mais de 50 pessoas sentadas; possuindo entradas independentes para trânsito de réus presos; carceragem; copa e salas de apoio e banheiros.

Na principal parede do plenário foi colocado um quadro com paisagem amazônica, que pertencia ao desembargador Aristóteles Thury e que, por mais de 20 anos, presidiu o Tribunal do Júri na Comarca de Manaus. O quadro e um relógio de parede, feito de madeira, todo artesanal, foram doados à comarca pelos familiares.

O fórum também conta com depósitos; salas para arquivo; assessoria jurídica; espaço para duas Varas judiciais; gabinetes para os juízes e banheiros – seguindo as normas de acessibilidade. Os corredores são amplos e existem duas salas para audiência, equipadas com rede lógica para a realização de audiências virtuais; duas salas para as atividades de secretaria; além de salas para a OAB, Ministério Público, Oficial de Justiça e uma de apoio.

No hall de entrada do fórum, uma parede recebeu a pintura do artista plástico amazonense Buy Chaves, mostrando a fauna e a flora locais, principalmente do boto-cor-de-rosa, elementos que se mesclam com rostos estilizados de ribeirinhos e indígenas e a figura da deusa da Justiça. Possui, ainda, duas áreas – nas laterais do prédio – para estacionamento de mais de 20 veículos pequenos e vagas para 12 motocicletas.

Comarca de Novo Airão

TJAM inaugura Memorial das vítimas da pandemia da Covid-19

O Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) inaugurou, na área externa do edifício Arnoldo Péres (sede do Poder Judiciário), o memorial em homenagem às vítimas da pandemia da Covid-19. O descerramento da obra foi feito pelo presidente do TJAM, desembargador Flávio Pascarelli, pela vice-presidente da Corte, desembargadora Graça Figueiredo e pelo corregedor-geral de Justiça, desembargador Ernesto Anselmo Queiroz Chíxaro. Outras magistradas e magistrados, servidoras e servidores, parentes, amigas e amigos das vítimas também participaram.

TJAM inaugura Memorial das vítimas da pandemia da Covid-19

TJAM lança pedra fundamental do Fórum de Justiça da Zona Oeste de Manaus

A Presidência do TJAM lançou a pedra fundamental do novo Fórum de Justiça Desembargador Djalma Martins da Costa, que será construído na zona Oeste da capital, nas antigas instalações da Central de Transporte. A região Oeste da capital é a única em que não há um Fórum de Justiça do TJAM.

A escolha do nome do fórum é uma homenagem ao desembargador Djalma Martins que se aposentou em fevereiro de 2021, mas nem conseguiu participar das homenagens pela aposentadoria pois já estava internado devido à covid-19. O magistrado foi uma das vítimas da doença naquele ano, vindo a falecer em abril de 2021.

Na solenidade de lançamento da Pedra Fundamental estavam os desembargadores Flávio Pascarelli e Graça Figueiredo, respectivamente presidente e vice-presidente; e, ainda, os desembargadores Cezar Bandiera, diretor da Escola Judicial do TJAM (Ejud); João Simões, diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas (Esmam); e Elci Simões de Oliveira, presidente do Grupo Permanente de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do TJAM (GMF/TJAM).

Fórum de Aparecida vai passar por reforma e unidades funcionarão provisoriamente na rua Huascar de Figueiredo

No dia 22 de dezembro de 2022 , os dirigentes do TJAM participaram de uma cerimônia simbólica de entrega das instalações provisórias do Fórum Mário Verçosa, na rua Huascar de Figueiredo, Centro de Manaus.

TJAM descerra placa de inauguração das futuras instalações da Central de Audiências de Custódia

O Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) vai mudar as instalações da Central das Audiências de Custódia para a zona Leste de Manaus no início de 2023. No dia 23/12, o presidente da Corte, desembargador Flávio Pascarelli, participou de uma cerimônia para o descerramento da placa de inauguração da futura instalação, localizada na avenida Autaz Mirim, s/n, no bairro Jorge Teixeira. A intenção é proporcionar um local com maior comodidade aos servidores, magistrados e demais operadores do Direito, além de potencializar a prestação do serviço a todos os envolvidos nesse procedimento da Justiça, na capital. O prédio foi cedido pela Prefeitura de Manaus.

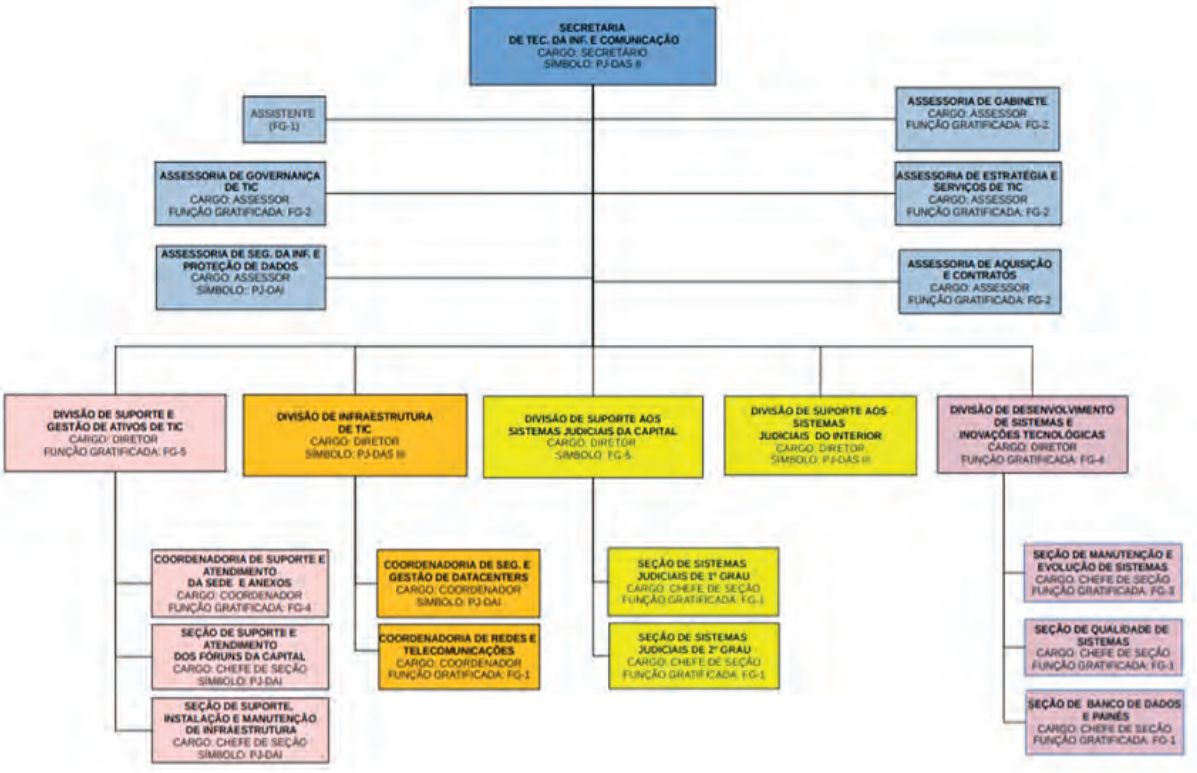
Antes de entrar em funcionamento, as futuras instalações da Central de Audiências de Custódia – em prédio de dois andares localizado próximo à "Bola do Produtor", como é mais conhecida -, ainda vão passar por adequações, em padrões recomendados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e em atendimento às sugestões de magistrados e servidores que atuam na área criminal, a fim de proporcionar a segurança necessária para o exercício da atividade da custódia.

SAIBA MAIS
CONTEÚDO MULTIMÍDIA

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic)

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) é subordinada à Secretaria-Geral de Administração do Tribunal, tendo por finalidade planejar e gerenciar soluções tecnológicas efetivas e de serviços prioritários estabelecidos de acordo com o Planejamento Estratégico e PDTIC do TJAM, proporcionando avanços crescentes na melhoria de produtividade dos serviços oferecidos pelo Judiciário amazonense.

Considerando o atual manual de organização da Secretaria-Geral de Administração do Tribunal, a Setic está estruturada segundo o organograma abaixo:



AÇÕES RELEVANTES:

Novas instalações de infraestrutura de rede e novo acervo computacional para o Arquivo Júlia Mourão de Brito, unidade do TJAM que funciona na Av. Constantino Nery; substituição de equipamentos antigos de rede e infraestrutura lógica do parque computacional do Arquivo; encaminhados 25 novos computadores para apoio do projeto de manutenção de atividade prestada pelo Arquivo.

Período da atividade:
Início 05/06/2022;
Término 20/10/2022.

Substituição da infraestrutura lógica do Juizado da Infância e Juventude Infracional: Havia constantes problemas de conectividade de rede local e internet, antes da substituição dos cabos de rede danificados ou parcialmente avariados.

Período da atividade:
Início 03/07/2022;
Término 15/08/2022.

Instalação de câmeras no Fórum Ministro Henoch Reis: algumas câmeras que estavam em desuso foram aproveitadas e instaladas para monitoramento do estacionamento interno e externo do Fórum.

Período da Atividade:
Início 09/07/2022;
Término 16/10/2022.

Readequação da Vara de Execução Penal para atuar como Unidade de Processamento Judicial.

Período da atividade:
Início 23/09/2022;
Término 16/11/2022.

Cejusc Cível - instalação no 5.º do Fórum Ministro Henoch Reis: antes localizado no 4.º andar do fórum e com capacidade reduzida para o quantitativo de jurisdicionado que ali recebia, além de possuir apenas seis salas de audiências, efetivamente equipadas com computadores. Hoje, no 5.º andar, infraestrutura de rede nova, com switches do tipo Brocade (padrão mais atual do TJAM, que evita Loops de rede) – possui espaço de para maior quantitativo de salas de audiências, além de ter recebido seis novos computadores.

Período da Atividade:
Início 05/08/2022;
Término 25/09/2022.

Sala de Leilões: antes sem sala e dividindo espaço com o Hall de entrada do Fórum Ministro Henoch Reis, passou a contar com sala própria, equipada com computadores novos e impressora, facilitando a atividade dos leilões de bens apreendidos ou penhorados pelo Tribunal.

Período da atividade:
Início 10/10/2022;
Término 26/10/2022.

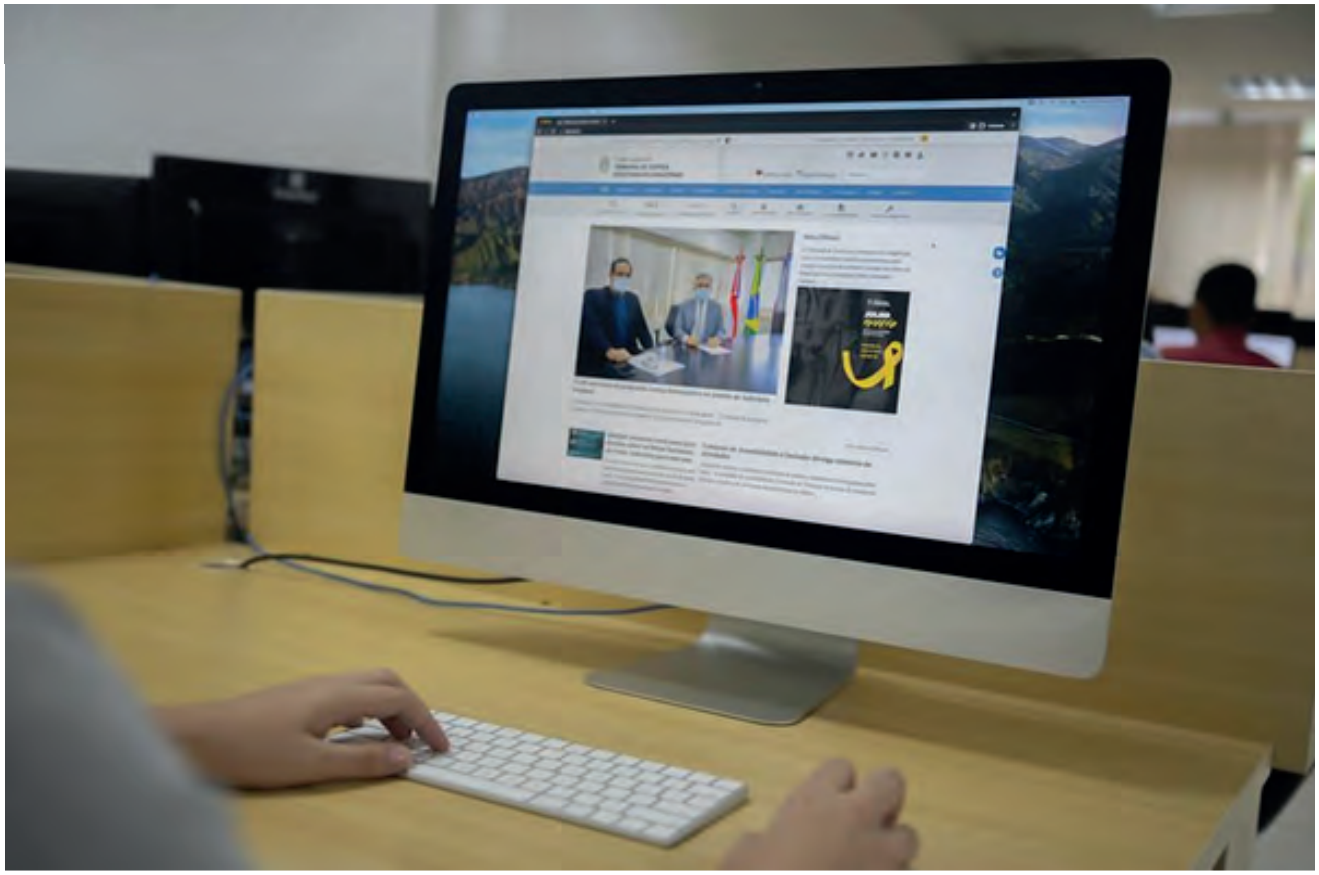
Aquisição de 700 computadores Novos (ata própria do TJAM): sendo 655 entregues para setores e cartórios do Tribunal, no período de 05/07 a 18/11/2022.

Aquisição de 1 mil nobreaks, por meio de adesão em Ata (adesão por carona): processo encontra-se atualmente aguardando entrega dos equipamentos (previsão de entrega: 09/12/2022).

Novas Instalações da Coordenadoria do Serviço Social no 5.º andar Fórum Ministro Henoch Reis.

Período da Atividade:
Início 01/10/2022;
Término 30/11/2022.

Portal do Tribunal de Justiça do Amazonas ganha novo *layout*



Em julho de 2022 o site do Tribunal de Justiça do Amazonas passou a funcionar com um novo layout. A mudança surgiu da necessidade de modernização da plataforma para facilitar o acesso às informações e a alguns serviços do Poder Judiciário, oferecidos por meio desse canal, tornando o site mais adequado aos novos recursos disponíveis na internet, contribuindo para melhorar os índices de acessibilidade e a disponibilidade do Portal nos mais variados dispositivos de acesso, como celulares e tablets.

O novo visual buscou dar maior visibilidade a serviços, como consulta processual; peticionamento eletrônico nos sistemas utilizados pelo Tribunal; ouvidoria; edições do Diário de Justiça Eletrônico (DJe); pautas de julgamento das Câmaras Isoladas, das Câmaras Reunidas, do Tribunal Pleno e do Conselho da Magistratura, cujos ícones deixaram o acesso dos usuários mais intuitivo.

Vídeos e transmissões ao vivo de sessões de julgamento e de eventos do Tribunal também ganharam destaque na página.

Outro ponto importante é que, logo no topo da página, é possível notar o "Balcão Virtual", espaço que direciona a uma lista com o contato de todas as Varas, Setores e Departamentos do TJAM, por meio dos seus respectivos links de acesso.

A área destinada à publicação de notícias produzidas pela Assessoria de Comunicação Social do Tribunal também passou por reformulação. As notícias mais recentes são sempre priorizadas no destaque de slides. Foram adotadas novas fontes para melhorar a leitura dos textos jornalísticos.

A nova ferramenta foi elaborada pela equipe de Divisão de Desenvolvimento de Sistemas e Inovações Tecnológicas do Tribunal (DVDSIT),

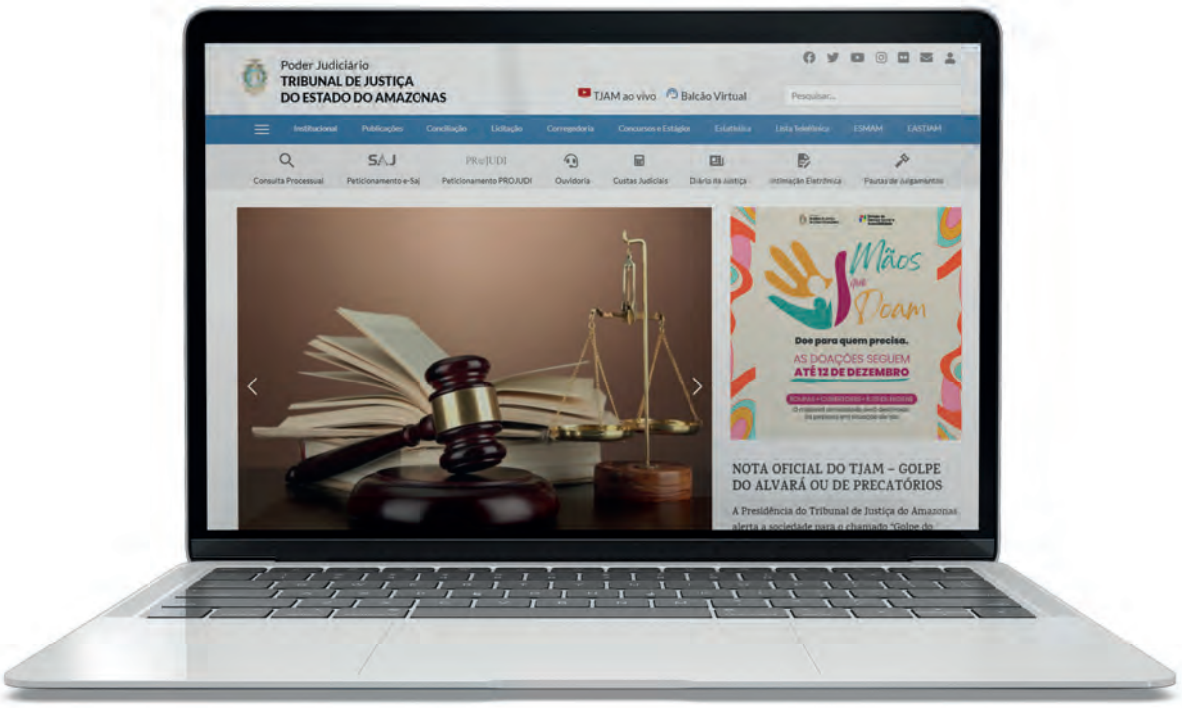
que integra a estrutura da Setic. De acordo com Luís Lima, analista de design do TJAM – responsável pela concepção visual e criação do protótipo antes da fase de desenvolvimento –, no novo *layout* há uma integração maior com as redes sociais, disponibilizando materiais de divulgação que vêm de outras mídias, como cards do Instagram e vídeos dos canais do *YouTube*.

''A ideia é trazer essa dinâmica de contato com o público e transmissões ao vivo para dentro do Portal e, assim, melhorar o acesso a essas informações. Houve, também, um aumento na acessibilidade, com uma nova barra de navegação rápida, que traz alguns atalhos para leitores de tela", salientou Luís.

Adriel Sarkis, desenvolvedor *Front-end* do portal – termo utilizado para tudo que envolve a parte visível de um site ou aplicação –, frisa que mais de 30% dos usuários só acessam a página via celular, e esse número tende a crescer.
''É um desafio muito grande tornar todos os serviços do Portal acessíveis nessas plataformas.

A equipe do Portal tem como foco trabalhar diariamente com melhorias nesse sentido. O novo portal traz um *layout mobile* completamente novo, com ícones maiores, e navegação por abas, inclusive com uma área dedicada somente a notícias.", comentou o desenvolvedor.

A penúltima troca de *layout* foi feita em 2016, com o intuito de tornar o visual mais limpo e o acesso mais rápido. Com mais de 300 mil acessos por mês, o Portal do TJAM é uma rica fonte de informações e de acesso aos serviços da instituição, por isso, segundo o diretor da DVDSIT, José Maria Drumond, a plataforma merece cautela e esmero, pois a troca de layout abrupta poderia causar entrave nos trâmites do TJAM e dificuldade de acesso para os usuários.



Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques toma posse como nova desembargadora do TJAM

Sessão Extraordinária Segunda Câmara Cível

De ordem do Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira, Presidente da Egrégia Segunda Câmara Cível, comunicamos que haverá Sessão Extraordinária, no dia 02.12.2022 (sexta-feira), às

Sistemas judiciais do TJAM passaram a ter integração com Plataforma Digital do Poder Judiciário

O Tribunal de Justiça do Amazonas passou a integrar de forma completa a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br), possibilitando aos usuários o acesso a demais serviços relacionados à atividade judicial diretamente por meio dos sistemas Projudi e SAJ, usando os mesmos logins e senhas atuais.

Segundo a Comissão de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), todos os usuários passaram a ter acesso ao conteúdo disponível na marketplace da PDPJ-Br, como Sisbajud, SEUU, BNMP, entre outros, através dos sistemas judiciais, não sendo mais necessário fazer login em outras plataformas, devido à integração ao Single Sign-On (login único) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A PDPJ-Br foi instituída pela Resolução CNJ n.º 335/2020, é um produto do "Programa Justiça 4.0" e funciona como uma multiplataforma de serviços, com possibilidade de ser adaptada conforme necessidades e demandas específicas. Nesta plataforma, os sistemas judiciais públicos são conectados e os privados consomem módulos disponíveis.

Para algumas aplicações o usuário precisa ter permissão de uso do CNJ e, para viabilizá-la, o usuário deve solicitar suporte por e-mail; no caso do Projudi, é preciso enviar mensagem para o endereço: *suporte.interior@tjam.jus.br;*
no caso do SAJ, para o endereço:
suporte.capital@tjam.jus.br.

A Assessoria de Comunicação Social do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) – antiga Divisão de Divulgação e Imprensa – representa um serviço de utilidade pública e é responsável pela divulgação de ações, projetos, boas práticas e atividades da Corte Estadual de Justiça sobre os respectivos magistrados, servidores e serventuários da capital e do interior, além de atender às demandas dos veículos de comunicação e da sociedade.

O TJAM possui uma grande abrangência de atuação, gerando um volume expressivo de notícias, cuja complexidade e especificidade das informações são sistematizadas e divulgadas para diferentes perfis de público, tais como imprensa, cartórios judiciais, cartórios extrajudiciais, outros Tribunais de Justiça, instituições do Poder Público, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entidades de classe, organizações não governamentais e população em geral, além do público interno (servidores, magistrados, estagiários e colaboradores).

Além das solicitações externas da imprensa, a ACS atende demandas internas que se entrelaçam com as demandas externas, como a produção de vídeos institucionais, elaboração de matérias, comunicados, campanhas internas, elaboração de artes de identidades visuais para outros setores, gestão de redes sociais, entre outras atividades.

Nesses seis meses, também foi realizado um expressivo trabalho de atendimento à de veículos de comunicação (nacionais e internacionais) - incluindo impressos, tv, rádio, sites e portais, como parte do compromisso institucional de transparência da gestão.

TJAM nas Redes Sociais

@tribunaldejusticadoamazonas

Curtidas: **72.257** = (+ 6,02%).

Seguidores: **68.552**

Alcance da página do *Facebook* de 04/07/2022 a 15/12/2022 – 213.455 mil.

@tjamazonas

Seguidores: **32.191**

Publicações: **3.270**

Alcance da página do Instagram de 04/07/2022 a 15/12/2022 – 59.167 mil

Reels – período de julho a dezembro de 2022 – **139.496,60 visualizações**

Entre eles, os vídeos que mais receberam visualizações foram:

Dia do Orgulho LGBTQIAP+ - **mais de 11,6 mil visualizações**

Dia do Servidor Público – **mais de 7.880 visualizações**
Aposentadoria Des. Mauro Bessa – **mais de 7.150 visualizações**

@TJAmazonas

Seguidores: **2.865**

@tjam

Seguidores: **2.984**

@TJAMAZONAS

5.642 inscritos

59 vídeos (no período de 04/07/2022 a 14/12/2022).

39.723 mil visualizações no período de 04/07/2022 a 14/12/2022.

PRINCIPAIS CAMPANHAS INTERNAS QUE TIVERAM A PARCERIA DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO NA PRODUÇÃO DE VÍDEOS.

O SEI É PARA TODOS

Já dentro dos parâmetros de acessibilidade conforme resoluções do CNJ

Uma série de vídeos de seis vídeos foi produzida por meio de parceria entre a ACS e a Secretaria de Gestão de Pessoas (Segep) para melhor entendimento do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), voltada para a produção e gestão de documentos e processos.

PROJETO ENCONTRAR ALGUÉM

Atendendo demanda da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coij/TJAM), a ACS produziu uma série de 10 novos vídeos para Projeto Encontrar Alguém, que se destina a estimular a adoção tardia de crianças e adolescentes que vivem em unidades de acolhimento, em Manaus.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Em suporte às atividades do Comitê de Integridade do TJAM, a Assessoria de Comunicação Social trabalhou no desenvolvimento de campanhas internas de divulgação das ações, o que incluiu a produção de dois vídeos institucionais do Programa de Integridade do Tribunal (que consiste em um conjunto de políticas, ações e controles que têm como objetivo manter o Tribunal em conformidade com legislações vigentes e com a ética).

Banco de Imagens

O Tribunal de Justiça do Amazonas dispõe hoje de um dos bancos de imagem mais bem organizados, entre os tribunais do País. Armazenadas na plataforma Flickr, as fotografias estão disponíveis para consulta e downlowd, sendo disponibilizadas com legendas – contendo nomes, datas, lugares e pessoas envolvidas no assunto – e organizadas em álbuns. As imagens também acompanham o crédito dos autores, bem como informações e questões técnicas, como equipamento e iluminação.

Apesar de o período desafiador da pandemia da covid-19, no biênio 2020-2022 o acervo foi acrescido em 16 mil imagens fotográficas, organizadas em 816 álbuns novos. Em 23/06/2022, o banco armazena 69.500 imagens.

Campanhas institucionais

Entre julho e dezembro de 2022, o núcleo de criação da Comunicação Social desenvolveu diversas campanhas para divulgar ações e projetos executados pelo Tribunal e por seus diversos setores. As atividades incluem campanhas fixas de calendário, como o "Agosto Dourado"; "Setembro Amarelo"; "Outubro Rosa"; "Novembro Azul" e "Dezembro Vermelho"; bem como ações anuais desenvolvidas em conjunto com subcomitês, comissões, coordenadorias e juizados, como a "Semana Justiça pela Paz em Casa"; "Semana da Conciliação"; entre outras.

O trabalho também deu suporte à divulgação de campanhas executadas por organismos internos, como a Coordenadoria da Infância e da Juventude e o Juizado da Infância e da Juventude Cível, como o "Encontrar Alguém"; a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Domestica e Familiar; a Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Assédio Sexual e a Discriminação, nas ações alusivas, por exemplo, ao "Dia da Consciencia Negra", entre outras.

Matérias | 04/07/2022 – 25/11/2022
Neste semestre, a equipe de jornalismo da Assessoria de Comunicação Social produziu 497 matérias, disponibilizadas no portal de Notícias do Tribunal, com a cobertura das atividades realizadas pelas unidades judiciais e administrativas da capital e do interior do Estado.

Demandas da imprensa
Além da cobertura jornalística das atividades do Judiciário Estadual – incluindo as unidades da capital e do interior –, a equipe da Assessoria de Comunicação Social do TJAM também é responsável pelo atendimento das demandas dos veículos de comunicação (emissoras de rádios e de TV; portais de notícias; jornais impressos), tanto locais quanto de fora do Estado, as quais chegam por meio de telefone, aplicativos de mensagens (WhatsApp e Telegram) e por e-mail. Levantamento parcial – consolidado em 30 de novembro de 2022 – e, considerando apenas as demandas que chegaram por e-mail e parte das que chegaram por aplicativo de mensagens, aponta que foram 406 pedidos recebidos no período.

Entre os assuntos demandados, destacam-se consultas sobre processos (decisões, sentenças, andamento, inclusão em pauta de julgamentos, entre outros); pedidos de entrevistas (com magistrados; sobre ações e projetos da Corte, sobre temas diversos de repercussão no Poder Judiciário); Audiência de Custódia; Assessoramento e boletins de casos de repercussão.

Em discurso de posse, Pascarelli destaca êxito da gestão comandada por Chalub

O novo presidente do TJAM disse que procurará dar continuidade às ações exitosas e diz que Domingos Chalub, Carla Reis e Nélia Caminha conduziram a gestão de forma exemplar.

Poder Judiciário do Estado do Amazonas realiza correição ordinária na Vara Única da Comarca de Codajás

Prevista em calendário preestabelecido, correição presidida pelo desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes verificará a regularidade dos serviços judiciais realizados na unidade judiciária.

Mais de 140 pessoas foram atendidas pelo programa Justiça Itinerante em três dias de trabalho na zona Norte de Manaus

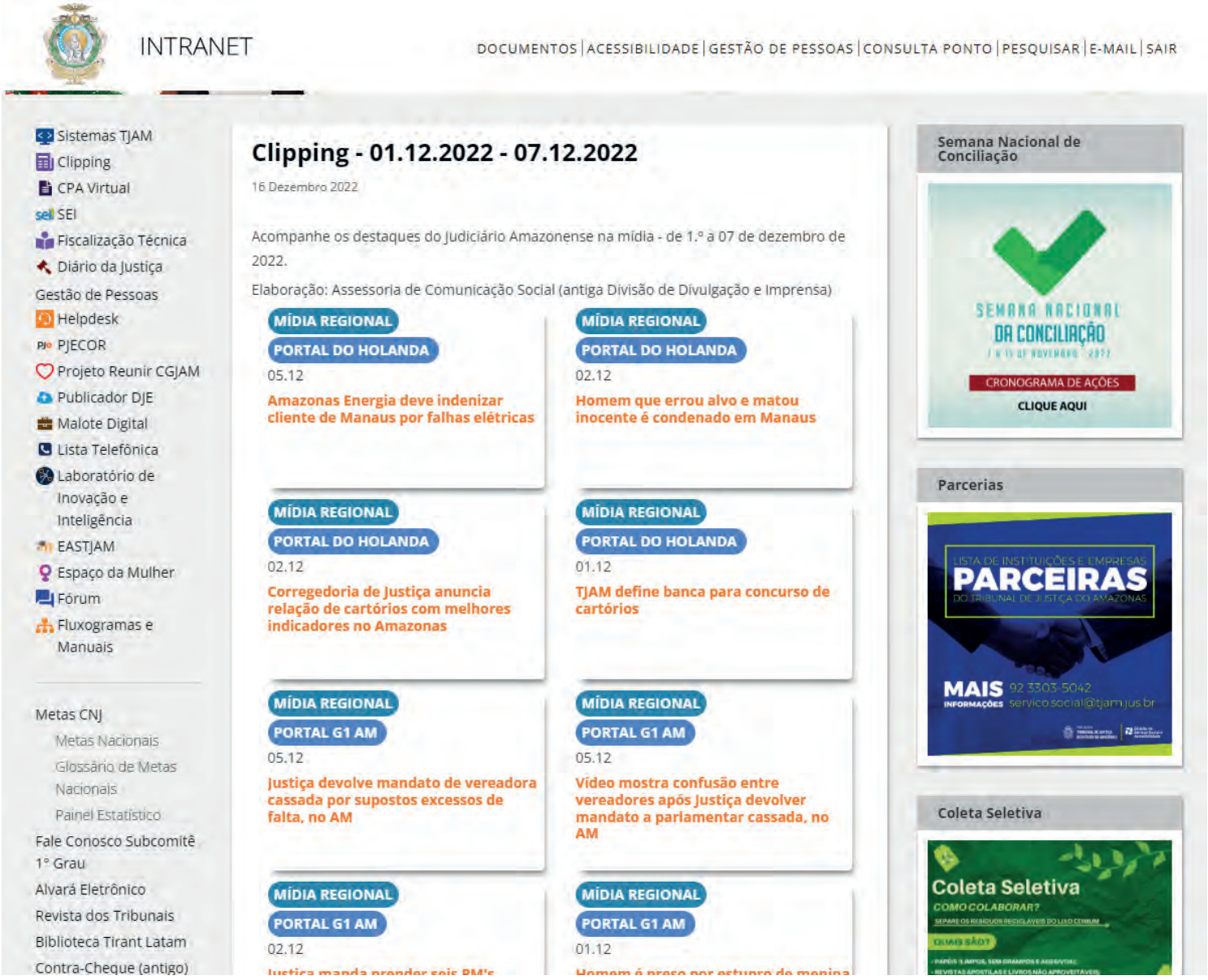
O trabalho começou no último dia 1.º e vai até o fim da semana priorizando o público feminino, em alusão ao aniversário da Lei "Maria da Penha".

"Semana Nacional da Conciliação" é concluída pelo Judiciário Estadual com índice superior a 60% de acordos celebrados entre 20.062 partes processuais

Mais de 8.3 mil audiências de conciliação foram realizadas na capital e no interior entre 7 e 11 de novembro, informou o corregedor-geral de Justiça do Amazonas, desembargador Anselmo Chíxaro (foto).

Clipping | junho a novembro de 2022

Foram contabilizadas **4179 menções do TJAM** em portais e blogs regionais, nacionais e internacionais.



Atendimento à Imprensa - Julho até 05/12/2022

Internacional
The New York Times
BBC news
Editora Alemã Axel Springer

Portais Nacionais
O Globo
Globo News
G1 Nacional
Folha de São Paulo
Portal R7 Brasília
Jornal Nacional TV Globo
Conjur
O Antagonista
Revista Isto É
Portal Folha de Vitória
Portal Itatiaia
Portal A Tarde
Portal Jornal de Brasília
Metrópolis
Agência Pública
Agência CNJ de Notícia

Portais Regionais
Amazonas 1
Amazônia Press
Amazonas Atual
G1 Amazonas
Em Tempo
Holanda
D24Am
O Poder
Poder.com
Tucumã
Portal Imediato
Radar Amazônico
Toda Hora
Laranjeiras News
Radar News
O Judiciário
Estado Político
A Crítica
Segundo a Segundo
Fato Amazônico
DeAmazônia
Revista Cenarium
Informe Manaus
Portal do Marcos Santos
Portal Mix18horas
Portal CM7
Portal BNC Amazonas
AM Post
Direto ao Ponto
Portal Único
Opinião Manauara
Comunica AM
Povo Amazonense
Amazonas Direito
O Convergente
O Contestador
Portal do Generoso
LR Notícias
Blog do Hiel Levy
Laranjeiras News
Blog do Pávulo

Rádio
CBN Amazônia
Mix FM
Laranjeiras FM
Jovem Pan
Encontro das Águas
Tiradentes
Rio Mar
BandNews
Difusora

Revista
Revista Cenarium

Televisão Regional
Rede Amazônica
Band News
Record
A Crítica
Tv Norte
Tv AM 1
Encontro das Águas

Clipping Nacional

Nacional
CNN Brasil
BBC News
Tv Justiça
Portal CNJ
Tv Globo (Jornal Nacional; Fantástico)
Globo News
Record
Record/Minas Gerais
Band
Tv Cultura

FOLHA DE S.PAULO

PORTAL DO HOLANDA

CNN BRASIL

The New York Times

REVISTA CENARIUM AMAZÔNIA

RECORDTV

acritica.com

g1

JORNAL NACIONAL

Escola Superior da Magistratura do Amazonas

No último semestre de 2022 - que corresponde ao mandato de transição na gestão do Tribunal de Justiça do Amazonas - A Escola Superior da Magistratura, tendo à frente o desembargador João de Jesus Abdala Simões (diretor) e a desembargadora Joana dos Santos Meirelles (vice-diretora), deu continuidade a importantes projetos iniciados no biênio 2020/2022, em que a escola também esteve sob o comando dos dois magistrados.

Além da programação destinada a promover permanente atualização e capacitação de magistrados, por meio de cursos, seminários e simpósios, a Escola avançou em novas edições de projetos como o Talks Esmam e o Live Esmam. A instituição também reforçou as parcerias para os programas educacionais, a firmada em setembro com a Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE/AM), a Polícia Militar do Amazonas, a Faculdade Autônoma de Direito (Fadisp) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura.

JULHO 2022

Esmam lança cursos de atualização e capacitação para magistrados

Realizados nos meses de julho e agosto, os cursos foram voltados para as áreas da Infância e Juventude e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

AGOSTO 2022

|*TALKS* ESMAM|

Em agosto, o projeto abordou a "Participação da Mulher na Política", evento que teve a parceria da Escola da Justiça Eleitoral do TRE/AM e foi transmitido pelas redes sociais.

Convênio com a Polícia Militar do Amazonas

Também em agosto a Esmam assinou o Termo de Cooperação Técnica, Jurídica, Científica e Pedagógica com a Polícia Militar do Amazonas. O documento foi assinado pelos diretores da escola, desembargador João de Jesus Abdala Simões e desembargadora Joana dos Santos Meirelles, e pelo subcomandante-geral da Polícia Militar do Amazonas, coronel QOPM Algenor Teixeira Filho. O primeiro resultado da cooperação entre as duas instituições foi a realização de cursos prático de proteção e defesa, voltado tanto aos magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Amazonas.

Seminário sobre Assédio Moral, Sexual e Discriminação

Em parceria com a Escola de Aperfeiçoamento do Servidor (Eastjam), a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e a Comissão de Prevenção e Enfretamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação, a Esmam realizou, em agosto, o um seminário sobre o tema, direcionado aos magistrados e servidores que ocupam cargos em comissão de natureza gerencial ou com poderes de gestão (diretores, secretários, gerentes, chefes e demais).

Corrida das Escolas Judiciais do Amazonas e Marcha Contra o Trabalho Infantil

A Esmam participou, em setembro, da "I Corrida das Escolas Judiciais do Estado do Amazonas e Marcha Contra o Trabalho Infantil", que aconteceu na Avenida das Torres, zona Centro-Sul. Com o lema "Viva, Seja, Sinta", a corrida teve como objetivo estimular a prática de esporte, além de conscientizar a população da importância em se combater o trabalho infantil, e incentivar à inclusão social.

Seminário sobre "Combate ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação"

O seminário "Combate ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação", foi realizado no mês de agosto, direcionado aos magistrados e servidores que ocupam cargos em comissão de natureza gerencial ou com poderes de gestão (diretores, secretários, gerentes, chefes e demais.

Medalha do Mérito Acadêmico a ministro do STF

O diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas, desembargador João Simões, entregou ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski, a "Medalha do Mérito Acadêmico", instituída em 2012, a comenda tem o objetivo de laurear professores, escritores, pesquisadores e todos aqueles que atuaram de forma relevante contribuição para o estudo, o ensino e o aperfeiçoamento do Direito e da Jurisdição.

Mestrado em parceria com a Fadisp teve módulo presencial

Os alunos de Mestrado realizado pela Escola Superior da Magistratura do Amazonas, em parceria com a Faculdade Autônoma de Direito (Fadisp), ofertaram mais uma disciplina presencia, nas dependências da Esmam, em Manaus, "Processo e Democracia" foi o tema do módulo, ministrado pelo professor Rennan Thamay. Alunos de outros Estados assistiram às aulas via internet.

SETEMBRO 2022

Esmam apoia "Campanha Setembro Amarelo"

Esmam e Enfam avançam nos preparativos da "1.ª Conferência Amazônica do Clima e do Meio Ambiente"
Em setembro, a direção da Esmam participou de reuniões com o diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, ministro Mauro Campbell e com o secretário-geral da instituição nacional, juiz de Direito Jorsenildo Dourado do Nascimento, para efetivar parceria na realização da "1ª Conferência Amazônica do Clima e do Meio Ambiente".

"Curso Prático de Proteção e Defesa para Magistrados"

Em setembro, a Esmam, em parceria com a Polícia Militar do Amazonas, promoveu o "Curso Prático de Proteção e Defesa", destinado a magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Amazonas.

|*LIVE* ESMAM| - "Processo Penal e Justiça Negocial"

Em mais uma edição do projeto Live Esmam, no dia 20 de setembro, a Escola Superior da Magistratura do Amazonas abordou o tema "Processo Penal e Justiça Negocial", que foi transmitido pelas redes sociais da Escola e no canal da instituição no *YouTube*.

Convênio com Escola Judiciária Eleitoral do TRE/AM

Os dirigentes do Tribunal de Justiça do Amazonas e da Corte Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE/AM), além dos diretores das escolas dos dois órgãos, assinaram em setembro o Termo de Cooperação Técnica, Jurídica, Científica e Pedagógica para o desenvolvimento de atividades, em parceria, voltadas à realização de cursos presenciais, semipresenciais e a distância, de especialização, aperfeiçoamento e de atualização para magistrados e servidores das duas instituições.

Esmam realiza solenidade de diplomação de cursos

Em solenidade realizada no auditório do Centro Administrativo Des. José de Jesus F. Lopes (Anexo à Sede do TJAM), a Esmam promoveu a diplomação do "XV Preparatório para Ingresso na Carreira da Magistratura" e do "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Técnicas e Fundamentos da Construção das Decisões Judiciais". A cerimônia foi presidida pelo coordenador-geral de Cursos da Esmam, juiz de Direito Roberto dos Santos Taketomi, em parceria com o coordenador do Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados de Entrância Inicial, juiz de Direito Rafael Almeida Cró Brito.

OUTUBRO 2022

|*LIVE* ESMAM| - "Direito da Saúde e Interpretação Judicial"

No dia 25 de outubro de 2022, a Escola Superior da Magistratura do Amazonas promoveu a |*LIVE* ESMAM| "Direito da Saúde e Interpretação Judicial", que foi transmitida pelas redes sociais da Escola e no canal da instituição no YouTube.

10.ª Conferência Internacional de Formação do Judiciário

O desembargador João de Jesus Abdala Simões, diretor-geral da Esmam, no período de 30 de outubro a 3 de novembro, da "10.ª Conferência Internacional de Formação do Judiciário", evento realizado pela The International Organization for Judicial Training – IOJT, no Fairmont Château Laurier, em Ottawa, Canadá.

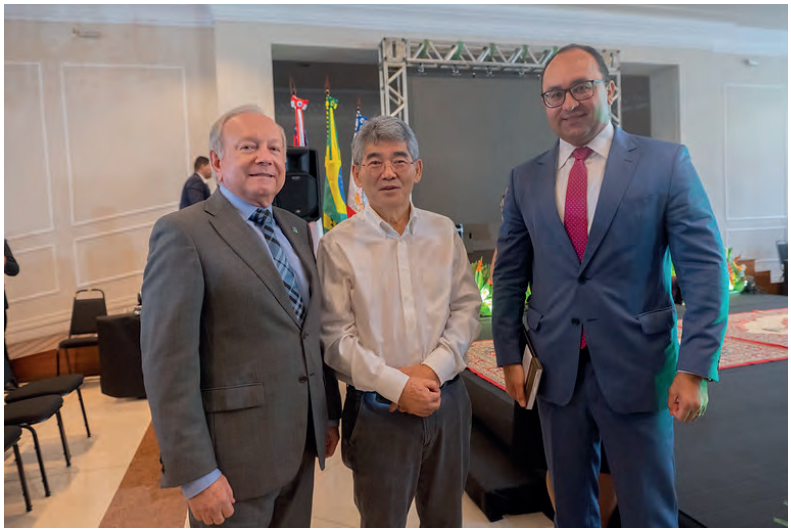
NOVEMBRO 2022

"1.ª Conferência Amazônica do Clima e do Meio Ambiente"

A preocupação com as mudanças climáticas mundo afora, o uso adequado dos recursos naturais do Planeta e a importância do bioma Amazônia - a maior região em biodiversidade do planeta e um dos maiores ecossistemas da Terra - nortearam, em forma de alerta, as discussões da "1.ª Conferência Amazônica do Clima e do Meio Ambiente". O evento aconteceu ns dias 17 e 18/11, no Salão Rio Solimões do Palácio Rio Negro, Centro de Manaus, sob a coordenação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e Escola da Superior da Magistratura do Amazonas (Esmam).

SAIBA MAIS

CONTEÚDO MULTIMÍDIA



SAIBA MAIS

CONTEÚDO MULTIMÍDIA

Homenagem a autoridades e servidores com a Medalha do Mérito Acadêmico

Em solenidade realizada no dia 22/10, a Esmam homenageou 94 personalidades com a "Medalha do Mérito Acadêmico", em reconhecimento à contribuição de todos para o aperfeiçoamento de profissionais nas Ciências Jurídicas e para a construção do conhecimento e desenvolvimento da pesquisa científica voltada à melhoria da prestação jurisdicional. A cerimônia de outorga da comenda aconteceu no auditório do Centro Administrativo Des. José de Jesus F. Lopes, anexo à Sede do Tribunal de Justiça do Amazonas, no Aleixo..

Encontro de diretores de escolas judiciais da Amazônia

O diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas, desembargador João Simões, participou do "1.º Encontro de Diretores de Escolas Judiciais da Amazônia", que teve como tema central a "Educação Judicial na Amazônia: caminhos e perspectivas". O evento aconteceu nos dias 24 e 25 de novembro, na sede do Tribunal de Justiça de Rondônia.

Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Amazonas

A Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Amazonas (antiga Escola de Aperfeiçoamento do Servidor - Eastjam) é a unidade administrativa responsável pela capacitação continuada dos servidores e servidoras. No segundo semestre de 2022, a Escola alinhou atuação para promover mais ações voltadas ao público interno com vistas ao aprimoramento da prestação jurisdicional. As atividades se concentraram na ampliação de cursos voltados para o atendimento de recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça, sem deixar de lado o caráter de reflexão acadêmica e em consonância com as discussões atuais do campo do Direito.

Diante dessa construção de um perfil moderno e atento às tendências no Poder Judiciário, bem como, das demais áreas do conhecimento que atuam dentro da estrutura do Judiciário, a Escola de Aperfeiçoamento do Servidor do TJAM teve sua nomenclatura atualizada pela **Lei Complementar n.º 237 de 1 de dezembro de 2022** que altera o texto anterior, a Lei n.º 76 de 02 de agosto de 2010. Agora com o nome, Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, a EJUD passa a estar desde o nome, alinhada com objetivo de estreitar o compromisso com a promoção de um serviço jurisdicional de excelência. Além de ajustar o nome, o mesmo texto realinha a estrutura interna de cargos, funções e atribuições com as novas atividades.

A seguir, constam atividades realizadas durante o semestre:

O Curso de Formação Inicial do Servidor (CFIS)

O curso que apresentou o panorama do funcionamento da estrutura do Tribunal para os servidores e servidoras recém-nomeados teve quatro encontros realizados neste semestre. A ação é uma oportunidade para promover uma maior integração entre os recém-empossados e a equipe que já está em exercício no Tribunal.

Biblioteca *Tirant*

A Escola contratou dos serviços da Biblioteca Virtual Latam, que disponibiliza mais de 15 mil títulos da Editora Tirant e outras do âmbito jurídico, e mais de 17 milhões de arquivos de Jurisprudência e Legislação de 22 países, permitindo o acesso de até 300 usuários de forma simultânea.

Prêmio Nayde Vasconcelos

Com objetivo de fomentar a produção científica por mulheres e dar visibilidade à participação feminina no Poder Judiciário, a Escola promoveu o primeiro Prêmio Nayde Vasconcelos. Concurso de artigos científicos escritos exclusivamente por mulheres e que recebeu o nome da primeira desembargadora mulher da história do judiciário amazonense. Foram enviados mais de 60 trabalhos e os cinco que tiveram as melhores avaliações foram premiados.

Curso Mídia e Direito
Com o tema "Entendendo o Funcionamento do Poder Judiciário", o evento direcionado para profissionais e estudantes de Comunicação, Jornalismo e de Direito reuniu em três encontros profissionais de comunicação do Tribunal, de veículos de comunicação locais e estudantes de Comunicação e Direito.

Instrutorias de Integridade
Em conformidade com o Programa de Integridade do Tribunal de Justiça, a Escola, em parceria com a Secretaria de Auditoria Interna, realizou de maneira híbrida a primeira capacitação exclusiva no tema, voltada para os servidores e servidoras do TJAM.

Cursos do GESIDH
Entre as ações formativas realizadas ao longo do semestre, um destaque é o ciclo de palestras voltadas para o tema de Direitos Humanos. Foram 20 módulos que abordaram vários temas abordados pelo Grupo de Estudos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (GESIDH).

Mudança de nomenclatura e estrutura
Aprovado na Assembleia Legislativa do Estado o Projeto de Lei Complementar que altera a Lei n.º 76/2010, de 02/08/2010, que dispõe sobre a organização e o funcionamento da Escola de Aperfeiçoamento do Servidor do Tribunal de Justiça do Amazonas, que passa a ser denominada Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Amazonas, e dá outras providências.

Parcerias externas
Os eventos da Escola foram disponibilizados a outras instituições públicas do Estado do Amazonas, fortalecendo a cooperação interinstitucional no âmbito da capacitação. No semestre, houve participação nos eventos da Ejud de servidores dos seguintes órgãos: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Ministério Público Estadual do Amazonas; Tribunal Regional Eleitoral; Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Além da participação voluntária de estudantes de universidades tanto públicas quanto de instituições de ensino privadas.

Congresso Internacional Novas Tendências do Direito Processual Civil é aberto no Teatro Amazonas

O Congresso Internacional Novas Tendências do Direito Processual Civil, promovido pelo Tribunal de Justiça do Amazonas por meio da Escola de Aperfeiçoamento do Servidor (Eastjam), teve sua abertura realizada no Teatro Amazonas, com discursos do ministro Mauro Campbell (STJ), do desembargador Flávio Pascarelli, presidente do TJAM, e do desembargador Cezar Bandiera , diretor da Eastjam. No evento, também foram realizadas as conferências magnas de Margaret Woo, professora na *Northeastern University (EUA)*

e de Alexandre Câmara, desembargador do TJRJ e Professor da FGV-RJ, além de uma apresentação de um noneto da Orquestra Filarmônica do Amazonas. Na ocasião, foi realizado ainda o lançamento dos livros "Juiz natural e eficiência processual", de autoria do professor Antonio do Passo Cabral; e "Manual de Direito Processual Civil", de autoria do desembargador Alexandre Freitas Câmara.

“Todo caminho da gente é resvaloso.
Mas também, cair não prejudica demais,
a gente levanta, a gente sobe, a gente volta!
O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim:
esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega
e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.”

Guimarães Rosa

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS